

1 2



9 0

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Marta Raquel Silva Gomes

**DEPOSIÇÃO DE ARTEFACTOS METÁLICOS NOS  
FINAIS DA IDADE DO BRONZE A SUL DO RIO TEJO**

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território orientada pela Professora  
Doutora Raquel Vilaça e pelo Doutor Carlo Bottaini apresentada ao Departamento de  
História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra

Setembro de 2023

---

# FACULDADE DE LETRAS

## DEPOSIÇÃO DE ARTEFACTOS METÁLICOS NOS FINAIS DA IDADE DO BRONZE A SUL DO RIO TEJO

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	Dissertação de Mestrado
<b>Título</b>	Deposição de Artefactos Metálicos nos Finais da Idade do Bronze a Sul do Rio Tejo
<b>Autor/a</b>	Marta Raquel Silva Gomes
<b>Orientador/a(s)</b>	Raquel Maria da Rosa Vilaça Carlo Emanuele Bottaini
<b>Júri</b>	Presidente: Doutor Ricardo Jorge Costeira da Silva Vogais: 1. Raquel Maria da Rosa Vilaça 2. Elisa Rosa Barbosa de Sousa
<b>Identificação do Curso</b>	2º Ciclo em Arqueologia e Território
<b>Área científica</b>	Arqueologia
<b>Especialidade/Ramo</b>	Arqueologia Proto-Histórica
<b>Data da defesa</b>	24-10-2023
<b>Classificação</b>	19 valores



---

*«O que dá o verdadeiro sentido ao encontro é a busca,  
e é preciso andar muito para se alcançar o que está perto»*

José Saramago

---

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a ajuda e o apoio incondicional de muitos. Deixo aqui o meu mais sincero agradecimento a cada um deles.

Em primeiro lugar, expresso o meu profundo agradecimento aos meus orientadores pelo acompanhamento que me prestaram ao longo do desenvolvimento desta dissertação, sobretudo pelo rigor e disponibilidade com que sempre acompanharam este percurso. À Professora Raquel Vilaça, por todos os ensinamentos transmitidos, pela confiança demonstrada ao longo destes dois últimos anos, e por me inspirar pelo seu interesse nas dinâmicas e problemáticas das sociedades proto-históricas. Ao Doutor Carlo Bottaini, pela ajuda incansável naquilo que foi a minha introdução ao mundo da arqueometalurgia, pela disposição na realização de análises químicas, pela paciência e pelo fascínio partilhado acerca dos denominados “depósitos”.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, aos seus docentes, e aos colegas com quem tive a oportunidade de me cruzar, um muito obrigada pela forma como marcaram este meu caminho que passou pela cidade de Coimbra. Guardarei para sempre com um enorme carinho a forma como me acolheram.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e aos professores que foram os precursores de um sonho, sobretudo à Professora Elisa de Sousa, pela sua forma admirável de ensinar e por ter sido quem cultivou em mim o gosto pela Idade do Bronze.

Ao Museu Nacional de Arqueologia, ao Museu Municipal de Coruche, ao Museu Municipal Dr. Santos Rocha, ao Museu Municipal de Ferreira do Alentejo, e ao Museu de Moura, pela cedência de alguns materiais para serem estudados e analisados no âmbito desta dissertação, contribuindo assim para o enriquecimento desta mesma.

Aos meus pais, Paulo e Cristina, pelo apoio prestado desde o primeiro dia, sem nunca terem hesitado a decisão de realizar o Mestrado em Coimbra. Às minhas irmãs, Mafalda e Matilde, por serem sinónimo de suporte e amor incondicional em todas as etapas da minha vida. Ao meu avô, por ter sido a fonte de força, mesmo a uma distância desmedida, quando mais necessitei. Aos restantes membros da família, obrigada por caminharem comigo ao longo deste percurso, demonstrando-se sempre interessados neste mesmo.

Aos meus amigos que têm vindo a acompanhar esta jornada. À Carol e à Inês, pela motivação e ajuda prestada ao longo das incansáveis horas passadas a trabalharmos cada

---

uma na sua dissertação; se este trabalho foi concluído foi também graças a vocês. Aos meus colegas de Licenciatura, que se tornaram companheiros de vida, ao Nuno, à Helena e à Rita, por partilharem comigo o gosto pela Arqueologia e por serem uns dos pilares do meu percurso académico. Ao Gonçalo, pelo apoio e cuidado incomensuráveis, que foram cruciais para o desenvolvimento desta dissertação. Aos restantes amigos, o meu mais sincero obrigada, por tudo.

Por último, mas não menos importante, um obrigada Aquele que comanda a vida, por ser quem me ajuda a confiar quando pouco resta de esperança.

---

## **Resumo**

O fenómeno de deposição de artefactos metálicos durante os momentos finais da Idade do Bronze tem sido um tema de destaque ao longo do tempo, cuja informação permite destacar dados significativos acerca das dinâmicas sociais, económicas, políticas e rituais das comunidades antigas.

Contudo, o conhecimento que detemos acerca das práticas deposicionais no território a sul do Tejo é bastante escasso, devido à falta de dados e à descontextualização de muitos conjuntos, o que representa um desafio significativo para os investigadores. Apesar desta problemática, esta dissertação teve como objetivo principal elaborar uma síntese estruturada acerca deste fenómeno e destacar a importância dos depósitos no conhecimento das sociedades e do próprio período cronológico.

A metodologia adotada baseou-se numa extensa consulta bibliográfica, que contribuiu para a contextualização da temática em causa, de modo a analisar o conteúdo dos depósitos, as tipologias enquadradas nestes, a avaliação do estado físico dos objetos e o estudo do lugar de deposição. Assim, este conjunto de critérios permitiu identificar padrões de deposição e dados relevantes acerca das comunidades que habitaram a região em estudo durante o Bronze Final, uma vez que estas são muitas das vezes percecionadas como grupos marginalizados.

Apesar das limitações, este estudo permite ilustrar de forma consolidada os fatores que caracterizam o fenómeno de deposição de artefactos metálicos a sul do Tejo durante as fases finais da Idade do Bronze. Os resultados obtidos podem ser interpretados como uma fase embrionária da investigação arqueológica que poderá surgir a partir daqui, contribuindo para a compreensão de uma das fases mais fascinantes da Proto-História e das sociedades que viveram durante esta mesma.

**Palavras-Chave:** Depósitos, Artefactos Metálicos, Bronze Final, Sul do Tejo, Arqueometalurgia

---

## **Abstract**

The depositional phenomenon of metal artefacts during the final moments of the Bronze Age has been a leading topic over time, and the information it provides allows us to highlight significant data about the social, economic, political and ritual dynamics of ancient communities.

However, the knowledge we have about depositional practices in the territory south of the Tagus is quite scarce, due to the lack of data and the decontextualisation of many assemblages, which represents a significant challenge for researchers. Despite this problem, the main aim of this dissertation was to produce a structured summary of this phenomenon and to emphasise the importance of deposits in understanding societies and the chronological period itself.

The methodology adopted was based on an extensive bibliographic consultation, which helped to contextualise the issue in question, in order to analyse the content of the deposits, the typologies that fit into them, the assessment of the physical condition of the artefacts and the study of the location of deposition. This set of criteria allowed us to identify deposition patterns and relevant details about the communities that inhabited the region under study during the Late Bronze Age, since these are often perceived as marginalised groups.

Despite its limitations, this study provides a consolidated illustration of the factors that characterise the phenomenon of metal artefact deposition south of the Tagus during the final stages of the Bronze Age. The results obtained can be interpreted as an embryonic phase of the archaeological research that could emerge from here, contributing to the understanding of one of the most fascinating phases of Proto-History and the societies that lived during it.

**Keywords:** Deposits, Metal Artefacts, Late Bronze Age, South Tagus, Archaeometallurgy

---

## Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	iii
Abstract .....	iv
1. Introdução.....	1
2. Objetivos.....	4
3. Metodologia e estrutura do trabalho .....	6
4. Definição do objeto de estudo: os depósitos .....	9
4.1. O conceito de depósito .....	9
4.2. O estudo dos depósitos .....	11
4.3. As problemáticas no estudo dos depósitos .....	12
4.4. Entre o profano e o sagrado: perspetivas de uma longa discussão.....	14
4.5. A biografia de um depósito.....	16
5. Definição dos limites geográficos: o território a sul do rio Tejo.....	20
5.1. Delimitação geográfica.....	20
5.2. O Quadro natural .....	20
5.3. Caracterização geomorfológica .....	21
5.4. Rede hidrográfica.....	22
5.5. Recursos mineiros .....	23
6. O Bronze Final a sul do rio Tejo: Enquadramento cronológico e suas particularidades ....	25
6.1. A Rede de povoamento no Bronze Final .....	27
6.1.1. A Baixa Estremadura .....	28
6.1.2. O Alto Alentejo .....	29
6.1.3. O Alentejo Central .....	29
6.1.4. O Baixo Alentejo .....	30
6.1.5. O Alentejo Litoral .....	32
6.1.6. O Algarve .....	33
6.2. O mundo funerário durante o Bronze Final no território a sul do Tejo .....	34
6.3. O Bronze do Sudoeste.....	41



---

6.4. O conceito de Bronze Atlântico .....	44
7. Dados empíricos .....	47
7.1. Introdução .....	47
7.2. Depósitos de artefactos metálicos a sul do Tejo .....	48
7.3. O conteúdo dos depósitos.....	50
7.3.1. Os utensílios.....	50
7.3.1.1. Os machados.....	50
7.3.1.1.1. Machados planos.....	51
7.3.1.1.2. Machados de Alvado.....	54
7.3.1.1.3. Machados de Talão .....	57
7.3.1.2. Os Escopros.....	58
7.3.1.3. As Foices.....	60
7.3.2. As armas.....	62
7.3.2.1. As espadas.....	62
7.3.2.1.1. Espadas pistiliformes .....	63
7.3.2.1.2. Espadas “tipo Língua de Carpa” .....	64
7.3.2.1.3. Espadas de tipo “Monte Sa Idda” .....	66
7.3.2.2. Lanças.....	66
7.3.2.3. Punhais .....	68
7.3.3. Outros objetos.....	69
7.3.3.1. Argolas.....	69
7.3.3.2. Ponderais.....	70
7.3.3.3. Fíbulas .....	71
7.4. Os lugares de deposição .....	72
7.4.1. Caracterização dos lugares de deposição .....	74
7.4.1.1. Cursos de água .....	74
7.4.1.2. Periferias de povoados.....	76
7.4.1.3. Acidentes geográficos .....	77
7.4.1.4. Lapas e grutas .....	78
7.4.1.5. Rochas.....	78
7.4.1.6. Monumentos megalíticos .....	79
7.4.2. As tipologias de artefactos e os lugares de deposição .....	79

---

7.5. A organização interna dos depósitos.....	81
7.6. O estado físico dos artefactos .....	82
7.7. Padrões de deposição .....	84
7.8. A importância dos depósitos na compreensão da metalurgia arcaica .....	86
7.8.1. O contributo da arqueometalurgia .....	86
7.8.2. Contextos de produção a sul do Tejo.....	87
7.8.3. Análises arqueometalúrgicas.....	90
7.8.3.1. Metodologia.....	90
7.8.3.2. Resultados e discussão .....	91
7.9. A deposição de artefactos metálicos no Bronze Final a sul do Tejo no contexto ibérico: Breves considerações.....	93
8. Conclusões.....	96
Anexo I – Catálogo de Depósitos.....	116
Anexo II – Imagens .....	131

---

## 1. Introdução

O trabalho que aqui se apresenta, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Arqueologia e Território, tem como tema central a abordagem e caracterização do fenómeno de deposição de artefactos metálicos durante o Bronze Final no território a sul do Tejo.

A escolha deste tema partiu de um interesse da nossa parte de preencher uma lacuna há muito conhecida acerca da deposição de artefactos a sul do Tejo, uma vez que o conhecimento acerca desta prática neste território é extremamente escasso. Assim, tivemos como ponto de partida a ambição de elaborar uma síntese acerca desta mesma, uma vez que esta tem sido interpretada como algo discreto no registo arqueológico, e praticamente desconhecido (BOTTAI, 2013: 4). Tornou-se assim imperativo definir o que é que conhecemos acerca deste fenómeno, e o que procuramos saber.

Em primeiro lugar, é importante sublinhar que o ato de deposição de materiais é uma ação que perdura desde o Paleolítico, tendo durante a Idade do Bronze crescido exponencialmente, nos mais variados formatos, o que, conseqüentemente, leva a considerar este fenómeno como algo quase intrínseco à condição humana.

No território atualmente português, bem como em outras regiões da Europa, o Bronze Final (c. séc. XIII – c. séc. IX/VIII a.C. consoante as regiões) apresenta-se como uma fase bastante dinâmica da Proto-História. Esta caracteriza-se essencialmente pelas transformações que ocorreram no espectro da vida social, económica e política das comunidades. Assiste-se a uma mudança no modelo de implantação dos núcleos de habitação, acompanhada por um mundo funerário bastante discreto, verificando-se ainda a consolidação e difusão da prática metalúrgica.

A nossa região de estudo abrange todo o território a sul do Tejo circunscrito aos limites atuais do território português. Este é um espaço onde os dados são escassos, muito descontextualizados, e sem haver muitas das vezes um fio condutor na abordagem aos momentos finais da Idade do Bronze. Apoiamo-nos nos vestígios encontrados a sul do Tejo e nos dados disponíveis acerca dos mesmos, com o objetivo de congregarmos a informação existente e articularmos o conhecimento que dispomos de forma a valorizar este território e as dinâmicas das sociedades. Dado que se interpreta, frequentemente, como um espaço marginalizado em relação ao centro e norte do país, onde as comunidades se encontravam

---

isoladas dos contactos e influências exógenas. Mas terá sido essa a realidade? Pelo contrário, o nosso território de estudo foi palco de fortes contactos provenientes do mundo atlântico e mediterrâneo, onde as comunidades se desenvolveram ao criarem espaços para os vivos e para os seus mortos, mas também conviveram em locais associados ao mundo simbólico e ritual, que ocuparam certamente uma posição de destaque como será demonstrado ao longo deste trabalho.

Os depósitos são um tema cuja complexidade baseia-se num conjunto de aspetos que envolvem toda a atmosfera de investigação destes contextos, entre eles, o meio onde se inserem, os materiais que foram depositos, a tipologia destes mesmos, entre outros aspetos. Esta temática tem vindo a ser abordada por diversos investigadores (MELO, 2000; VILAÇA, 2006; BOTTAINI, 2013; FONTE *et al.*, 2013; SAMPAIO, 2014), de uma perspetiva, quer generalista, quer de carácter mais regional, cujos dados têm vindo a contribuir significativamente para o conhecimento acerca do fenómeno da deposição de artefactos metálicos no território atualmente português.

Contudo, existe uma lacuna na investigação: o conhecimento acerca das práticas deposicionais a sul do Tejo é muito escasso. Tal deve-se não só a uma falta de dados disponíveis, mas também a uma parca investigação neste âmbito. Até à data, os estudos acerca deste fenómeno na região em estudo não elucidam significativamente a forma como este se desenvolveu no seio das comunidades. Assim, demonstrou-se necessário sistematizar a informação existente acerca dos depósitos encontrados no espaço em questão, de forma estruturada e sucinta. Sendo este o nosso ponto de partida, torna-se essencial destacar alguns aspetos cruciais no âmbito desta dissertação.

Em primeiro lugar, a grande problemática do nosso trabalho, e de toda a abordagem incidente em artefactos metálicos, centra-se no facto de a maior parte destes objetos, que se encontram a sul do Tejo, serem provenientes de achados fortuitos, cujo conhecimento acerca das circunstâncias de achado é escasso ou até mesmo nulo. Esta descontextualização acompanhou o decurso deste trabalho, uma vez que se tornou uma tarefa complexa e difícil constatar informações fidedignas acerca do fenómeno em causa.

Perguntámo-nos: como é que será possível criar uma abordagem acerca de artefactos cujos dados relativos aos respetivos contextos são praticamente inexistentes? Apesar do desafio, foi feita uma inventariação dos artefactos metálicos encontrados na região em estudo atribuídos ao Bronze Final. Deparámo-nos com conjuntos de materiais provenientes de vários contextos, tendo sido necessário selecionar quais é que poderíamos considerar como depósitos. Com base na abordagem teórica definida no Capítulo 4, optámos, então, por definir

---

a nossa amostra de estudo tendo como base alguns critérios, como o conteúdo dos conjuntos e tipologias integrantes destes, o estado físico dos objetos e o lugar de deposição, que nos levaram à constatação de 29 evidências arqueológicas que podem ser definidas como depósitos.

Através da fusão destes aspetos, cruzamos informações baseadas em aspetos morfo-tipológicos dos artefactos com um conjunto de dados acerca dos contextos onde estes são encontrados. Realçamos a relevância da abordagem de todo o contexto onde cada peça foi descoberta, dando espaço à recriação do ambiente, dos agentes sociais, das circunstâncias do passado, entre outros fatores que se encontram implícitos na história de um determinado objeto.

Para além destes aspetos, valorizamos igualmente os dados arqueometalúrgicos, obtidos através da realização de análises químicas, que se encontram intrínsecos à abordagem dos depósitos. Estas informações contribuem significativamente para o conhecimento da atividade metalúrgica durante o Bronze Final, valorizando uma das componentes que esteve no cerne das dinâmicas das sociedades antigas. Esta teve, certamente, uma importância muito característica, conferindo ao metal um certo poder e relevância na sua obtenção e manipulação.

Partimos de um ponto, no início do trabalho, onde se tornou urgente organizar os dados que se encontravam disponíveis, de forma um tanto caótica, devido à falta de informações, à descontextualização dos conjuntos, à escassez de investigações arqueológicas. Tal levou a que nos questionássemos, de que forma é que poderíamos criar uma abordagem sucinta acerca de um fenómeno com tantas problemáticas e questões cujas respostas são deixadas, muitas vezes, em aberto. A verdade é que «*Fazer história é entregar-se ao caos, conservando ao mesmo tempo a fé na ordem e no espírito*» (HESSE, 1989: 137), tendo como ambição reavivar a memória das comunidades que nos deixaram uma marca dos seus valores sociais e culturais.

---

## 2. Objetivos

A realização deste trabalho parte da necessidade de sistematizar a informação disponível acerca do fenómeno de deposição de artefactos de bronze no território confinado aos limites atuais do espaço português a sul do rio Tejo durante os momentos finais da Idade do Bronze, entre, aproximadamente, os séculos XIII e IX/VIII a.C. No entanto, sabemos que a maioria destes artefactos precede de situações desprovidas de um contexto arqueológico preciso e detalhado, sendo raras as ocasiões em que estamos perante artefactos provenientes de escavações arqueológicas. Deste modo, estamos perante um conjunto de materiais cuja definição arqueológica é um pouco ambígua, embora apresentem características que nos levam a identificá-los como “depósitos”.

Tendo como ponto de partida esta premissa, surgem questões que são o motor de desenvolvimento deste trabalho: Como é que podemos explicar a presença destes conjuntos materiais no registo arqueológico? Porque é que esta prática de deposição parece ter assumido um papel preponderante no quadro das dinâmicas das comunidades proto-históricas, sobretudo durante o Bronze Final? Terão existido padrões de deposição específicos que aparecem recorrentemente no registo arqueológico? Se sim, que significados é que podem ter carregado?

Assim, pretendemos elaborar uma abordagem aos depósitos encontrados no território a sul do Tejo que vai além de um estudo dos objetos integrados nestes contextos, procurando perceber estes mesmos como realidades possuidoras de uma história pessoal (GOSDEN & MARSHALL, 1999), onde se encontram implícitos fatores como os lugares de deposição, que acabam por conferir simbolismos muito específicos a estas realidades arqueológicas. Além disso, procuramos também articular estes dados com as evidências existentes associadas aos meios de produção de artefactos metálicos, de forma a ser possível perceber os testemunhos associados à prática metalúrgica no território em estudo, cujas informações serão apoiadas pelos dados provenientes de análises químicas a que foram sujeitos alguns artefactos.

Neste âmbito, pretendemos aliar uma leitura que valoriza os significados sociais implícitos nas práticas deposicionais por parte das comunidades antigas, a um conjunto de dados arqueometalúrgicos que enriquecem o quadro de dados existentes na região a sul do Tejo, ou seja, no Sudoeste Peninsular.

---

Deste modo, o objetivo basilar de sintetizar a informação que se conhece relativamente ao fenómeno de deposição de artefactos metálicos durante os momentos finais da Idade do Bronze no território a sul do rio Tejo, tem em si intrínsecos a valorização de alguns aspetos: a abordagem que faremos dos depósitos pretende ir além da interpretação de aspetos tipológicos, sociais, e económicos, uma vez que procuramos também integrar alguns dados arqueometalúrgicos inéditos, que não só ajudam a complementar a informação que se encontra disponível acerca destes contextos, e em que muitos dos casos é muito escassa, como também estruturam o conhecimento acerca da prática metalúrgica na região em estudo durante o Bronze Final.

De um modo geral, podemos definir três objetivos essenciais que são o fio condutor da realização deste estudo:

- Elaboração de um catálogo de depósitos que se enquadram nos finais da Idade do Bronze no território a sul do Tejo. A partir deste catálogo, pretendemos sintetizar os dados disponíveis de modo a criar uma narrativa bem estruturada em relação à temática estudada;
- Fusão de um conjunto de análises multidisciplinares de forma a percebermos a deposição de artefactos metálicos como algo complexo, mas a partir do qual podemos constatar alguns factos, como padrões de deposição (quer ao nível do conteúdo dos depósitos, quer ao espaço onde estes foram depositados);
- Realização de análises químicas que contribuem para o aprofundamento do conhecimento da metalurgia arcaica dentro dos limites cronológicos e espaciais definidos.

---

### 3. Metodologia e estrutura do trabalho

A definição da temática desta dissertação partiu da ambição de compreender o fenómeno de deposição de artefactos de bronze no território a sul do Tejo durante o Bronze Final, uma vez que o conhecimento sistematizado que detemos acerca deste tema é muito escasso. Tal deve-se, primeiramente, pela descontextualização da maioria dos artefactos metálicos achados na região em estudo, o que dificulta a compreensão destes mesmos. Não obstante, apesar desta problemática, podemos questionarmo-nos se estamos perante dados arqueológicos “invisíveis” ou uma arqueologia “invisível”, dado que a informação disponível acerca dos momentos finais da Idade do Bronze a sul do Tejo é bastante parca.

A partir daqui, foi necessário colocarmo-nos duas questões essenciais de modo a separarmos a informação que detemos, e aquela que queremos obter: o que sabemos? O que é que queremos saber?

A par dos objetivos desta dissertação acima enunciados, e a partir destas duas questões, foi necessário congregarmos toda a informação disponível acerca da nossa temática de estudo. Para tal, o nosso trabalho apoiou-se essencialmente em pesquisa bibliográfica e em trabalho em museus. Relativamente à pesquisa bibliográfica, esta foi conduzida da forma mais exaustiva possível, congregando os mais variados trabalhos que são pertinentes para a abordagem do fenómeno da deposição de artefactos metálicos, assim como estudos regionais que foram cruciais na compreensão das comunidades antigas que habitaram o território a sul do Tejo durante o Bronze Final. Porém, os dados obtidos a partir da bibliografia, apesar de valiosos, são muito dispersos, devido ao facto de os trabalhos arqueológicos, e até historiográficos, que têm vindo a ser desenvolvidos ao longo do tempo serem pouco sistemáticos. Aliada a esta pesquisa bibliográfica, foi também desenvolvido um trabalho em museus como o Museu Nacional de Arqueologia, o Museu Municipal de Coruche, o Museu Municipal Dr. Santos Rocha, o Museu Municipal de Ferreira do Alentejo, o Museu Municipal de Moura, onde houve um contacto direto com determinados materiais de forma a não só estudá-los como também submetê-los a análises arqueometalúrgicas.

Após a leitura da bibliografia, tornou-se necessário elaborar um inventário com todos os artefactos metálicos encontrados no território a sul do Tejo, para, posteriormente, serem seleccionados os casos que podem ser interpretados como depósitos. Nesta fase, foi imperativo estipular o conceito de depósito e os critérios que nos levam a definir um.



---

A definição de depósito não é consensual no seio da comunidade científica, uma vez que se tratam de contextos muitas vezes mal definidos e com várias problemáticas que devem ser consideradas. Não nos atrevemos a estipular uma definição concreta e linear acerca destas evidências arqueológicas, embora destaquemos que consideramos um depósito, um ou mais materiais que apresentem características associadas ao seu conteúdo e aos lugares onde foram depositados que revelem uma ação intencional por parte das sociedades antigas. Neste âmbito, integrámos igualmente achados isolados, devido à singularidade de algumas peças, apesar da problemática em torno destes materiais ser vasta, uma vez que provêm, infelizmente, de contextos mal caracterizados, o que dificulta a obtenção de conhecimento através dos mesmos, embora não seja impossível. Sublinhamos ainda que excluímos da nossa amostra de estudo todos os objetos provenientes de povoados e de necrópoles, uma vez que estas deposições ocupam lugar noutra abordagem de deposições de artefactos metálicos e devido ao facto de ser um tema que ultrapassa os limites de investigação desta dissertação.

Optámos igualmente por afastar do nosso trabalho os depósitos áureos, uma vez que o nosso foco se cinge apenas aos artefactos em liga de cobre. A deposição de objetos que integram depósitos áureos terá outras problemáticas, que por agora, não ocupam um lugar de destaque neste estudo.

Quanto aos critérios para a definição de um depósito, questionámo-nos sobre os fatores que poderiam condicionar a atribuição de um significado simbólico a um ou mais objetos por parte das comunidades antigas. Chegámos à conclusão de que podemos destacar estes depósitos com base em aspetos como o número de artefactos, as tipologias presentes, o lugar de deposição e o contexto de proveniência das peças, quando esta informação se encontra disponível. Destacamos que, tal como para a definição do conceito de depósito, para a estruturação dos critérios de definição destes contextos arqueológicos, não é o nosso objetivo que estes se apresentem como algo intransigente, sendo apenas fatores-guias de forma a estipularmos a nossa amostra de estudo.

Assim, destacámos a presença de 29 evidências que podem estar associadas a contextos deposicionais, e partimos para um estudo destas mesmas, onde abordámos o conteúdo dos depósitos, as tipologias presentes, os lugares de deposição, a identificação de padrões de deposição, entre outros aspetos. A partir destes fatores conseguimos interpretar de que forma é que as comunidades que habitaram o território a sul do Tejo atuaram perante o fenómeno de deposição de artefactos de bronze.

De um modo geral, este estudo encontra-se estruturado em três partes:

---

-A primeira, entre o capítulo 1 e 6, corresponde à apresentação do trabalho e à base teórica do mesmo. Começamos por introduzir o nosso trabalho, seguindo-se a exposição dos objetivos e metodologia utilizada. Definimos ainda o nosso objeto de estudo, os depósitos, e algumas componentes na abordagem destes contextos, seguindo-se a caracterização do território em estudo bem como a ilustração do panorama geral do Bronze Final no território a sul do Tejo;

-A segunda parte do trabalho desenvolve-se ao longo do capítulo 7 e 8, que corresponde à exposição dos dados empíricos, com uma abordagem que se encontra organizada por categorias de objetos especificando-se cada tipologia. Abordámos ainda aspetos relacionados com a organização interna dos conjuntos, o estado físico das peças e os lugares de deposição. Tratando-se de um estudo acerca de objetos de bronze, destacamos ainda o cruzamento destes dados com as informações acerca da produção metalúrgica, auxiliadas pelos resultados de análises arqueometalúrgicas. A estes dados junta-se uma pequena abordagem que pretende enquadrar o fenómeno de deposição de artefactos metálicos a sul do Tejo no contexto do Ocidente Ibérico. Por último, encontram-se as conclusões constatadas na presente dissertação.

-Por último, a terceira parte corresponde aos anexos do trabalho, que se dividem em dois: o primeiro corresponde ao catálogo do levantamento dos contextos que podem ser entendidos como depósitos de modo a auxiliar a leitura de determinadas informações que surgem ao longo do texto; o segundo incorpora as fotografias e imagens alusivas a evidências arqueológicas enunciadas ao longo da dissertação.

---

#### 4. Definição do objeto de estudo: os depósitos

*«Os depósitos devem ser encarados de forma integrada e como expressões materiais de actividades de importância comunal, pois traduzem a inigualável capacidade das comunidades da Idade do Bronze em produzirem, destruírem, restringirem e controlarem o metal.»*

(VILAÇA, 2006:26)

##### 4.1. O conceito de depósito

O presente estudo incorpora realidades arqueológicas associadas a artefactos metálicos que foram depositados durante os últimos momentos da Idade do Bronze, sendo que estes contextos podem ser igualmente referidos como “esconderijos”, “tesouros”, “*ripostigli*”, “achados descontextualizados” (BOTTAINI, 2013:12). Esta variedade de expressões e definições no que diz respeito à caracterização destes conjuntos artefactuais prende-se sobretudo numa questão muito simples, mas cujo debate é longo e complexo: o que é que se pode definir afinal como um depósito? O que é que distingue um artefacto que foi manufacturado, utilizado ou não por uma determinada comunidade, e, posteriormente, depositado ao qual é atribuído um certo valor simbólico, de um outro objeto apenas enterrado como sucata?

A verdade é que não há uma resposta concreta devido à existência de uma panóplia de definições, não havendo unanimidade entre os investigadores, levando a que a definição daquilo que é um depósito não seja, de todo, algo consensual. Por um lado, há linhas de pensamento que defendem que depósitos são conjuntos de dois ou mais artefactos que foram depositados ao mesmo tempo (HARDING, 2003: 346). Por outro, há quem defenda que estes conjuntos artefactuais são realidades completamente desprovidas de contexto (JORGE, 1999: 107). Existem ainda teses que defendem que não se conhecem os motivos concretos de deposição (PAULI, 1985: 195), o que em muitos dos casos, senão na maioria deles, acaba por ser a realidade constatada, embora seja um dos objetivos neste campo de estudo recolher o máximo de dados fidedignos que contribuam para a agregação de informações autênticas para se conseguir determinar os motivos da origem de um determinado depósito.

Um depósito pode ser constituído por um só objeto, ou vários, embora seja importante sublinhar que nem todos os achados singulares possam ser considerados depósitos. É por isso necessário criar uma abordagem coerente e cientificamente sustentada acerca de cada conjunto para se poder perceber se se trata de um contexto deposicional, tarefa esta que nem sempre é fácil de se executar.

---

Para além da quantidade de artefactos que compõem um depósito, importa referir que estes contextos podem ter sido criados num só momento, ou podem ter sido construídos ao longo de várias fases distintas, acabando por se traduzir em mais do que um ato de deposição num só conjunto (VILAÇA, 2006: 27). Isto deve-se à possibilidade de a deposição de artefactos ter sofrido, em muitos casos, a remoção e a adição de objetos, de forma que estes fossem substituídos para a reciclagem do metal (BRADLEY, 1990: 6; VILAÇA, 1998b: 352), levando a que conceptualizemos os depósitos como conjuntos abertos. É neste sentido que podemos colocar a hipótese de determinados achados isolados poderem ter sido as peças de formação de um depósito, ou até mesmo “resíduos de depósitos” (VILAÇA, 2006: 43), uma vez que certas comunidades podem ter interrompido, por qualquer motivo, a formação do conjunto (BRADLEY, 1990: 6).

Apesar de a definição de depósito não ser algo conciso, podemos determinar que um depósito deve ser compreendido como uma expressão de várias dinâmicas sociais das comunidades do passado (BOTTAINI, 2013: 260), e não simplesmente como uma evidência arqueológica que é o produto de uma somatória de determinados objetos e do seu valor arqueometalúrgico. Compreender os depósitos desta forma, seria reduzir todo um conjunto complexo de dinâmicas aos artefactos propriamente ditos. Estas próprias dinâmicas sociais devem ser compreendidas tendo em consideração os aspetos políticos e económicos vigentes na esfera do quotidiano das comunidades. É neste sentido que aludimos para o facto de um contexto de deposição ir além do conteúdo do depósito, integrando igualmente tudo aquilo que se encontra na sua envolvência (VILAÇA, 2006: 27), como será abordado mais adiante neste capítulo.

No âmbito da abordagem dos depósitos importa perceber quando é que o ato de deposição de artefactos começou a ser uma ação realizada pelas comunidades humanas. Apesar de ter sido nos finais da Idade do Bronze que esta prática teve uma dimensão preponderante, a verdade é que um pouco por toda a Pré e Proto História, as comunidades depositavam não só os mais variados objetos que tinham ao seu alcance, como também ossos e comida, em sítios como sepulturas, monumentos, áreas de habitação, entre outros (BRÜCK, 1995; BRADLEY, 2005, 2016; VILAÇA, 2006: 18). Contudo, foi no Bronze Final que a deposição de artefactos, sobretudo metais, atingiu uma dimensão muito expressiva, certamente devido à importância e valor que o metal passou a deter no seio das comunidades (VILAÇA, 2006: 18). Em períodos mais tardios, como na Idade do Ferro, e passando por grupos como os Romanos e os Vikings, e mesmo na Idade Média, o fenómeno de deposição continuou a ser uma prática vigente no cerne das sociedades, levando a que possamos constatar que «*a deposição de artefactos é antes de mais um fenómeno transversal no tempo*

---

e no espaço. *Depositar é humano» (ibidem: 20)*. Mesmo nos dias de hoje, a deposição de certos elementos e bens continua a ser uma prática recorrente, como a deposição de flores em sepulturas em homenagem a um ente querido.

É um facto que desde o momento de deposição de um ou mais artefactos até à sua descoberta, muitos valores, simbologias e significados ficaram perdidos no decurso do tempo. Contudo, é necessário proceder a um estudo o mais pormenorizado possível acerca destes contextos, onde a análise dos depósitos poderá permitir a reconstituição de padrões de deposição, que é um fator de grande importância para se poderem constatar dados mais homogêneos acerca das sociedades em estudo.

#### **4.2. O estudo dos depósitos**

Os depósitos apresentam-se no registo arqueológico como parte estruturante da interpretação e compreensão das comunidades do Bronze Final, uma vez que «*neles podemos ver a tecnologia, a economia, as trocas a curta, média e longa distância, os cultos e os rituais, a forma de percepção e apropriação do espaço por parte das comunidades do passado, enfim, o todo social» (VILAÇA, 2006: 16)*. Ao longo do tempo têm vindo a ser o objeto de estudo de vários investigadores nas mais variadas áreas geográficas (CARTAILHAC, 1886; LEVY, 1979; COFFYN, 1985; BRADLEY, 1990). Contudo, a prática de deposição de artefactos não é algo exclusivo à Idade do Bronze, na verdade, é uma prática bastante anterior, uma vez que se constatou ainda durante a Pré-História a deposição de materiais em variadas regiões como Inglaterra, França ou a Escandinávia (BRADLEY, 2016: 108).

Um depósito tem em si presente um conjunto de aspetos que pode revelar dados complexos acerca das comunidades humanas, dado que nestas realidades arqueológicas, não está somente presente o objeto como algo material, como se encontra também «*um conjunto de ações mais ou menos complexas e multicausais, resultantes de um ou mais atos voluntários e intencionais, não só de deposição, mas também de ocultação» (VILAÇA, 2006: 28)*.

Em Portugal, o tema dos depósitos tem vindo a ser explorado e investigado com alguma insistência por parte de alguns investigadores (MELO, 2000; VILAÇA, 2006; BOTTAINI, 2013; SAMPAIO, 2014) contribuindo para a estruturação do conhecimento que detemos acerca do fenómeno de deposição nos momentos finais da Idade do Bronze no território atualmente português. Por outro lado, no contexto europeu, os depósitos de

---

artefactos metálicos são uma abordagem clássica no âmbito da Proto-História, sendo um interesse cada vez mais comum no seio da comunidade científica (BOTTAINI, 2013: 13). De facto, são os estudos que se têm desenvolvido em território europeu que têm estruturado de forma crescente o conhecimento que detemos relativamente aos depósitos, em regiões como a França (GABILLOT, 2000), a Espanha (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995), a Itália (GIARDINO, 2000), o Reino Unido (ROWLANDS, 1976), o norte da Europa (VANDKILKE, 2013), entre outras.

Contudo, o estudo acerca dos depósitos é bastante complexo, como será possível constatar ao longo do trabalho, devido não só à própria complexidade do tema, onde se encontram intrínsecas a este particularidades que têm de ser referidas e abordadas, como a análise do conteúdo dos depósitos, das tipologias presentes nos conjuntos, dos lugares onde se podem encontrar estes contextos, entre outras, mas também devido a um conjunto de problemáticas que são inerentes a este estudo e que serão expostas de seguida.

### **4.3. As problemáticas no estudo dos depósitos**

Como em qualquer estudo científico, deparamo-nos também na abordagem dos depósitos com uma panóplia de problemáticas que devem ser consideradas para uma melhor perceção do estado da arte em relação a esta temática em estudo.

Primeiramente, a interpretação e compreensão dos depósitos seguiu, durante muito tempo, uma linha de abordagem tipo-cronológica. Esta está direccionada essencialmente para o estabelecimento de cronologias específicas, valorizando-se a função que um determinado objeto tinha no quadro económico e funcional no seio de uma comunidade (VILAÇA, 2006: 22). A partir deste ponto de vista, os depósitos, e os objetos em si integrados, eram interpretados somente como instrumentos que revelavam o carácter económico e utilitário das sociedades, excluindo outros fatores de igual importância para o seu estudo, que serão abordados ao longo deste capítulo.

Para além de progressivamente se ir abandonando este tipo de abordagem referida, uma outra questão que deve ser igualmente discutida é a categorização destes contextos arqueológicos. A criação de categorias baseadas em critérios como o conteúdo, o estado físico dos metais e o local de deposição, é algo constante na bibliografia que se encontra disponível, surgindo nomes como “depósitos de fundidor”, “depósitos complexos”, “depósitos pessoais”, etc. (*ibidem*: 22). Esta classificação, muitas das vezes extensa, faz com que este estudo se torne muitas das vezes confuso e disperso, levando os investigadores a perderem-

---

se no meio de categorias de depósitos que se encontram com parâmetros e critérios demasiado estritos na sua definição.

As causas da criação dos depósitos são também uma incógnita que revela algumas problemáticas. Se por um lado a criação de depósitos foi outrora explicada a partir de teorias catastrofistas, defendidas pela presença de armas nestes contextos, justificando que só a existência de um clima social instável levaria as comunidades a adquirirem e manipularem estes bens, por outro os depósitos podem ter sido originados como um produto de mercado para controlar excedentes da produção de bronze, evitando assim a desvalorização do mesmo (ROWLANDS, 1976: 166), muito pelo contrário, dava abertura para que este pudesse ser mais valorizado (BOTTAI, 2013: 319). Contudo, perante esta última hipótese, importa referir que esta é uma interpretação do mundo moderno ocidental que aplica um conjunto de noções e valores contemporâneos a uma realidade não capitalista (VILAÇA, 2006: 23). Estes conjuntos artefactuais podem ainda ser interpretados como oferendas e/ou deposições votivas a divindades, encontrando-se inseridos numa esfera ritual e simbólica das comunidades (CARTAILHAC, 1886: 200). Assim, definir uma única causa ou estipular motivos concretos que justifiquem o surgimento dos depósitos, parece ser uma tarefa que além de complexa se demonstra como algo errático, na medida em que não terá havido apenas um conjunto de fatores inflexíveis que condicionaram a criação destes conjuntos.

Uma das problemáticas na abordagem de artefactos metálicos depositados nas mais variadas circunstâncias prende-se justamente com a falta de contexto específico dos achados, uma vez que muitas das ocorrências caracterizadas como “depósitos”, são na verdade achados fortuitos completamente desprovidos de qualquer informação que se encontre associada à atmosfera onde um achado se encontre inserido. A descoberta de artefactos isolados é uma constante no registo arqueológico nos finais da Idade do Bronze, e, portanto, contemplarmos estes achados como perdas fortuitas levaria a que assumíssemos que «*as populações da Idade do Bronze não eram só muito distraídas, como perdiam essencialmente determinados artefactos*» (VILAÇA, 2006: 43), artefactos estes que muitas das vezes são espadas, punhais, lanças, machados, materiais cuja importância terá certamente sido relevante no seio das comunidades humanas. Logo, os achados isolados têm de ser analisados com uma maior destreza relativamente ao contexto em que foram encontrados. Todavia, este contexto de que falamos não se resume somente às circunstâncias em que os achados foram encontrados, fator que também nem sempre é possível deter dados fidedignos acerca das mesmas, mas abrange outros aspetos, e outras evidências arqueológicas, como núcleos de habitação, elementos do mundo funerário, realidades iconográficas, recursos naturais. Assim, dá-se abertura a uma interpretação onde está presente uma convergência

---

de aspetos distintos que auxiliam a leitura e interpretação de um ou mais objetos (BOTTAINI, 2013: 13).

A par da problemática dos achados fortuitos, podemos salientar também o facto de a descoberta de alguns, se não a maioria, dos depósitos que encontramos referenciados na bibliografia disponível ser associada a indivíduos não arqueólogos, uma vez que estes contextos aparecem frequentemente na sequência de trabalhos agrícolas. É neste seguimento que muitos dos artefactos que integram depósitos, acabaram por ser adquiridos por vários indivíduos através da troca ou compra destes mesmos, levando a que ainda nos dias de hoje alguns objetos se encontrem sem paradeiro conhecido. Deste modo, há um conjunto de dados que se acabam por perder, dado que a preocupação do achador não foi de contextualizar o artefacto e o ambiente onde este se inseria para fins de investigação, levando a que muitos depósitos sejam completamente desprovidos de contexto, impossibilitando o conhecimento das circunstâncias de deposição.

Como referido por R.Vilaça (2006), a temática dos depósitos é um «*debate em aberto*», sendo um tópico com as suas problemáticas muito específicas e particulares, cuja discussão no seio da comunidade científica ainda é extensa, com limites pouco definidos, daí precisar de uma contínua e exaustiva investigação.

#### **4.4. Entre o profano e o sagrado: perspetivas de uma longa discussão**

Como anteriormente referido, a categorização de depósitos é algo muitas das vezes extenso, surgindo como consequência mais problemáticas na interpretação destes contextos. De forma geral, tem-se vindo a dividir os depósitos em duas grandes categorias: depósitos votivos e depósitos utilitários.

Muitos estudos e abordagens relativas a contextos deposicionais estabelecem uma contraposição entre depósitos votivos e depósitos utilitários, em que os primeiros têm um cariz associado ao mundo simbólico, onde os objetos que fazem parte destes foram depositados em sítios onde não seriam recuperados, e, por outro lado, os depósitos utilitários são geralmente interpretados como ocorrências onde os artefactos se encontram associados a um carácter mais prático e funcional (BOTTAINI, 2013: 257). Deste modo, os primeiros encontram-se ligados a uma índole simbólica, onde os objetos poderiam ser oferendas a divindades, e os segundos tinham uma função agregada a um teor económico, estando este implícito no valor do metal (*ibidem*: 257).



---

Contudo, apesar da discussão acerca do valor e sacralidade dos depósitos, importa perceber primeiramente os critérios usados para a definição destes contextos, ou seja, que características é que podemos destacar para nos referirmos a determinados depósitos como profanos e/ou rituais?

De um ponto de vista tradicional alguns autores, no começo da abordagem aos depósitos, separaram depósitos votivos e utilitários tendo em consideração alguns aspetos (LEVY, 1979: 51; BRADLEY, 1990: 10), e estabelecendo critérios para a categorização destes contextos (VILAÇA, 2006: Quadro 1). Contudo, a separação entre depósitos rituais e profanos tem vindo a ser algo cada vez menos referenciado, uma vez que a linha que separa a esfera do ritual do profano é bastante ténue como será abordado ao longo deste subcapítulo. O próprio R. Bradley veio mais tarde a considerar que a antiga separação entre depósitos votivos e utilitários foi uma constatação pouco sábia da sua parte (BRADLEY, 2005: 148; VILAÇA, 2006: 28).

No cerne desta questão permanece igualmente o debate acerca do próprio significado do termo “ritual”. Ou seja, o que é que podemos definir concretamente como um ato, ou um artefacto, integrado em práticas simbólicas? A resposta a esta questão não é de todo linear nem concisa. Pelo contrário, é até bastante fluída e ambígua, uma vez que o ritual está associado geralmente a uma componente não funcional e quase irracional por parte do ser humano (BRÜCK, 1999: 313). Isto leva a que muitas vezes alguns investigadores associem determinados contextos a práticas rituais quando estes não são propriamente compreendidos e analisados devidamente, tendo levado P. Bahn (1989: 62) a definir ironicamente o conceito de ritual como «*ritual: all-purpose explanation used where nothing else comes to mind*». Isto deve-se sobretudo ao facto de muitas evidências arqueológicas carecerem de um contexto preciso levando, muitas das vezes, a que seja atribuída a estas a designação de “ritual”. Porém, esta denominação não é sempre a mais acertada, uma vez que é necessário a constatação de dados específicos que levem à interpretação, e conseqüente determinação, de uma evidência arqueológica como ritual. Aliás, como referido por R. Vilaça (2006: 28) «*A questão não é tanto identificar depósitos rituais e não-rituais, mas saber se é possível, e se se justifica, fazer essa identificação*».

R. Bradley defende, no âmbito desta discussão, que «*ritual deposits are not defined by any particular conception of ritual activity, but are a largely residual category composed of material which for various reasons cannot be accommodated by more utilitarian schemes*» (1985: 693). Isto é, a definição de “depósitos rituais” encontra-se geralmente associada a padrões de deposição que não parecem ter qualquer carácter utilitário, logo, excluindo-se essa

---

possibilidade, esses contextos imediatamente passam a estar enquadrados na esfera ritual. Contudo, na interpretação deste tipo de evidências, temos igualmente de atender ao facto de a percepção e compreensão de certas práticas ancestrais serem um produto do pensamento atual, não sendo formuladas à luz da realidade e do tempo propriamente dito em que estas tiveram lugar (BOTTAINI, 2013: 258).

Deste modo, alguns investigadores admitem que as esferas do profano e do ritual não são propriamente duas realidades completamente separadas como nos dias de hoje, mas poderiam no passado até estar interligadas entre si (MELO, 2000: 29; BRÜCK, 2005: 157; VILAÇA, 2006: 123; BOTTAINI, 2013: 258). Neste sentido, alguns estudos etnográficos realizados atualmente auxiliam a pesquisa de determinadas realidades arqueológicas, uma vez que alguns destes revelam que existem sociedades, como as do «*Post Enlightenment Rationalism*» (BRÜCK, 1999: 313), que tinham em si presentes um ambiente onde o ritual e o profano não eram dois ambientes que atuavam separadamente, pelo contrário, assistia-se a uma «*ritualização das atividades do quotidiano*» (BOTTAINI, 2013: 259). Assim, também as esferas da atividade doméstica e sobrenatural poderiam estar conectadas, levando a que a própria prática metalúrgica atuasse não só como uma atividade económica, mas também social, onde se encontravam presentes valores e simbologias específicas para as comunidades, desde o momento de produção do metal até à sua deposição (*ibidem*: 259).

Contudo, importa realçar que apesar de considerarmos que a esfera do profano e do ritual serem dois ambientes que podiam estar interligados entre si, a verdade é que estamos perante evidências cujo significado original e genuíno nos escapa (MELO, 2000: 29).

#### **4.5. A biografia de um depósito**

*«Os objetos transformam-se com o tempo e com o(s) contexto(s): nascem, quando são produzidos, vivem, quando circulam e são socializados, e morrem, quando se depositam ou se abandonam»*

(VILAÇA, 2006: 86)

A abordagem à deposição de objetos na perspetiva de um estudo pormenorizado que vai além de uma percepção das características tecno-morfológicas destes mesmos, pode começar na elaboração de uma espécie de biografia destes materiais, apoiada numa abordagem cultural dos artefactos, criada primeiramente por I. Kopycoff (1986), no âmbito da

---

antropologia social. Segundo este autor, há uma “biografia cultural” dos objetos que tem de ser conceptualizada pelos investigadores para estes poderem chegar a determinadas conclusões, ou criarem linhas de pensamento que ajudarão a constatar alguns dados sobre as comunidades antigas e a forma como manipularam os seus artefactos.

Uma vez que compreender estes contextos vai além de estudar as tipologias dos objetos e dos lugares onde estes foram depositados, é igualmente relevante perceber a própria história de cada objeto ou de todo o conjunto. Assim, temos de saber interpretar as circunstâncias do momento do “nascimento” do depósito, onde um ou mais objetos são produzidos, são posteriormente utilizados, e em outras situações antes de serem utilizados, circulam, passando pelas mãos e olhares dos mais variados intervenientes. Posteriormente, estes objetos “morrem” quando saem de circulação, ou seja, quando deixam de ser aproveitados funcionalmente, ou quando são depositados (BOTTAINI, 2013: 261), podendo ser igualmente aproveitados para refundição (MELO, 2000: 26).

Salientamos também que esta biografia tem ainda início antes do “nascimento”, ou seja, do fabrico dos artefactos. Para um objeto ser fabricado é necessário um conjunto de elementos, como a matéria-prima, o próprio processo de extração do minério para o trabalho do metal, com as suas variadas etapas e particularidades, e a presença do metalurgista com o *know-how* necessário para a manufatura dos artefactos (VILAÇA, 2006: 21). Salientamos ainda que relativamente ao metalurgista, importa igualmente a sua própria identidade, a posição social que ocupa no seio de uma comunidade, e o seu grau de especialização (BOTTAINI, 2013: 269). São todos estes fatores que acrescentam valor a um objeto e que constroem significados sociais em torno deste mesmo.

A produção de um artefacto é a primeira etapa da biografia deste mesmo, e tem em si presente um conjunto de componentes que atribuem desde logo valor e simbologias muito específicas ao objeto. A tecnologia implícita na manufatura de artefactos metálicos, tem na verdade em si presentes uma panóplia de aspetos, como as técnicas utilizadas pelo metalurgista, os conhecimentos requeridos para o trabalho do metal, os métodos, as próprias ferramentas utilizadas, entre outros aspetos que fazem da produção de um objeto um processo não só complexo, mas que acrescenta valores e símbolos ao produto final. Ou seja, aquilo que se poderia reduzir à simples obtenção de um artefacto metálico, é na verdade um sistema muito mais elaborado onde não podem ficar excluídas as relações sociais, políticas e económicas das sociedades (*ibidem*: 261), uma vez que essas vão acabar por influenciar a obtenção de um objeto. É também a partir destas dinâmicas que os artefactos vão acumulando significados, legitimando a sua deposição por parte dos agentes sociais (*ibidem*:

---

262), sustentando a ideia de que uma simples análise tecno-morfológica destes contextos ser insuficiente para a sua compreensão.

Após a obtenção de um determinado objeto, este entraria em rotas de circulação, quer de curta ou de longa distância. Perante o conhecimento que detemos nos dias de hoje, admite-se que para a Pré e Proto-História o metal circulasse através de redes de troca/intercâmbio cujo alcance seria supra-regional, abrangendo várias e distintas regiões, dando abertura à existência de uma rede de contactos complexa, sendo que a partir daqui o metal adquiria cada vez mais valor enquanto mercadoria (SHERRATT, 1991; KASSIANIDOU & KNAPP, 2005; BOTTAINI, 2013: 270). Por outro lado, poderia igualmente funcionar como elemento consolidador e reestruturante de alianças e relações entre comunidades (KRISTIANSEN, 1987; VILAÇA, 2007; CELESTINO PÉREZ *et al.*, 2008). De qualquer das formas, cada via de circulação terá tido em si presente significados diferentes, uma vez que circulam objetos como mercadorias e como dádivas/oferecidas (BOTTAINI, 2013: 271), estando os primeiros associados a uma aquisição e acumulação de riqueza pessoal e os segundos a uma afirmação do estatuto social (FOWLER, 2004 *apud* BOTTAINI, 2013: 271). Assim, um objeto em circulação acaba por se encontrar presente em várias realidades e circunstâncias distintas que conferem a este mesmo, vários significados, sejam estes de carácter funcional ou simbólico, consolidando a sua importância ao longo da sua “vida”.

Os objetos no final da sua “vida” podem conhecer quatro destinos diferentes: perdem-se, são abandonados, são reciclados, ou são depositados (VILAÇA, 2006: 21). Importa ainda salientar que o momento de deposição não marca somente a “morte” do objeto, mas poderá também criar significados associados a um ou mais objetos (BOTTAINI, 2013: 272).

Além de se tentar elaborar uma leitura acerca da história dos objetos, é necessário considerar o facto de alguns artefactos poderem estar associados à identidade de determinados indivíduos de uma comunidade, que podem ter em si concentrado algum tipo de estatuto social, ou até simbolizar momentos específicos da vida de uma pessoa (*ibidem*: 263), entre outros fatores que vão além do singular caminho que os objetos percorreram até serem depositados.

Contudo, esta abordagem cultural dos objetos tem algumas problemáticas. Enquanto por um lado os antropólogos têm acesso a todos os aspetos que rodeiam o seu objeto de estudo, uma vez que esta linha de pensamento foi criada no âmbito da antropologia social, o mesmo não acontece com os arqueólogos, dado que estes muitas das vezes são obrigados a especular sobre as dinâmicas que poderão ter estado presentes no percurso biográfico de um determinado objeto (*ibidem*: 263). Os arqueólogos criam hipóteses a partir de

---

possibilidades que podem ser aplicadas ao seu objeto de estudo, partindo, na maior parte das vezes, de uma base de dados muito limitada, sendo que nos falta, com muita frequência, contextos e informações que se perderam ao longo do tempo. Neste caso, a deposição de artefactos, a última etapa deste ciclo da vida dos objetos, é uma temática onde uma das grandes problemáticas centra-se justamente na falta de dados em relação aos materiais encontrados, tornando a tarefa de delinear uma trajetória da vida, de um ou mais objetos, algo particularmente complexo.

Apesar de alertarmos para a importância de olharmos para os artefactos como possuidores de uma história própria, não podemos descartar o facto de a abordagem tecno-morfológica ser igualmente importante e valiosa para a compreensão destes contextos. Aliás, além de cada artefacto possuir um simbolismo individual e singular, a tipologia de cada objeto possui uma biografia cultural (*ibidem*: 264), ou seja, além dos significados únicos que cada objeto carrega, a própria tipologia representa valores e símbolos atribuídos pelas comunidades que permanecem até ao momento de deposição.

---

## **5. Definição dos limites geográficos: o território a sul do rio Tejo**

### **5.1. Delimitação geográfica**

Na abordagem aos limites e fronteiras durante a Proto-História, temos de ter em consideração o facto de estes não serem os mesmos que conceptualizamos atualmente, uma vez que para as sociedades antigas os limites territoriais eram distintos dos atuais. Contudo, terá havido a definição de territórios e regiões por parte destas comunidades, nomeadamente para a organização das mesmas, embora possamos considerar que estes limites terão tido um carácter móvel e dinâmico.

Deste modo, procurámos definir o nosso território de estudo a partir de um eixo natural: o rio Tejo. Primeiramente, importa referir que o rio Tejo foi, e ainda é atualmente, um marco territorial no contexto peninsular para os grupos humanos, uma vez que ao longo dos seus 1100km se terão certamente cruzado as mais variadas dinâmicas sociais, políticas, e económicas, no seio das comunidades, permitindo que estas se tivessem complexificado ao longo do tempo. Optámos por selecionar todo o espaço que se encontra confinado aos limites atuais do território português a sul do rio Tejo, uma vez que é uma região com um conjunto de problemáticas no âmbito do registo arqueológico. Uma destas problemáticas foca-se na investigação acerca dos momentos finais da Idade do Bronze ser ainda muito escassa, carecendo de um aprofundamento mais incisivo, de forma a estruturar o conhecimento que atualmente se detém em relação a este período no território em estudo.

Enquadradas neste território encontram-se as regiões da Baixa Estremadura (margem sul), do Alentejo e do Algarve, com as suas variadas singularidades que foram sendo destacadas ao longo do tempo. Deste modo, a região em estudo é um espaço extenso e abrangente, tanto ao nível do registo arqueológico, como também em relação aos elementos naturais presentes, que emolduraram o quadro das vivências das comunidades humanas, e que para a compreensão deste torna-se necessário criar uma abordagem que contemple estes mesmos elementos.

### **5.2. O Quadro natural**

Tal como referido por P.Baptista (2018), a abordagem aos fatores naturais implícitos num determinado território, no âmbito da investigação arqueológica, limita-se muitas das vezes à influência e aos consequentes condicionalismos que previamente se fizeram impor às sociedades do passado (BAPTISTA, 2018: 28). Assim, e perante um dos fundamentalismos da Nova Arqueologia, o território deve ser percecionado como uma fonte

---

de recursos que foram explorados pelas comunidades humanas (*ibidem*: 29), cabendo aos arqueólogos enquadrarem e estudarem esses mesmos recursos de forma a compreenderem aquilo que se encontrava à mercê das sociedades, e de que maneira é que estas os exploraram. Contudo, não podemos separar de forma linear o mundo cultural do natural, uma vez que os grupos humanos não só se desenvolveram a partir, e em conformidade com a Natureza, como também a transformaram consoante os seus objetivos e capacidades (FEBVRE, 1991: 287; BAPTISTA, 2018: 29).

Deste modo, e perante os objetivos deste trabalho, o território deve ser percecionado como uma atmosfera onde o conjunto das suas condições naturais poderá ter influenciado, ou não, a circulação de pessoas e bens, como é o caso dos artefactos metálicos, bem como a sua deposição. Para além deste dado, é importante termos em consideração o facto de as comunidades terem certamente transformado o seu espaço de acordo com as suas necessidades e ambições particulares.

*«O meio exerce, através do conjunto das suas condições naturais, uma influência sobre as sociedades humanas, que por sua vez respondem, através de uma relação de apropriação e transformação do próprio quadro natural, em função de fatores socio-culturais, tecnológicos e simbólicos, por vezes de difícil dissociação»* (*ibidem*: 29). Infelizmente, por consequência dos efeitos do tempo, é-nos praticamente impossível determinar estas mesmas relações entre a esfera cultural e natural das sociedades humanas, implícitas sobretudo em fatores socio-culturais e simbólicos. Por outro lado, podemos, e devemos, indagar-nos acerca do papel que os elementos naturais tiveram para estas comunidades. Neste sentido, a informação que se segue encontra-se centrada na caracterização do meio natural do território em estudo, abordando aspetos como a geomorfologia, a geologia, a hidrologia, e os próprios recursos mineiros da região, que constroem a paisagem que abordamos neste trabalho.

### **5.3. Caracterização geomorfológica**

*«o sul (...) a região das planuras e dos planaltos médios, de extensas bacias fluviais deprimidas e terrenos molemente dobrados, com raros retalhos montanhosos...»*

(RIBEIRO, 1998: 65).

O território a sul do rio Tejo é maioritariamente caracterizado por planaltos e planícies, uma vez que cerca de 62% das terras baixas (inferiores a 200m de altitude) de todo o território

---

continental se encontram no sul do atual território português (RIBEIRO, 1998: 65). Ao contrário da paisagem que se contempla no Centro e Norte de Portugal, a sul da bacia do rio Tejo, o território é dominado por planícies formadas por sedimentos continentais ou originadas pela ação do mar no fim do Terciário (*ibidem*: 71), alcançando várias extensões de quilómetros na paisagem. Contudo, podem ser destacados alguns relevos que emergem na linha do horizonte desta região, como a serra de São Mamede, a única com mais de 1000m de altitude no território a sul do rio Tejo (*ibidem*: 65), a serra d'Ossa, com elevações que se dispõem em sentido SE-NW (MATALOTO, 2012: 190), sendo recortada por acentuados declives, bem como o maciço ígneo da Serra de Monchique, no território algarvio, e a serra calcária da Arrábida (PEREIRA *et al.*, 2014: 573-574).

Neste território podemos distinguir três grandes unidades geomorfológicas: o Maciço Ibérico, as Bacias Mesocenozóicas e as Bacias Cenozóicas<sup>1</sup>. O Maciço Ibérico corresponde, no nosso território de estudo, à região do Alentejo Interior e Baixo Alentejo, sendo caracterizado pelas superfícies de aplanamento originadas pela erosão fluvial ou pela tectónica cenozóica (FERREIRA & FERREIRA, 2004). As Bacias Mesocenozóicas na região em análise, encontram-se na Serra da Arrábida e na bacia algarvia, sendo estes espaços associados a solos calcários (PEREIRA *et al.*, 2014: 574). Por último, as Bacias Cenozóicas, encontram-se na Península de Setúbal, no Alentejo Litoral e na costa algarvia (*ibidem*: fig.2), sendo caracterizadas por territórios de planícies costeiras, de origem marinha e/ou fluvial (*ibidem*: 575).

#### **5.4. Rede hidrográfica**

É bem sabido que os cursos de água são uma das fontes mais ricas de recursos para as comunidades humanas, quer pelo papel fundamental que a água tem para a sobrevivência das sociedades, quer também pelo facto de ser uma fonte de recursos piscícolas e mineiros, estando estes ao dispor das sociedades para que estas se pudessem desenvolver. Também os cursos de água foram utilizados no passado como importantes vias de comunicação entre grupos humanos, uma vez que a navegação fluvial assumiu durante muito tempo uma forma de transporte bastante eficaz possibilitando a união entre o litoral e o interior (VILAÇA, 1995: 410; VILAÇA & CARDOSO, 2017: 214, 240). Para além de vias, as linhas de água podem ser igualmente conceptualizadas como fronteiras (FEBVRE, 1991: 288) e espaços que terão tido

---

<sup>1</sup> Informação obtida a partir dos dados disponíveis do GeoPortal do LNEG ([https://geoportal.lneg.pt/pt/dados\\_abertos/cartografia\\_geologica/cgp50k/](https://geoportal.lneg.pt/pt/dados_abertos/cartografia_geologica/cgp50k/)). Última consulta a 20 de setembro de 2023.



---

significados associados ao mundo simbólico-religioso muito específicos, como poderemos ver ao longo deste trabalho pela deposição de artefactos metálicos junto a cursos de água.

Um dos rios que ocupa a nossa atenção é o próprio rio que define o nosso território de estudo, o rio Tejo. Sendo um rio de planície, o rio Tejo apresenta duas faces: a montante, um vale de erosão encaixado nos planaltos do Maciço Hespérico, e a jusante, um amplo vale ribatejano que se fecha a uma curta distância do mar (RIBEIRO & LAUTENSACH, 1988; VILAÇA & ARRUDA, 2004: 13), tendo sido estas características um polo de atração para as comunidades humanas que se fixaram neste território, beneficiando de todas as vantagens que este rio oferece aos grupos humanos.

Além do rio Tejo, e da sua extensa bacia hidrográfica com cerca de 100 a 120km de largura (RIBEIRO & LAUTENSACH, 1988: 510), no território a sul deste rio, contemplamos mais duas grandes bacias hidrográficas: a do Sado, a do Mira e a do Guadiana, que terão igualmente desempenhado um papel fundamental no quadro das vivências das comunidades humanas.

## **5.5. Recursos mineiros**

Por último, importa referir os recursos mineiros que se encontram presentes no território em estudo, uma vez que este é um trabalho que não só incide na análise de artefactos metálicos, como se debruça sobre um período cronológico onde a prática metalúrgica foi não só importante, mas também determinante para o desenvolvimento e consolidação das comunidades humanas.

O sul de Portugal é caracterizado por possuir as principais fontes de cobre do país (HUNT ORTIZ, 2003: 375; CARDOSO & VILAÇA, 2008: fig.2), havendo uma concentração significativa entre Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo, e também na região de Mértola (HUNT ORTIZ, 2003: 25; 40), ao contrário daquilo que se verifica no centro e norte do país, onde as fontes de cobre são muito mais escassas, comparativamente com a presença de fontes de estanho. Sendo o cobre e o estanho elementos essenciais na metalurgia do bronze, esta desigualdade levou a que as comunidades tivessem de criar contactos entre regiões distintas para que a matéria-prima utilizada na metalurgia do bronze chegasse aos centros de produção de artefactos metálicos, levando, conseqüentemente, à criação de rotas de circulação quer de matéria-prima, quer de artefactos.

Para além do cobre, o território a sul do Tejo possui também outros tipos de mineralizações, como o ferro, que é o elemento com maior representatividade nesta região a

---

seguir ao cobre, concentrando-se na zona da Faixa Piritosa Ibérica, assim como a prata e o estanho, ainda que estes surjam em pequenas concentrações, nas regiões de Montemor-o-Novo (Évora) e Santa Eulália (Elvas) respetivamente<sup>2</sup>.

Infelizmente, não detemos ainda dados acerca da exploração mineira no Sul de Portugal durante o Bronze Final, ao contrário de algumas evidências que constam no território espanhol como é o caso da mina de Chiflón (El Pozuelo, Granada) (HUNT ORTIZ, 2003: 68), que contribuem significativamente para a compreensão e estudo da metalurgia arcaica.

---

<sup>2</sup> Informações recolhidas através da consulta da Carta de Ocorrências Mineiras do Alentejo e Algarve 1:400000 do LNEG.

---

## 6. O Bronze Final a sul do rio Tejo: Enquadramento cronológico e suas particularidades

Com a criação da divisão tripartida da Pré-História europeia por Christian Thomsen, em Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro, no séc. XIX, a Idade do Bronze passou a integrar modelos teóricos dos mais variados investigadores, tornando-se assim numa realidade independente e autónoma que se separava dos períodos anteriores, devido às suas singularidades, sobretudo a manufatura do bronze (LOPES, 2014: 9). Contudo, a abordagem nesta época da Idade do Bronze na Europa era ainda influenciada pelas correntes teóricas evolucionistas, tendo mudado mais tarde com a divisão cronológica da Idade do Bronze por Jean-Jacques Hatt, em Bronze Antigo (1800-1500 a.C.), Bronze Médio (1500-1200 a.C.) e Bronze Final (1200-700 a.C.) (SOARES, 2013: 28).

A Idade do Bronze apresenta-se como o período de «*difusão e intercâmbio da metalurgia (cobre, bronze, prata e ouro), no quadro emergente das sociedades hierarquizadas*» (LOPES, 2014: 9), onde as comunidades interagiam umas com as outras, tanto a nível intra como supra-regional. Para além da abordagem à metalurgia neste período, também se verificam outras diferenças em contextos da Idade do Bronze que se distinguem substancialmente do período anterior, o Calcolítico. Por exemplo, os recintos murados e com fossos surgem com menor frequência, levando à existência de um modelo de povoamento diferenciado do anterior e bastante diversificado, onde em alguns casos existem implantações em sítios destacados na paisagem, e noutras em zonas de planície (SOARES, 2005; MATALOTO, 2013; VILAÇA & CARDOSO, 2017). Quanto ao mundo funerário, este é igualmente diverso, surgindo contextos de pequenos sepulcros, como cistas, hipogeus, fossas e grutas (LOPES, 2014: 11), embora estes se encontrem essencialmente associados a uma dinâmica individualizada da prática funerária, excluindo-se algumas exceções como alguns casos na Estremadura e nas Beiras (SOARES, 2013: 34-35; VILAÇA, 2017).

Centrando-nos no período que ocupa a nossa atenção, o Bronze Final, podemos constatar que é um intervalo de tempo que tem as suas particularidades e singularidades. Nos finais da Idade do Bronze, entre sensivelmente o ano de 1200 a.C e o ano de 750 a.C (MATALOTO *et al.*, 2013: 311), o modelo de povoamento é marcado no território pela presença de povoados fortificados e povoados em altura, e o mundo funerário ganha menor expressão no registo arqueológico, ao contrário do crescimento do fenómeno da deposição de artefactos metálicos (LOPES, 2014:12). Para além destes breves dados, as comunidades desenvolvem ainda complexos mecanismos, não só de produção, mas também de circulação de metais, levando a que possamos considerar o Bronze Final como «*o período áureo da metalurgia arcaica*» (BOTTAINI, 2013: 8), como estará patente ao longo deste trabalho.

---

Relativamente ao conhecimento que dispomos acerca dos momentos finais da Idade do Bronze a sul do rio Tejo, este é insuficiente para podermos elaborar um quadro explicativo, efetivamente completo, desta cronologia (VILAÇA & ARRUDA, 2004: 14; OLIVEIRA, 2013: 339-340; GOMES, 2015: 305; SERRA & PORFÍRIO, 2018: 47). Isto deve-se ao facto de haver uma grande escassez de escavações arqueológicas na região em questão centradas neste período preciso, uma vez que a maior parte dos dados que detemos é proveniente de achados fortuitos, apesar de a interpretação de alguns destes ser importante para a perceção das dinâmicas sociais das comunidades que conviveram neste território.

De um ponto de vista geral relativamente à Idade do Bronze no território a sul do rio Tejo, afirma-se vulgarmente que esta foi uma zona marginal e periférica, em relação aos contactos com o mundo atlântico e mediterrâneo, em comparação com a região Centro e Norte do atual território português (VILAÇA, 2007: 136; SENNA-MARTINEZ, 2013; GOMES, 2015), uma vez que estas regiões foram um palco para um grande dinamismo de produções exportações e importações interligando o mundo atlântico, mediterrâneo e centro-europeu (VILAÇA, 2007: 136), mas será este um dado verdadeiramente factual? A verdade é que a sul do Tejo encontramos vestígios associados à atmosfera mediterrânea, documentando-se igualmente a presença de artefactos tipicamente característicos do mundo atlântico, tendo levado R. Parreira (1998: 268) a constatar que *«No Alentejo Interior somos pouco atlânticos. E no entanto, ao cartografarmos, como o fez Philine Kalb, os tipos que costumamos atribuir ao Bronze Atlântico, encontramos-los ali também representados»*.

Assim, as comunidades que habitavam a sul do rio Tejo não se encontravam excluídas das redes de contacto com outras comunidades exógenas, não tendo estas encontrado obstáculos ao seu desenvolvimento (VILAÇA, 2007: 136), pelo contrário, tiveram elas próprias os seus círculos de convivência onde circulavam artefactos, pessoas, ideias, etc., integrando-se assim *«nas redes de trocas, contactos e interação com outros mundos e comunidades no quadro das dinâmicas que o Ocidente Peninsular conheceu entre finais do II e inícios do I milénio a.C.»* (VILAÇA, 2017: 114).

Se pudermos dividir a Idade do Bronze no Sudoeste Peninsular em duas grandes fases, temos a primeira correspondente aos inícios deste período crono-cultural e ao denominado Bronze Pleno, entre o II milénio a.C. e o ano de 1200 a.C. (SERRA, 2021: 77), em que os dados disponíveis para esta fase correspondem, na sua maioria, a contextos associados ao mundo da morte, contrastando com o parco conhecimento que se detém relativamente aos núcleos de habitação das comunidades deste mesmo período (GOMES, 2015: 305). Por outro lado, no Bronze Final, assiste-se a uma mudança drástica deste

---

paradigma: os contextos funerários passam a ser praticamente inexistentes, e os sítios de habitat cingem-se apenas a alguns sítios identificados (*ibidem*: 305).

Em suma, os momentos finais da Idade do Bronze no território a sul do rio Tejo podem ser conceptualizados como um espaço de tempo onde emergiu uma nova rede de povoamento, com as suas particularidades regionais como se demonstrará mais adiante. Por outro lado, o mundo funerário perdeu, no registo arqueológico, a sua amplitude, tendo dado lugar ao surgimento de novos contextos com diferentes paradigmas e problemáticas, como é o caso dos depósitos de artefactos metálicos, tema que ocupará a nossa atenção ao longo deste trabalho.

De forma a podermos conceptualizar as particularidades do Bronze Final, abordaremos nos subcapítulos seguintes duas componentes que se encontram intrínsecas à abordagem deste período, sendo estas a rede de povoamento e o mundo funerário, e, por outro lado, dois conceitos, o Bronze do Sudoeste e Bronze Atlântico, que não podem ser descartados no estudo desta cronologia.

### **6.1. A Rede de povoamento no Bronze Final**

Para a compreensão da deposição do metal importa, significativamente, ilustrar a malha de povoamento adotada pelas comunidades do passado, uma vez que alguns destes lugares foram centros produtores de artefactos metálicos, onde as sociedades os manipularam para seu benefício. De outro ponto de vista, outros núcleos de habitação podem ter controlado, através do poder económico-político, a posse e circulação do bronze. Além destes aspetos, não podemos descartar o facto de algumas comunidades poderem ter manipulado artefactos de bronze a partir da sua deposição. No fundo, estes são os sítios onde os grupos humanos se encontravam sediados, e onde esteve presente uma atmosfera complexa de dinâmicas que são importantes serem compreendidas no âmbito do estudo destas sociedades.

Deste modo, a abordagem à rede de povoamento que esteve presente nos momentos finais da Idade do Bronze no território em estudo será realizada tendo em consideração as regiões associadas ao mesmo, sendo estas a Baixa Estremadura, o Alto Alentejo, o Alentejo Central, o Alentejo Litoral, o Baixo Alentejo e o Algarve, de forma a se salientarem semelhanças e diferenças num território onde se contemplam alguns regionalismos e particularidades associadas a estes.

---

### 6.1.1. A Baixa Estremadura

A Baixa Estremadura, abrangendo neste trabalho a região correspondente ao norte do distrito do Setúbal, sendo este um espaço onde está presente a simbiose do estuário do Tejo e do Sado, revela dados importantes acerca das vivências das comunidades que conviveram neste território durante o Bronze Final.

Primeiramente, importa referir que João Luís Cardoso (2000a) definiu como ponto característico do Bronze Final na Estremadura um modelo de povoamento caracterizado pela implantação de comunidades nos denominados “casais agrícolas”, baseado numa proposta por parte de G. Marques e G.M. Andrade (1974), sendo estes pequenos povoados implantados em terras férteis dedicados à produção cerealífera (VILAÇA & CARDOSO, 2017: 241-242). Para além destes pequenos núcleos habitacionais, existiram também povoados de altura de onde emanava o poder económico-político, emergindo nestes últimos as elites sociais (CARDOSO, 2000a:375).

A ocupação dos estuários do Tejo e do Sado encontra-se fortemente associada à presença de casais agrícolas. Estes contextos de habitação eram pequenos núcleos associados geralmente a uma esfera familiar, implantados em zonas de baixa altitude e com boas aptidões agrícolas (CARDOSO, 2000a:240), como é o caso do sítio da Quinta do Percevejo (Almada) (BARROS & SANTO, 1991), onde as únicas estruturas identificadas correspondem a interfaces negativos associados, possivelmente, a funções domésticas (SOUSA, 2016: 389). Estes seriam espaços onde se terá desenvolvido uma agricultura especializada, centrada essencialmente em produções cerealíferas devido à presença de foices de bronze em alguns sítios como Pedreiras (Sesimbra), Calhariz e na Fonte da Rotura (Setúbal) (CARDOSO, 2001: 40).

Por outro lado, os povoados de altura encontravam-se localizados em sítios destacados com um excelente controlo visual do território ao seu redor, e encontram-se geralmente associados à afirmação do poder económico-político (CARDOSO, 2000a: 375). Nestes locais encontrar-se-iam sediadas as denominadas elites que controlariam e geririam o território envolvente, como é o exemplo do sítio do Castelo dos Mouros e do povoado da Serra da Cela (SOARES, 2013: 54-56), ambos situados em Sesimbra, tendo-se encontrado neste último, fragmentos de cerâmica com ornatos brunidos (*ibidem*: 58), estando esta associada ao quotidiano das elites (CARDOSO, 2000a: 375). Contudo, a investigação dos povoados de altura no território da Baixa Estremadura ainda é insuficiente, em relação ao conhecimento que se detém acerca dos casais agrícolas, havendo uma falta significativa de escavações nestes locais (CARDOSO, 2001:40).

---

### 6.1.2. O Alto Alentejo

Infelizmente, a informação que detemos relativamente à ocupação do Alto Alentejo, território este maioritariamente centrado no distrito de Portalegre, é extremamente escassa relativamente ao Bronze Final, devido, muito provavelmente, à falta de trabalhos arqueológicos desenvolvidos nesta região que incidam no conhecimento da Idade do Bronze.

O único povoado que se encontra presente nesta região corresponde ao de São Bartolomeu do Outeiro (Portalegre), sendo este um povoado fortificado instalado num cume (MATALOTO, 2013: 233). Contudo, terá sido encontrado junto a este povoado um importante achado correspondente a um conjunto de punhais/alabardas (CARREIRA, 1996 *apud* MATALOTO, 2013: 224).

### 6.1.3. O Alentejo Central

Relativamente ao conhecimento que detemos acerca do final da Idade do Bronze na região do Alentejo Central, sub-região esta que se centra no distrito de Évora, este provém essencialmente de achados fortuitos, cujo contexto ficou perdido algures no tempo. Contudo, trata-se de uma das áreas do território a sul do rio Tejo onde a investigação relativa à Idade do Bronze tem sido mais consolidada ao longo do tempo.

A investigação por parte dos mais variados indivíduos, como A. do Paço (1961), J. Arnaud (1979), M. Calado (*et al.*, 1999), levou ao conhecimento da malha de povoamento, cujo processo de implantação das comunidades terá tido início no começo do II milénio a.C (MATALOTO *et al.*, 2013), que aparentemente se apresenta hierarquizada, havendo, no entanto, uma carência de intervenções arqueológicas intensivas e extensivas nos núcleos de habitação das comunidades.

A identificação de povoados no Alentejo Central associou-se às «*opções topográficas escolhidas*» (MATALOTO, 2013: 225) por parte das sociedades, estando estas associadas a ocupações em cumeada, povoados de altura e povoados de planície. Estes dados revelam um povoamento diverso e complexo, onde estava presente uma rede de povoamento estruturada a partir de grandes aglomerados populacionais que controlariam territórios vastos ao seu redor (*ibidem*: 207).

As ocupações em cumeada apresentam-se como as mais significativas a nível visual, obtendo boas condições de defensabilidade natural, cujos taludes funcionaram como

---

delimitação do espaço dos povoados (*ibidem*: 227), ocupando uma significativa dimensão espacial, ultrapassando, em alguns casos, a dezena de hectares (*ibidem*: 225). Estas ocupações terão sido estabelecidas com uma intenção das comunidades controlarem e gerirem transitabilidades ao se localizarem em pontos estratégicos de caminhos naturais, obtendo a partir destes núcleos uma boa visibilidade do território em redor, detendo, de certa forma, um carácter simbólico-identitário (MATALOTO, 2012: 209), centrando-se essencialmente na Serra d'Ossa, na Serra de Portel, na região de Monsaraz e do Maciço Calcário (MATALOTO, 2013: 227).

Os povoados de altura, abordados de forma sistematizada por R. Parreira e A. M. Soares (1980), apresentam dimensões mais diminutas, com cerca de um a dois hectares (MATALOTO, 2013: 237), em relação aos grandes povoados em cumeada, apesar de serem igualmente destacados na paisagem, ocupando em alguns casos esporões ou cabeços rochosos, localizam-se geralmente em sítios próximos de terrenos férteis (*ibidem*: 237). A maioria destes povoados detém condições de defesa naturais, como o Alto do Castelhinho da Serra (SOARES, 2003) ou o povoado do Castelo do Giraldo (MATALOTO, 1999), havendo por outro lado situações, como o povoado da Coroa do Frade (ARNAUD, 1979), onde a área de ocupação se encontra delimitada por uma muralha à base de pequenas pedras e argamassa de argila (MATALOTO, 2013: 240).

As ocupações de planície, encontram-se associadas ao povoamento de sítios abertos onde se constata frequentemente estruturas negativas, como fossas que terão tido as mais distintas funcionalidades (VILAÇA, 2014: 108), podendo ter sido ocupações permanentes, sazonais ou temporárias (SERRA, 2014: 83), uma vez que não se detetam dados que evidenciem uma ocupação do espaço de carácter duradouro (ANTUNES *et al.*, 2012: 299).

Se por um lado detemos conhecimento acerca da estruturação espacial das comunidades no tipo de povoamento que adotaram, a organização interna dos seus núcleos habitacionais é ainda um dado a investigar intensivamente, bem como os seus contextos domésticos propriamente ditos (MATALOTO, 2013: 244), havendo claramente exceções de sítios intervencionados cujos dados são valiosos neste âmbito, como é o caso de Evoramonte (MATALOTO *et al.*, 2013).

#### **6.1.4. O Baixo Alentejo**

No Baixo Alentejo, região esta que se encontra associada à região de Beja e ao médio Guadiana, o Bronze Final encontra-se caracterizado pela presença de um diversificado



---

modelo de implantação, assemelhando-se ao do Alentejo Central, embora com as suas particularidades. Este povoamento é marcado pela presença de povoados de altura, grandes povoados fortificados, sítios de planície e pequenos povoados aparentemente fortificados (SOARES, 2013: 276).

Tal como na Baixa Estremadura e na região do Alentejo Central, os povoados de altura no Baixo Alentejo apresentam-se como sítios implantados em cumes aplanados, destacando-se na paisagem (*ibidem*: 276), como é o exemplo dos povoados da Cerro da Mangancha (VILAÇA, 2014), da Serra Alta (SOARES *et al.*, 2012) e do Álamo (SOARES *et al.*, 2012).

Os povoados fortificados dividem-se em grandes e pequenos, onde os primeiros ocupam áreas geralmente superiores a um hectare, e os segundos detêm menores dimensões, encontrando-se frequentemente instalados nas proximidades de cursos de água (SOARES, 2005: 136; SOARES, 2013: 276). Na categoria dos grandes povoados fortificados encontra-se integrado o célebre povoado do Castro dos Ratinhos (Moura) (BERROCAL & SILVA, 2010), implantado na margem esquerda do rio Guadiana, detendo três linhas de muralha que delimitam o território ocupado, tendo estas sido erguidas durante o Bronze Final (SOARES, 2013: 282). Por outro lado, um dos pequenos povoados fortificados é o de S. Brás I (SOARES *et al.*, 2012), encontrando-se situado na margem esquerda do Guadiana, tendo sido primeiramente ocupado durante os momentos finais do Calcolítico, desconhecendo-se a dimensão total do povoado durante os momentos finais da Idade do Bronze (SOARES, 2013: 295).

Também os sítios de planície ou sítios abertos, encontram-se localizados em zonas próximas a cursos de água, com um acesso facilitado e onde as condições de defesa não terão sido as mais favoráveis (*ibidem*: 276). Nestes sítios, como se encontra igualmente patente no Alentejo Central e nos denominados “casais agrícolas” da Baixa Estremadura, encontramos frequentemente a presença de estruturas negativas, bem como construções como fundos de cabana, em alguns casos, como no povoado de Salsa 2 (*ibidem*: 289). Como referido anteriormente, estes povoados terão tido, em alguns casos, uma ocupação sazonal como o sítio de Entre Águas 5 (REBELO *et al.*, 2010; SOARES *et al.*, 2012), que terá sido ocupado sazonalmente, uma vez que se situa numa zona de cheia fluvial, o que terá certamente condicionado as condições de habitação da comunidade que ocupou o sítio (REBELO *et al.*, 2010: 464; SERRA, 2014: 83).

A esta tipologia originalmente criada por A.M. Soares (2005, 2013), poderá juntar-se um quinto tipo de povoados correspondente aos grandes povoados, como é o caso do sítio do Outeiro do Circo (Beja), investigado por M. Serra e por E. Porfírio (SERRA, 2014; SERRA

---

& PORFÍRIO, 2012, 2013)<sup>3</sup>. Este núcleo habitacional detém uma dimensão com cerca de 17 hectares, sendo um verdadeiro «*guardião da planície*» como indica o título de um dos contributos dos autores (SERRA & PORFÍRIO, 2011), aproximando-se mais de um modelo de povoamento da Idade do Ferro do que da Idade do Bronze (VILAÇA, 2014: 105), tendo este sido abandonado no Bronze Final, e voltado a ser reocupado na I Idade do Ferro (por volta do séc. VII-VI a.C), mas de forma menos intensiva (*ibidem*: 105).

Apesar do trabalho de investigação e sistematização da informação disponível ser de valor para o conhecimento das comunidades, ainda existem alguns dados importantes em falta, como a dimensão precisa destes povoados (SOARES, 2013: 296). Tal é praticamente desconhecido devido a estes sítios serem intervencionados a partir de pequenas intervenções arqueológicas. Contudo, os dados que detemos nos dias de hoje são valiosos, levando à conceção de um cenário onde esteve presente durante os momentos finais da Idade do Bronze um modelo de povoamento bastante diverso, hierarquizado tal como no Alentejo Central, onde possivelmente os sítios de planície e os pequenos povoados estariam dependentes dos sítios de altura e dos grandes povoados fortificados (SOARES, 2013: 298).

#### **6.1.5. O Alentejo Litoral**

O conhecimento que detemos do Bronze Final na região do Alentejo Litoral é ainda parcialmente escasso, devido à falta de investigação incidente neste território, revelando-se, conseqüentemente, uma ausência de vestígios concretos que ilustrem significativamente o povoamento que esteve vigente nos finais do II milénio a.C. (SERRA, 2021: 83).

A orografia da região contribuiu para esta implantação por parte das comunidades, havendo maioritariamente ocupações em planície de pequenas dimensões, como é o caso do povoado da Cerradinha (SILVA & SOARES, 1978), e em menor número, povoados de altura, como o da Senhora do Livramento (SERRA, 2021: 84), ao contrário daquilo que se observa no interior alentejano onde não há um maior número de povoados de altura (fortificados ou não), mas também se contempla uma maior diversidade de núcleos de habitação.

De um modo geral, o padrão de implantação por parte das comunidades humanas no Alentejo Litoral durante o Bronze Final, parece ter dado continuidade aquele que tinha estado vigente na região durante o Bronze Médio (SOARES & SILVA, 1995: 138), com a presença

---

<sup>3</sup> Para mais informações poderá ser consultado o blog do projeto: [www.outeirodocirco.blogspot.com](http://www.outeirodocirco.blogspot.com). Última consulta a 13 de setembro de 2023.

---

de povoados de altura e fortificados, surgindo também núcleos de habitação de dimensões mais diminutas.

#### **6.1.6. O Algarve**

O território do Algarve tem vindo a ser estudado ao longo de um período que se estende a mais de um século de investigação arqueológica, tendo esta sido levada a cabo por investigadores como E. da Veiga, J. Formosinho, A. Viana e O.V. Ferreira, que deram abertura aos mais variados investigadores a realizarem trabalhos arqueológicos na região.

Relativamente ao Bronze Final, a informação que detemos nos dias de hoje é bastante dispersa e desequilibrada (OLIVEIRA, 2013: 339), uma vez que a investigação neste território acerca da cronologia em questão é, apesar dos contributos de décadas recentes, ainda muito escassa. Contudo, podemos constatar alguns dados importantes acerca dos tipos de povoados existentes, sendo estes povoados de altura e povoados abertos (*ibidem*: 340), transmitindo, tal como nas outras regiões uma diversidade de formas de ocupar o espaço.

Tal como foi exposto para as regiões acima enunciadas, também no território algarvio se documentaram alguns povoados de altura, como o de Castro Marim (OLIVEIRA, 2013) e Tavira (MAIA, 2003; MAIA & GÓMEZ TOSCANO, 2012), sendo estes aqueles cuja informação é mais significativa (OLIVEIRA, 2013: 340) devido às investigações que incidiram nos sítios, como é o caso de Castro Marim que tem vindo a ser alvo de trabalhos arqueológicos desde os anos 80 por Ana Margarida Arruda (ARRUDA, 2007: 118).

Por outro lado, a investigação da ocupação de sítios abertos é menos significativa do que aquela que se verifica com os povoados de altura, sobretudo devido ao facto de estes contextos não terem tido, na sua maioria, alvo de intervenções arqueológicas, sendo exceção a Quinta da Queimada e Pontes de Marchil (OLIVEIRA, 2013: 346).

Perante os dados apresentados, podemos concluir que no território a sul do rio Tejo durante os finais da Idade do Bronze se evidenciou um modelo de povoamento bastante diverso e disperso espacialmente. Dentro desta malha de povoamento detemos povoados de altura, povoados em cumeada e povoados fortificados, estando estes essencialmente sediados na região do Alentejo Central e do Baixo Alentejo, tendo possivelmente emergido como símbolos de poder, sendo referidos como “lugares centrais” onde se encontravam as elites (GOMES, 1992: 105). Acrescem a estes povoados, outras ocupações, geralmente em sítios de planície, próximas de cursos de água e situadas em terrenos férteis, sobretudo na Baixa Estremadura e no Baixo Alentejo, que terão estado subordinados aos primeiros, embora

---

tal não seja sinónimo de estes, por sua vez, serem completamente autónomos em termos de poder (VILAÇA, 2014: 108), havendo neste sentido, uma relação de mútua dependência.

Apesar de a rede de povoamento ser bastante diversificada, o que revela a complexidade das comunidades que habitaram este território, temos de igualmente atender à investigação arqueológica que tem vindo a decorrer em cada região. O território a sul do rio Tejo é, de modo geral, pouco investigado relativamente aos momentos finais da Idade do Bronze, embora nas últimas décadas as investigações neste âmbito tendem a ser bastante frutíferas para o conhecimento desta cronologia. Contudo, certas regiões são mais estudadas do que outras, como o Alentejo Central e o Baixo Alentejo, contrastando com espaços como o Alto Alentejo ou o litoral alentejano, devido à execução de trabalhos ao abrigo da Arqueologia preventiva e de emergência. Esta lacuna na investigação arqueológica é uma problemática no âmbito deste trabalho, uma vez que não se consegue deste modo elaborar uma conceção pormenorizada das dinâmicas sociais, económicas e políticas das comunidades do Bronze Final que conviveram neste território.

Outro fator que futuramente deve ser investigado intensivamente no âmbito do estudo do povoamento nos finais do II milénio na área de estudo é a organização interna dos núcleos de habitação. Deste modo, conseguiríamos perceber as dinâmicas de organização do espaço das comunidades, bem como comparar entre regiões, destacando alguns regionalismos eventualmente. Para tal, é necessário a realização de escavações arqueológicas não só intensivas como também extensivas, uma vez que estas muitas vezes incidem somente em pequenas sondagens, para podermos vir a ter ao longo do tempo um maior e mais detalhado conhecimento acerca das comunidades que conviveram no território a sul do rio Tejo.

## **6.2. O mundo funerário durante o Bronze Final no território a sul do Tejo**

*«todo o morto deveria ter um lugar para morar, ou para lembrar...Sabemos, porém, que só alguns o tiveram»*

(VILAÇA, 2015: 92)

Há muito assinalado, durante o Bronze Pleno, o mundo funerário apresenta-se no registo arqueológico de uma forma bastante variada (SAVORY, 1951: 331), o que permitiu

---

com que se concluíssem dados significativamente relevantes para a configuração das sociedades que viveram neste período.

Em contraste, os dados arqueológicos remetentes para o mundo dos mortos durante o Bronze Final estão muito pouco documentados. Este parece ter perdido a sua significância, tanto no território atualmente português como em todo o território ibérico e atlântico (SAVORY, 1951: 237; COFFYN, 1985: 205; CARDOSO, 2000c: 73), observando-se um desvanecimento do mundo funerário, ao contrário da crescente visibilidade que os núcleos de habitação passaram a ter no seio das sociedades, como se encontra evidente no capítulo anterior.

O conhecimento que detemos acerca do mundo dos mortos durante os momentos finais da Idade do Bronze no sul de Portugal provém essencialmente da obra de H. Schubart (1975), embora, ao longo do tempo, terem ocorrido trabalhos arqueológicos que contribuiram para uma maior obtenção da informação acerca das práticas funerárias das comunidades antigas, mas não necessariamente do Bronze Final, como os trabalhos de A.M. Soares (1994).

Apesar de os dados serem escassos podemos destacar alguns aspetos que ilustram a atmosfera do mundo funerário durante o Bronze Final no território a sul do Tejo. Quanto às práticas funerárias propriamente ditas, constata-se a presença de inumações e de incinerações no território de estudo, que continuaram ainda durante a I Idade do Ferro (CARDOSO, 2004b: 210).

A reutilização de monumentos megalíticos, quer para fins funerários quer para deposições rituais, como se encontra patente no grande dólmen nº1 dos Monumentos do Lousal (Grândola) (*ibidem*: 206), terá sido uma prática de destaque na esfera simbólica e funerária das comunidades. Esta reutilização de antigos espaços neolíticos e calcolíticos, terá atribuído um significado particular a estes sítios, sendo um símbolo e uma marca dos antecessores das sociedades, podendo ter sido locais de culto (GOMES, 2016: 39). Esta prática encontra-se bem documentada no registo arqueológico além das fronteiras do atual território português, constatando-se em regiões como a Andaluzia Ocidental (GARCÍA SANJUÁN, 2005 *apud* GOMES, 2016: 38) e a Meseta Norte (DELÍBES CASTRO, 2004 *apud* GOMES, 2016: 38). O porquê de esta prática ter existido não é algo exato, apesar de ter tido certamente um valor simbólico, poderá ter correspondido, igualmente, no quadro socio-político, a uma intenção por parte dos estratos mais destacados de uma comunidade em «*legitimar a sua preeminência social evocando a sua ascendência e linhagem como fatores distintivos*» (GOMES, 2016: 39).

---

As problemáticas inerentes ao estudo do mundo dos mortos durante o Bronze Final são variadas. Uma destas corresponde à escassez de dados que impossibilitam a construção de uma síntese bem estruturada deste fenómeno, o que dificulta a perceção e compreensão deste mesmo. Além desta lacuna na informação disponível, salientamos igualmente o facto de as evidências que se encontram registadas na bibliografia não conferirem dados muito seguros, sendo necessário haver uma investigação aprofundada em alguns sítios e contextos possivelmente funerários, como é o caso da Quinta da Alorna (Almeirim) (SCHUBART, 1971: 166 *apud* VILAÇA, 2015: 90).

Quanto aos dados que se encontram disponíveis no nosso território de estudo, podemos salientar algumas situações.

Na região da Lezíria do Tejo, cabe-nos destacar as necrópoles de Alpiarça, identificadas no século XX, como necrópoles de incineração que testemunham a presença desta prática funerária na área do Baixo Tejo, que terá sido difundida através da Meseta Ibérica pela Catalunha (CARDOSO, 2000c: 66). Este complexo de necrópoles, constituído pela do Tanchoal e do Meijão, foi inicialmente associado à Idade do Ferro (CORRÊA, 1936: 135), tendo sido integrado, em tempos posteriores, na esfera do Bronze Final devido à sistematização de trabalhos arqueológicos na região e ao cruzamento de dados arqueológicos com o centro e sul de Portugal (ARRUDA, 1994; VILAÇA *et al.*, 1999: 16-17). Estas necrópoles caracterizam-se pela presença de fossas onde no interior se encontraram recipientes cerâmicos com as respetivas incinerações (GOMES, 2016: 51). Foram ainda realizadas datações por radiocarbono que apontaram para uma baliza cronológica entre os meados do século XI a.C. e os inícios do século IX a.C. (VILAÇA *et al.*, 1999: 14-15).

Nesta região encontra-se também outra evidência associada à prática de incineração, no *tumulus* 1 do Souto (Abrantes) (CRUZ & SANTOS, 2011). Neste local foi encontrada uma grande urna com restos associados a uma incineração no interior (BELTRAME *et al.*, 2018: 35, fig.3), cujo modelo é análogo às das necrópoles de Alpiarça (GOMES, 2016: 53), uma vez que se verifica uma proximidade entre ambos os sítios. O recipiente cerâmico foi depositado em covacho onde constavam não só restos ósseos, mas também alguns artefactos metálicos que foram, possivelmente, queimados com o corpo (VILAÇA, 2015: 90; BELTRAME *et al.*, 2018: 37, fig.5).

No território da Baixa Estremadura, salientamos o célebre *tholos* da Roça do Casal do Meio (Sesimbra). Passamos a salientar alguns elementos acerca da longa problemática implícita no estudo deste monumento que tem vindo a ser alvo de discussão ao longo do tempo no seio da comunidade científica. Este trata-se de um *tholos* composto por um corredor

---

e uma câmara de planta curvilínea, tendo sido coberta por *tumulus* (CARDOSO, 2000b: 245) onde foram inumados dois indivíduos. Quanto à atribuição de uma cronologia e de uma origem desta estrutura tumular, estas foram alvo de debate por parte de alguns investigadores. Por um lado, defendia-se que se tratava de uma construção megalítica que tinha sido reutilizada no Bronze Final (SPINDLER *et al.*, 1973/74: 117; BELÉN *et al.*, 1991: 237). Por outro, M. Almagro-Gorbea (1989: 363) assumiu que o monumento tinha em si presentes elementos de inspiração dolménica, embora mais tarde tenha modificado a sua opinião e constatado que a Roça do Casal do Meio poderia corresponder a uma criação de origem local com influências provenientes do Mediterrâneo Oriental e Central (ALMAGRO-GORBEA, 1998: 86-56), de regiões como a Sicília (TORRES ORTIZ, 1999: 142 *apud* GOMES, 2016: 43), onde no território peninsular não se encontraram quaisquer precedentes (CARDOSO, 2004b: 204). Esta constatação da presença de influências do Mediterrâneo provém da presença de materiais exógenos, como uma fíbula de enrolamento de arco “*ad ochio*” e um pente em marfim (*ibidem*: 205), chegando-se a defender que os ocupantes do monumento poderiam corresponder a ocupantes e/ou comerciantes de origem sarda (BELÉN *et al.*, 1991: 251; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995: 145; CARDOSO, 2000b: 247). De um modo geral, o estudo da Roça do Casal do Meio envolve uma longa e vasta problemática onde se encontram intrínsecos diversos argumentos que suportam cada tese. Contudo, a realização de análises por radiocarbono levou à constatação de que as inumações tiveram lugar num intervalo cronológico entre os meados do século XI a.C. e os finais do século IX a.C. (VILAÇA & CUNHA, 2005: 52).

No Alentejo Central destacamos os sítios do Monte da Cabida 3 e do Casarão da Mesquita 3, ambos localizados em Évora. No Monte da Cabida 3 foram identificadas inumações em algumas sepulturas em cista no interior de fossas atribuídas ao Bronze Final (SOARES *et al.*, 2009: 442). Este sítio corresponde a uma necrópole cuja utilização por parte de comunidades humanas provém de tempos desde o Neolítico (*ibidem*: 442). Também no sítio do Casarão da Mesquita 3 foram documentadas duas inumações em fossa (*ibidem*: 448; fig. 17). Ambos os espaços correspondem a núcleos habitacionais onde se verificou a presença de vestígios associados ao mundo dos mortos, havendo assim uma atmosfera de simbiose entre o espaço dos vivos e o dos mortos, algo que é pontualmente presente no registo arqueológico.

Na região do Baixo Alentejo podemos destacar uma certa variedade respetivamente às práticas funerárias. Por um lado, constata-se a reutilização de monumentos megalíticos, no *tholos* do Barranco da Nora Velha (Ourique) e no *tholos* do Monte do Outeiro (Aljustrel). O primeiro foi escavado nos anos 50 do século XX por A. Viana (1960), onde este considerou

---

ter encontrado evidências que estavam associadas à prática de incineração no interior do monumento (CARDOSO, 2004a: 206). Contudo, a constatação da prática deste ritual não se encontra propriamente presente, uma vez que em nenhum momento se documentou a presença de cinzas, carvões ou marcas de combustão (VIANA, 1960; GOMES, 2016: 35). Por outro lado, no *tholos* do Monte do Outeiro, encontraram-se, seguramente, duas inumações no interior do monumento megalítico (CARDOSO, 2004b: 207).

Na necrópole da Atalaia (Ourique), conhecida genericamente pela sua utilização durante o Bronze Pleno, deram-se possíveis reutilizações durante o Bronze Final. Estas foram identificadas pela presença de espólio funerário associado a algumas sepulturas em cista (SCHUBART, 1965: 21, 56, 62). Contudo, esta hipótese de reutilização foi contestada por alguns investigadores (BELÉN *et al.*, 1991: 229-231), que defenderam que as contas de vidro, integradas no conjunto de artefactos, que foram atribuídas aos momentos finais da Idade do Bronze, são igualmente conhecidas em momentos anteriores, bem como alguns recipientes cerâmicos exumados. De qualquer modo, tal é uma hipótese, sendo igualmente viável que tivesse havido uma continuidade da utilização da necrópole desde o Bronze Pleno ou tendo havido a construção *ex novo* de novas sepulturas no Bronze Final (GOMES, 2016: 49). Todavia, seria necessário proceder a uma reapreciação dos materiais, bem como recorrer a uma análise minuciosa das contas de pasta vítrea (*ibidem*: 49).

Ainda no Baixo Alentejo, no Monte da Ramada 1 (Aljustrel), foram identificados dois hipogeus. O hipogeu 2 caracteriza-se por uma antecâmara de planta ovoide e uma câmara circular, onde foram encontrados restos osteológicos associados a diferentes etapas da utilização funerária do monumento (BAPTISTA *et al.*, 2014: 269). Por outro lado, o hipogeu 4 corresponde a uma estrutura com uma antecâmara sub-retangular e uma câmara circular onde foi inumado um indivíduo adulto na base da câmara, estando associado a este um conjunto de artefactos correspondentes a uma dádiva funerária (*ibidem*: 273), que foram ainda submetidos a análises arqueometalúrgicas (VALÉRIO *et al.*, 2018). Ainda neste hipogeu foi encontrado um ossário associado a dois indivíduos associado a uma unidade diferente, e posterior, à inumação mencionada anteriormente (BAPTISTA *et al.*, 2014: 273). Nestes dois monumentos foram documentados ritos funerários distintos, em que no hipogeu 2 estamos perante um enterramento familiar de pelo menos 20 indivíduos (BAPTISTA *et al.*, 2014: 280; VALÉRIO *et al.*, 2018: 258), e, em contrapartida, no hipogeu 4 verificamos um ossário e uma inumação, estando associado a este um espólio funerário (BAPTISTA *et al.*, 2014: 279-280). Foram ainda submetidas a análises por radiocarbono amostras provenientes de ambos os hipogeus, cujos resultados integraram estes no espectro cronológico do Bronze Final do Sudoeste (*ibidem*: 277).



---

Também em Ourique, na Herdade da Marchica Nova, apesar de a informação não ser excessiva, foram descobertas duas sepulturas de inumação em fossas (DIAS & COELHO, 1972: 193).

No território algarvio, sobressai o caso do Cerro do Malhanito (Alcoutim), tratando-se de um *tholos* com um corredor curto que dá acesso a uma câmara (CARDOSO, 2004b: 193). Este monumento foi construído durante o Calcolítico, e foi posteriormente esvaziado e reutilizado por uma comunidade do Bronze Final para a inumação de um indivíduo (*ibidem*: 196).

Apesar de as evidências arqueológicas previamente mencionadas serem poucas, podemos constatar alguns dados acerca das práticas funerárias por parte das comunidades que habitaram o território a sul do Tejo durante a última fase da Idade do Bronze.

Em primeiro lugar, destacamos a presença de ritos de inumação e de incineração, que decorreram em diversos contextos. Assistimos, na maior parte dos casos enunciados, a uma reutilização de monumentos megalíticos, como se encontra presente no Cerro do Malhanito (Alcoutim) (CARDOSO, 2004b), mas também a inumações em fossas, com sepulturas em cista ou não, como no Monte da Cabida 3 (Évora) (SOARES *et al.*, 2009) ou na Herdade da Marchica Nova (Ourique) (DIAS & COELHO, 1972). Realçamos ainda os hipogeus do Monte da Ramada 1 (Aljustrel), que constata a continuação da utilização destas estruturas durante o Bronze Final, algo que foi primeiramente confirmado no registo arqueológico no território em estudo (BAPTISTA *et al.*, 2014: 279). A estas realidades juntam-se excecionalidades como as necrópoles de incineração de Alpiarça (CORRÊA, 1936; ARRUDA, 1994; VILAÇA *et al.*, 1999), sendo um testemunho de um espaço devidamente estruturado para a deposição de restos humanos, e a inumação da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (SPINDLER *et al.*, 1973/74; CARDOSO, 2000b), com a sua panóplia de problemáticas. Realçamos ainda a presença de vestígios associados ao mundo funerário incorporados em núcleos de habitação, como se encontra patente nos sítios do Monte da Cabida 3 e no Casarão da Mesquita (SOARES *et al.*, 2009), ambos localizados em Évora.

Esta variedade na deposição dos mortos por parte das sociedades poderá corresponder a uma coexistência de tradições (VILAÇA, 2015: 91) que conviveram no território a sul do Tejo, umas com mais semelhanças entre si do que outras. Apesar de os dados serem escassos, não podemos negar que as evidências que chegaram até aos dias de hoje revelam uma complexidade por parte das sociedades arcaicas devido não só pelas práticas que adotaram para depositarem os seus mortos, como também pela forma como se apropriaram do espaço que tinham à sua mercê para incorporarem os seus ritos. Deste modo,

---

estamos a abordar sociedades complexas para quem a morte era percecionada «*não como um momento, mas como um processo desenrolado em vários atos traduzidos através de cerimónias fúnebres, com distintos tempos, cenários e intervenientes*» (*ibidem*: 84), conferindo a esta atmosfera um cariz simbólico de grande destaque.

Em suma, o conhecimento que detemos acerca das práticas funerárias das comunidades arcaicas durante o Bronze Final é ainda muito escasso, o que nos pode levar a assumir que estes grupos deixaram de facto poucas evidências no registo arqueológico (BELÉN *et al.*, 1991: 252; VILAÇA, 2015: 84).

Partindo deste desconhecimento, poderá supor-se que o grande desvanecimento de contextos funerários em ambiente terrestre esteja associado a uma transladação do mundo funerário para o ambiente aquático como alguns autores assumem (BELÉN & ESCACENA, 1995: 110). Por outro lado, pode-se admitir que as comunidades do Bronze Final adotaram a prática dos denominados “*air burials*” (FAHLANDER & OESTIGAARD, 2008: 6), em que os corpos eram expostos em determinados espaços da Natureza, como esteve presente no seio de várias populações (VILAÇA, 2015: 92), mas cujos vestígios são praticamente nulos.

Em jeito de conclusão acerca deste tópico, não podemos deixar de realçar que se torna uma tarefa extremamente difícil descrever com total clareza aquilo que foi a realidade das sociedades antigas relativamente às suas práticas funerárias, dado que os dados que possuímos, para além de escassos, muitas das vezes não são propriamente claros. Demonstra-se necessário, para uma melhor compreensão do paradigma do mundo dos mortos durante o Bronze Final a sul do Tejo, a realização de um estudo direcionado para uma análise pormenorizada e focada nas evidências arqueológicas associadas a esta atmosfera, quer em campo, quer vocacionada para o estudo de materiais provenientes destes contextos, objetivo que não esteve subjacente a este trabalho. A par deste estudo, seria igualmente importante proceder a uma revisão da bibliografia que se encontra disponível, dado que alguns monumentos foram descobertos ainda no século XX, havendo informações que precisam de ser corrigidas e/ou confirmadas, como é o caso das supostas necrópoles de incineração da Serra de Borrazeiros referidas por F. de Lima (1981; 1988), ou dos sítios da Quinta da Alorna (Almeirim) (SCHUBART, 1971: 166) e de Salvaterra (SAVORY, 1951: 375), para os quais já foi chamada a atenção (VILAÇA, 2017: 115). Havendo uma revisão bibliográfica e um estudo minuciosamente detalhado acerca do mundo dos mortos, seria possível sistematizar este fenómeno de uma forma mais concreta e precisa.

---

### 6.3. O Bronze do Sudoeste

No âmbito da investigação da Idade do Bronze no território a sul do Tejo, não podemos ignorar o conceito de Bronze do Sudoeste, criado por Hermanfrid Schubart na década de 70 do século XX, detendo uma cronologia compreendida entre 2000 e 750 a.C. (SERRA, 2021: 77), apesar de a cronologia que detém a nossa atenção remeter para o espaço de tempo entre 1200 a.C. e 750 a.C., correspondendo ao Bronze Final (MATALOTO *et al.*, 2013: 311).

Porém, com o desenvolvimento da investigação arqueológica nas últimas décadas, que é ainda escassa, havendo a ausência de trabalhos arqueológicos sistemáticos, percebeu-se que o território a sul do rio Tejo é composto, sobretudo no Bronze Final, por uma complexa rede de povoamento, onde se encontram presentes vários tipos de núcleos habitacionais, revelando a existência de sociedades socialmente complexas (*ibidem*: 306), como foi exposto ao longo do capítulo 6.1. As comunidades humanas instalaram-se principalmente em cumeadas destacadas na paisagem, permitindo deter a partir destas um controlo da paisagem em redor, assumindo igualmente um papel na «*gestão de transitabilidades*», que levaria ao controlo de fluxos de circulação (MATALOTO, 2013: 257). Estes grupos não só controlariam a paisagem como afirmariam o seu poder e estatuto social a partir do controlo da circulação de bens e de pessoas, quer de origem regional quer suprarregional (VILAÇA, 1998b: 348), como também a partir da posse e manipulação do metal como será demonstrado ao longo deste estudo.

O Bronze do Sudoeste apresenta-se como um conceito que se encontra circunscrito às regiões do Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, Algarve, Andaluzia Oriental, parte do Alto Alentejo e ainda a região da Baixa Extremadura, no território espanhol (SERRA, 2021: 78). Este conceito que se centra numa conceção de uma identidade cultural, apresenta-se isolado e separado da denominada “Cultura de El Argar”, estando esta por sua vez centrada na região de Almeria, em Espanha, tendo como base o povoado de El Argar, escavado pelos irmãos Siret (SCHUBART, 1975; PARREIRA, 2014: 14; SERRA & PORFÍRIO, 2018: 36; SERRA, 2021: 78). Schubart definiu primeiramente o denominado “Horizonte Ferradeira” que seria contemporâneo ao período do Campaniforme, ao qual se seguia o Bronze do Sudoeste I e II, e por fim, alguns investigadores acabaram por definir igualmente um Bronze do Sudoeste III, que corresponderia ao Bronze Final (SERRA, 2021: 78). Esta subdivisão que foi sendo ao longo do tempo revista por vários investigadores, acabou por ser dividida simplesmente em Bronze Pleno do Sudoeste e Bronze Final do Sudoeste, baseada em datações por radiocarbono (MATALOTO *et al.*, 2013; SERRA, 2021: 78).

---

No seguimento da abordagem deste conceito, podemos indagar-nos acerca da forma que este acabou por ser definido e a partir de que bases. A definição da entidade cultural do Bronze do Sudoeste baseou-se essencialmente em vestígios associados ao mundo funerário, uma vez que Schubart defendia que as comunidades do Sudoeste asseguravam o seu estatuto e, conseqüentemente, o afirmavam perante outros grupos, através da organização que estava presente nos espaços funerários (SCHUBART, 1975). De facto, a informação que dispomos acerca da Idade do Bronze, sobretudo relativamente aos seus momentos finais, no território a sul do rio Tejo, encontra-se ainda muito focada no mundo funerário (GOMES, 2015: 305), uma componente de extrema importância para a compreensão das comunidades humanas e das suas mais variadas dinâmicas, existindo por outro lado uma falta de investigação que incida sobre os sítios de habitação destas mesmas sociedades. Contudo, com o decorrer do tempo e com o despoletar de trabalhos arqueológicos neste território acabaram por surgir novos dados que complementam aquilo que se apresenta como Bronze do Sudoeste.

Antes de Schubart ter definido o conceito de “Bronze do Sudoeste”, alguns investigadores deram início aos seus projetos de investigação nesta região, publicando dados que levaram à conceção deste conceito. E. da Veiga (1889: 117-118) no levantamento da Carta Arqueológica do Algarve caracterizou a partir de um conjunto de critérios aquilo que apelidou por “Idade do Cobre”, estando este período associado aquilo que hoje se encontra definido por Idade do Bronze, tendo para a região do Sudoeste inventariado um conjunto de necrópoles, havendo uma total e completa ausência de identificação de núcleos de habitação desta época (PARREIRA, 2014: 14). Os contributos de E. da Veiga acabaram por desencadear uma nova fase de investigações no território a sul do rio Tejo, orientadas, por exemplo, por F.N. Ribeiro (1965), M. Tarradell (1965), A. dos Santos Rocha (1911), J.L. de Vasconcelos (1897), V. Ferreira e A. Viana (1959) (PARREIRA, 2014: 15). Nos anos 60 do século XX, B. Blance revela que o termo “argárico” aplicado ao Sudoeste era um tanto exagerado, tendo referido somente que a região do Sudoeste era, por outro lado, um conjunto de “áreas influenciadas por El Argar” (BLANCE, 1971: 133-145; PARREIRA, 2014: 15) e não propriamente integradas na denominada “cultura de El Argar”.

A. Viana escavou o Monte da Atalaia (Ourique), cujos trabalhos arqueológicos revelaram contextos funerários de extrema importância (VIANA, 1959), e no ano de 1962 é acompanhado por V. Leisner e H. Schubart na investigação do sítio, tendo Schubart liderado as escavações no ano de 1962 e 1963 devido ao agravamento das condições de saúde de Viana, publicando mais tarde, em 1964, um estudo com os resultados desses trabalhos arqueológicos (PARREIRA, 2014: 16; SILVA & SOARES, 2018: 383-384). Nesta sequência,

---

Schubart publica uma compilação da informação disponível até à data relativamente à Idade do Bronze no Alentejo, Algarve e Andaluzia Ocidental, definindo uma «*Cultura da Idade do Bronze do Sudoeste da Península Ibérica*» (SCHUBART, 1975), tendo ficado abreviadamente conhecida por “Bronze do Sudoeste”.

A obra de Schubart permitiu definir o final do Calcolítico e os inícios da Idade do Bronze no Sudoeste, tendo identificado e caracterizado as componentes que eram elementos singulares deste período (SILVA & SOARES, 2018: 385). Foi nesta sequência que a necrópole da Atalaia serviu como um dos sítios de destaque devido às investigações sistemáticas que se deram no sítio (PARREIRA, 2014: 16) para a caracterização desta linha cronológica. Schubart designou duas etapas correspondentes à Idade do Bronze no Sudoeste, o “Bronze do Sudoeste I” e o “Bronze do Sudoeste II”, sendo a primeira uma fase inicial da Idade do Bronze que estaria ainda em consolidação no território em questão, e tendo como paralelo o Argárico A (definido por Blance em 1971), e a segunda seria uma época mais tardia, correlacionável com o Argárico B (segundo Blance, 1971) (PARREIRA, 2014: 16). Schubart, por outro lado, não definiu uma fase que correspondesse à etapa final da Idade do Bronze, embora tenha reconhecido novos elementos que integraram este período como a cerâmica de ornatos brunidos (SCHUBART, 1975; MATALOTO *et al.*, 2013: 308).

Contudo, mais tarde, alguns investigadores, como Almagro Gorbea (1977: 149), definiram a existência de um “Bronze do Sudoeste III”, correspondendo ao Bronze Final, período este que no Sudoeste terá decorrido entre 1170-1050 e 780-730 a.C<sup>4</sup> (MATALOTO *et al.*, 2013; SERRA & PORFÍRIO, 2017: 211).

Com o desenvolvimento de investigações, e com o aumento, ainda que pouco significativo atualmente, de intervenções arqueológicas no território em estudo, o conceito de Bronze do Sudoeste acabou por se complexificar. Neste encontra-se implícito não só a interpretação do mundo funerário único, como também do modelo de povoamento adotado pelas comunidades, estando este particularmente caracterizado pela emergência de povoados fortificados e povoados de altura que se destacavam na paisagem (MATALOTO *et al.*, 2013: 308). Ao nível da metalurgia, o Bronze Final do Sudoeste encontra-se essencialmente caracterizado pela manufatura de espadas, punhais, lanças e machados (*ibidem*: 309), artefactos estes que compõem os conjuntos artefactuais encontrados em

---

<sup>4</sup> Esta cronologia baseia-se na sistematização de todas as datações por radiocarbono que estavam disponíveis para realidades do Bronze do Sudoeste (MATALOTO *et al.*, 2013; SERRA & PORFÍRIO, 2017).

---

contextos dos momentos finais da Idade do Bronze no território a sul do rio Tejo, que serão expostos mais adiante.

#### **6.4. O conceito de Bronze Atlântico**

Na continuidade da abordagem do Bronze Final não só no território a sul do rio Tejo, mas de forma geral em todo o território atualmente português, importa destacar o conceito de “Bronze Atlântico”, uma vez que um dos pontos centrais deste mesmo é a produção, circulação, e até deposição de artefactos metálicos, havendo investigadores que referem-se ao Bronze Atlântico como «*o período áureo da generalização e circulação do metal no Ocidente europeu, ou seja, durante a última etapa da Idade do Bronze*» (MELO, 2000: 21).

O conceito de Bronze Atlântico tem na sua génese alguns critérios tipológicos associados à produção metalúrgica, tendo este sido criado por Santa Olalla (1946). Este autor dividiu a Península Ibérica em dois períodos, por um lado o Bronze Mediterrâneo, e por outro o Bronze Atlântico, sucedendo este ao primeiro (VILAÇA, 1995: 26-38; BETTENCOURT, 1998: 18; VILAÇA, 2020: 299). Santa Olalla refere que a primeira fase estaria associada à produção de machados de talão com dois anéis, machados com aletas, punhais e espadas com nervura central (BETTENCOURT, 1998: 19), e a segunda fase estaria ocupada com a produção e circulação de machados de alvado, foices, pontas de lança, navalhas de barbear, e espadas e punhais em língua de carpa (*ibidem*: 19).

Por outro lado, MacWhite (1951) associa o conceito de Bronze Atlântico à fachada atlântica peninsular, fazendo uma crítica à definição do conceito por parte de Santa Olalla, referindo que este criou o conceito baseando-se somente em critérios tipológicos, aludindo igualmente para a importância de serem igualmente circunscritas neste conceito algumas realidades culturais (BETTENCOURT, 1998: 19). Para MacWhite a região do Noroeste da Península Ibérica teria sido alvo de influências oriundas do território atualmente francês, tendo mais tarde surgido influxos vindos do atual território irlandês (*ibidem*: 19). Para este investigador, o Bronze Atlântico encontrava-se exclusivamente associado à presença de influências exógenas que terão chegado por via marítima, excluindo os fluxos migratórios como fator de mudança (*ibidem*: 19).

Savory (1951, 1968) associa, tal como MacWhite, o Bronze Atlântico à fachada atlântica peninsular, justificando-se através da existência de várias entidades culturais e não apenas pela diversidade artefactual de metais. Além desses aspetos, acaba também por alertar a importância do estudo da cerâmica e do modelo de povoamento adotado pelas

---

comunidades, bem como algumas características associadas ao mundo funerário (BETTENCOURT, 1998: 19). Para este autor, o Bronze Atlântico circunscreve-se ao Noroeste, tendo estado presente nesta região influências oriundas da atual França e do território cantábrico desde o séc. VII ao séc. III/II a.C (*ibidem*: 19). Contudo, com o decorrer dos mais variados trabalhos arqueológicos, Savory revela que o conceito do Bronze Atlântico, revela-se na verdade pouco satisfatório para a compreensão e conceptualização das comunidades e suas dinâmicas durante o Bronze Final no território ibérico (*ibidem*: 19).

Mais tarde, foi a vez de Almagro-Gorbea (1977, 1986) se pronunciar relativamente a esta temática. Este investigador assumiu a existência de uma espécie de cultura atlântica para os finais da Idade do Bronze, identificando cinco áreas (Noroeste, a região entre o rio Douro e o rio Tejo, Extremadura, Huelva juntamente o baixo Guadalquivir, a zona Astur-Cantábrica, e o Sudoeste) onde se encontraram presentes influências oriundas da Europa atlântica, e em alguns casos, influências provenientes de países escandinavos (BETTENCOURT, 1998: 19).

Nos anos 80 do séc. XX surgem outras sínteses dedicadas ao conceito de Bronze Atlântico. Phylline Kalb (1980) incorpora nos seus critérios uma avaliação da distribuição dos objetos metálicos associados a cerâmicas e jazidas mineiras inseridas no atual território português, destacando três áreas de povoamento com as suas particularidades. Relativamente ao sul do território português, esta é uma região que segundo a autora se encontra relacionada com o Bronze do Sudoeste criado por Schubart (1975), encontrando-se, nesta, várias minas de cobre (ver também em BETTENCOURT, 1998: 20).

Ruiz-Gálvez Priego (1984) inclui no conceito do Bronze Atlântico todo o território da fachada ocidental e o norte da Península Ibérica, ainda que a autora não concorde propriamente com a designação de bronze atlântico ou cultura atlântica (BETTENCOURT, 1998: 20), sugerindo, por sua vez, a denominação de “mundo atlântico” (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1984: 539). Sugere igualmente que os contactos atlânticos começaram ainda no Bronze Inicial, tendo-se consolidado somente nos finais da Idade do Bronze (BETTENCOURT, 1998: 20), apontando três fases para o Bronze Final e associado a estas artefactos metálicos:

-Bronze Final I (1200-1000 a.C.) com a presença de machados de talão, com e sem anéis, pontas de lança de “tipo Penha/Rosnoen”, e braceletes lisos (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1984: 254);

---

-Bronze Final II (1000-900 a.C.) com a presença de espadas pistiliformes e “tipo Ballintoper”, punhais de lingueta, machados de apêndice e de talão, navalhas de barbear, braceletes lisos de secção romboidal ou quadrangular (*ibidem*: 276);

-Bronze Final III (900-700 a.C.) que pode ser dividido em dois períodos: Bronze Final IIIa (900-800 a.C.) maioritariamente caracterizado pela presença de espadas em língua de carpa, e Bronze Final IIIb (800-700 a.C.), associado à presença de espadas tipo Vénat, machados de talão unificiais, machados de alvado, espetos articulados, caldeirões, foices do tipo Rocanes e Castropol, fíbulas, navalhas de barbear, alfinetes e braceletes decorados (*ibidem*: 321).

Para Coffyn (1985), o Bronze Atlântico caracteriza-se sobretudo pela presença de relações comerciais entre zonas como os países Bálticos, Grã-Bretanha, Irlanda e a zona da Bretanha Francesa, com a Península Ibérica (sobretudo o Noroeste, o Centro-Oeste e o Sudoeste), levando deste modo ao estabelecimento de contactos onde fluíssem influências não só tecnológicas, sobretudo ao nível da metalurgia, mas também culturais (COFFYN, 1985: 274). Para o autor, o modelo de povoamento, a cerâmica, e as práticas tumulares seriam aspetos complementares à produção metalúrgica (COFFYN *et al.*, 1991: 181; BETTENCOURT, 1999: 21).

O conceito de Bronze Atlântico afasta-se de uma realidade de “cultura”, uma vez que este conceito se refere a uma associação de aspetos, materiais e imateriais, e até comportamentais, num determinado espaço, segundo os antropólogos Kroeber e Kluckhohn, na sua síntese relativamente à noção de cultura (KROEBER & KLUCKHOHN, 1952). Este conceito não é particularmente aplicado como um dado singular no território da fachada atlântica peninsular, uma vez que os dados arqueológicos revelam a existência de grupos com tradições distintas uns dos outros, que terão tido contacto com outras comunidades, atlânticas neste caso, levando a incorporar nas suas práticas alguns elementos destas mesmas (BETTENCOURT, 1998: 23).



---

## 7. Dados empíricos

### 7.1. Introdução

«*the metal makes the world go round*»

(PARE, 2000)

O Bronze Final apresenta-se como a fase de desenvolvimento do trabalho do metal, levando a que o conhecimento sobre este período seja muitas vezes construído à base de artefactos metálicos (VILAÇA, 2020: 297), uma vez que estamos perante uma era de grande diversidade de objetos com tipologias distintas de machados, espadas, foices, escopros, pontas de lança, entre outros, (MELO, 2000: 23).

A produção e manipulação destes objetos de bronze, peças com a presença de uma liga binária de cobre e estanho, levou à estruturação e complexificação das comunidades humanas durante os últimos momentos da Idade do Bronze (VILAÇA & CARDOSO, 2017: 267). Isto deve-se ao próprio processo de produção de objetos em bronze ser ele mesmo complexo, uma vez que para a obtenção destas peças era necessário extrair o minério, fundi-lo e transformá-lo, geralmente em ambientes de carácter doméstico, havendo depois abertura para os objetos manufacturados circularem em rotas de comercialização, que seriam certamente controladas (VILAÇA, 1998b: 368). Foi através do metal que muitas redes de contacto foram sendo construídas e estabelecidas ao longo do tempo, conferindo a este um valor que se encontra diretamente associado com a forma como as sociedades se desenvolveram uma vez que «*ele é acumulável, perene, convertível e transportável*» (VILAÇA, 2013: 192).

Podemos constatar que nos momentos finais da Idade do Bronze, houve um aumento da produção e circulação de metal, levando à caracterização de diferentes «*facies do Bronze Final na fachada atlântica europeia*» (MELO, 2000: 25) através do estudo de artefactos metálicos, cujos contributos dos mais variados investigadores (i.e. MACWHITE, 1951; MONTEAGUDO, 1977; KALB, 1980; COFFYN, 1985) são verdadeiramente valiosos para o nosso conhecimento acerca das comunidades antigas e das suas dinâmicas sociais, económicas e políticas. Tal deve-se ao facto de os artefactos metálicos não poderem ser apenas considerados simples objetos cuja abordagem espelha-se somente numa perspetiva morfo-tipológica, dado que para além do complexo percurso de produção e obtenção destes materiais, estes integraram as mais variadas esferas do quotidiano dos grupos humanos.

Os artefactos metálicos ocorrem nos mais variados contextos, seja em povoados (num diversificado modelo de implantação), em túmulos, em grutas, em depósitos, surgindo ainda

---

em representações rupestres (BETTENCOURT, 1998: 28), de forma isolada ou em conjuntos. O surgimento destes objetos numa variedade de sítios no registo arqueológico pode estar aliada à multiplicidade dos significados que as comunidades antigas atribuíram aos seus artefactos metálicos (*ibidem*: 28-29). De um ponto de vista etnográfico, sabemos que os valores simbólicos, e até mesmo funcionais dos objetos, variam de sociedade para sociedade (BRADLEY, 1985: 29), podendo o significado original de um determinado artefacto ter sido distorcido ao longo do caminho que percorreu até ao seu destino (BRADLEY, 1990: 29).

A conceptualização do poder e valor do metal tem uma diversidade de abordagens, uma vez que do ponto de vista social, político e económico os artefactos metálicos detiveram importâncias e significados distintos. Por exemplo, se por um lado um conjunto de materiais que foi depositado na margem de um rio terá uma forte carga simbólica para uma determinada comunidade, por outro, este mesmo e os objetos integrados poderão tido um valor no quadro político e económico na atmosfera de contactos, transações e comércio (TAYLOR, 1993:3; MELO, 2000: 26). Ou seja, o valor dos artefactos pode ter concepções e interpretações múltiplas, não sendo algo linear e objetivo, uma vez que *«o valor dos artefactos não é intrínseco, mas culturalmente construído, sendo, portanto, flutuante, mutável, passível de alternância de significados (ou, pelo contrário, da sua acumulação, o que os converte em potenciais relíquias), ditado pelas distintas condições culturais e históricas que os manipularam»* (VILAÇA, 2003b: 250). De forma a interpretarmos este valor através dos dados arqueológicos que nos chegaram até aos dias de hoje, é necessário cruzar um conjunto de dados associados às mais variadas manifestações humanas (VILAÇA, 2006: 91) que permitem chegar, de alguma forma, a possíveis conclusões acerca dos simbolismos e significados sociais que poderão estar no cerne da concepção de um depósito.

## **7.2. Depósitos de artefactos metálicos a sul do Tejo**

No âmbito do estudo dos depósitos, concretamente daqueles que se encontram no território a sul do rio Tejo, tornou-se imperativo criar um conjunto de critérios que contribuam para a definição destes contextos arqueológicos. A categorização em termos classificativos de depósitos é vasta, surgindo ao longo da bibliografia várias denominações acerca destes conjuntos, tais como “depósitos de sucata”, “depósitos de fundidor”, “depósitos utilitários”, “depósitos votivos”, etc. Contudo, a caracterização destas categorias baseou-se em critérios que iremos aplicar na definição dos contextos arqueológicos que podem ser considerados como depósitos no nosso território de estudo, sendo estes: o conteúdo, o estado físico dos materiais e os lugares de deposição (VILAÇA, 2006: 22; BOTTAINI, 2013: 483).

---

O conteúdo dos depósitos pode ser vasto e ter variantes distintas na forma como estes contextos surgem no registo arqueológico. Não só no território atualmente português, mas também no mundo atlântico e mediterrâneo, verificamos uma variedade de conjuntos ao nível do conteúdo destes mesmos. Contudo, existem alguns padrões de deposição, como se encontra patente em alguns casos, e como será exposto ao longo deste trabalho. No âmbito da exposição e estudo dos depósitos, é igualmente relevante determos um olhar atento na análise do número de objetos e tipologias que se encontram num determinado conjunto, uma vez que podem ser destacadas exceções que tornam estes contextos únicos.

Quanto ao estado físico dos objetos, é necessário deter informações precisas e detalhadas que caracterizem devidamente o estado em que se encontra uma determinada peça: se está completa, fragmentada, deformada, com marcas evidentes de uso, se aparenta nunca ter sido utilizada, etc. Relativamente ao conteúdo dos conjuntos, devemos ter em consideração as tipologias de artefactos que se encontram nestes mesmos, bem como as suas funcionalidades, podendo levar à constatação, em alguns casos, de padrões de deposição que se podem tornar repetitivos no registo arqueológico.

Por último, o lugar de deposição apresenta-se como um aspeto bastante importante na abordagem aos depósitos, uma vez que em alguns casos deu-se a deposição de materiais em circunstâncias que merecem ser destacadas, como será abordado mais à frente. O lugar onde estes contextos se encontram torna-se imperativamente parte da identidade e simbolismo de cada conjunto a partir do momento em que este é depositado, uma vez que o significado de um depósito transcende a significância do objeto em si, alastrando-se ao sítio onde este se encontra, visto que este é um espaço onde circularam pessoas, vivências, histórias e memórias.

Tendo em consideração estes critérios podemos definir alguns artefactos metálicos como parte integrante de contextos deposicionais. Embora esta classificação seja muitas das vezes problemática, o nosso objetivo não é criar uma linha de investigação fechada a novas interpretações de determinados materiais arqueológicos, mas sim proceder a uma abordagem estruturada e sintetizada acerca de um fenómeno que teve um grande impacto no seio das dinâmicas sociais das comunidades humanas durante o final da Idade do Bronze no território a sul do Tejo.

Assim, destacamos a presença de 29 depósitos no território a sul do Tejo (Fig.1), que irão ser abordados e analisados nos próximos capítulos, e cujas informações se encontram sistematizadas no catálogo (Anexo I).

---

### **7.3. O conteúdo dos depósitos**

Perante o conjunto de artefactos metálicos que se encontram no território a sul do Tejo e que associámos a possíveis contextos deposicionais, importa proceder a uma análise destes mesmos. De forma que esta análise seja o mais coerente possível, optámos por dividir os materiais em categorias: utensílios, armas e outros objetos, sendo que em cada categoria serão expostas as tipologias de objetos que se encontram presentes em cada uma.

#### **7.3.1. Os utensílios**

A categoria dos utensílios inclui uma panóplia de artefactos que fizeram parte do quotidiano das comunidades humanas, encontrando-se, na nossa amostra de estudo, através da presença de machados, escopros e foices.

##### **7.3.1.1. Os machados**

Os machados apresentam-se como a categoria de objetos mais numerosa em contextos deposicionais no território a sul do Tejo, com base no catálogo exposto no fim do trabalho, o que nos leva a considerar que estes artefactos podem ser encarados como «*o símbolo mais vital de comunidades cuja economia de subsistência era basicamente sustentada por atividades agro-pastoris*» (BOTTAINI, 2013: 274).

Contudo, apesar de estarem inseridos na categoria dos utensílios, os machados podem ser considerados artefactos polivalentes (TILLEY, 1996: 115; BRADLEY, 1990: 48), adquirindo assim várias funcionalidades e simbologias, interligando, de certo modo, ambientes produtivos e rituais (KRISTIANSEN, 1984: 79; BOTTAINI, 2013: 274).

No nosso território de estudo, podemos contemplar a presença de 16 machados de bronze inseridos em possíveis contextos deposicionais dos últimos momentos da Idade do Bronze, cujas tipologias variam entre machados planos, de alvado e de talão (ver Catálogo de Depósitos-Anexo I).

Os contextos de proveniência destes machados são muitas vezes difíceis de determinar, uma vez que a informação disponível acerca dos mesmos é escassa em grande parte dos casos, problemática que persiste na abordagem aos depósitos de artefactos metálicos nos finais da Idade do Bronze. Deste modo, a maioria dos machados documentados provém de achados isolados e completamente descontextualizados, o que dificulta a

---

estruturação do conhecimento das comunidades antigas e das suas práticas. Porém, como se encontra presente no registo arqueológico na nossa área de estudo, alguns machados detêm circunstâncias de achado particularmente interessantes, como a deposição junto a cursos de água, ou a associação a outros materiais que podem revelar padrões de deposição.

Apesar de os dados muitas vezes serem escassos, e também ambíguos, podemos constatar um facto anteriormente referido por C. Bottaini (2013: 275): «*a deposição de machados atribuídos ao Bronze Final demonstra uma vitalidade tipológica sem paralelos noutros tipos metálicos*», uma vez que se encontram em contextos deposicionais todas as tipologias de machados integradas nesta fase, dado este que não se constata nos outros tipos de materiais. De todo o modo, qualquer que seja a tipologia de machados presente nestas evidências arqueológicas, estes são materiais que surgem muitas das vezes na região que estudamos de forma isolada, o que não significa que correspondam obrigatoriamente a depósitos. Alguns destes achados isolados foram encontrados em circunstâncias de destaque, como por exemplo, em lugares onde estiveram associados a meios húmidos, ou configuram tipologias raras no território a sul do Tejo, como os machados de talão, ou detêm ainda características que os tornam artefactos verdadeiramente únicos, como o machado do Monte do Olival (Ferreira do Alentejo) (SERRA & PORFÍRIO, 2018).

Sendo artefactos polivalentes, os machados, perante uma perspetiva diacrónica, foram materiais que foram sendo depositados pelas comunidades ao longo do tempo, desde os modelos de machados de pedra polida até à introdução da metalurgia arcaica (BOTTAINI, 2013: 275). Comparativamente com o território centro e norte de Portugal, o fenómeno da deposição de machados a sul do Tejo é significativamente diferente. No nosso território de estudo, este tipo de artefactos apresenta-se no registo arqueológico isolados ou em conjuntos de poucas peças, ao contrário do que se verifica em outros casos documentados no atual território português como no depósito de Areosa (Viana do Castelo) (MONTEAGUDO, 1977) ou no de Coles de Samuel (Ourém) (PEREIRA, 1971) em que existe uma quantidade numerosa de machados.

#### **7.3.1.1.1. Machados planos**

Os machados planos apresentam-se na nossa amostra de estudo como a tipologia de machados com maior número de artefactos no registo arqueológico. De todo o conjunto de objetos associados a depósitos no território a sul do Tejo, podem ser contemplados nove machados planos provenientes de: São Francisco da Serra (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016), Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016), Baleizão (Beja)

---

(VILAÇA & LOPES, 2005), Fóia (Monchique) (VEIGA, 1891), Ribeira de Arão (Monchique) (VASCONCELOS, 1913) e Fontes Grandes (Estombar) (VEIGA, 1891).

Estes objetos são uma tipologia de artefactos cuja produção e utilização abrangeu toda a Idade do Bronze, e tal como o nome indica, caracterizam-se pelas faces aplanadas dos machados, havendo uma variedade na morfologia dos gumes que estes podem apresentar.

Relativamente à distribuição geográfica destes materiais, estes concentram-se essencialmente no noroeste ibérico, existindo em grandes aglomerados até ao limite do Tejo (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2013:595). A sul deste rio, a quantidade de machados planos diminui, assim como as suas dimensões (*ibidem*: 596), passando a encontrarem-se consideravelmente dispersos no espaço. Quanto aos sítios enunciados onde se recuperaram machados planos que podem estar associados a possíveis depósitos, estes encontram-se geograficamente distantes, havendo apenas uma pequena concentração no distrito de Faro, com os sítios da Fóia, da Ribeira de Arão e Fontes Grandes. Cabe-nos ainda destacar a proximidade entre o sítio de Baleizão, onde se descobriram três machados planos no interior de um recipiente cerâmico, e o sítio de Salsa 3, onde se terão produzido este tipo de artefactos.

Devido à longa diacronia de produção e utilização destes machados, atribuir uma cronologia específica aos machados planos torna-se muitas das vezes uma tarefa complexa e com algumas problemáticas se nos basearmos somente em critérios morfo-tipológicos. Contudo, sabemos que os primeiros artefactos de bronze binário introduzidos no atual território português correspondem aos machados planos de tipo Bujões e Barcelos (HARBINSON, 1968). Estes artefactos foram primeiramente introduzidos no norte e noroeste da Península Ibérica, em regiões como o Minho, Trás-os-Montes e a Galiza (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2013:592), e só mais tarde é que chegaram ao Sudoeste Ibérico.

Os primeiros machados planos de bronze encontram-se geralmente associados ao Bronze Médio, embora a sul da bacia do Tejo a primeira evidência do fabrico deste tipo de artefactos se encontre associada ao Bronze Final, através da datação por radiocarbono de uma camada residual que cobria um fragmento de um molde proveniente da fossa 8 do povoado do Casarão da Mesquita (São Manços) (SOARES *et al.*, 2007). Salientamos ainda que do território a sul do Tejo provêm ainda mais dois moldes para o fabrico de machados planos: o molde encontrado no silo 4 no sítio de Salsa 3 (Serpa) (DEUS *et al.*, 2012) e o molde múltiplo (triplo ou quadruplo) no povoado de Martes (Évora) (MATALOTO, 2013: 252, fig.21). Assim, pode-se assumir que entre as primeiras produções de machados planos no noroeste

---

ibérico e a chegada destes ao sul do atual território português, deu-se um período de cerca de 250 anos (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2013:597).

Como anteriormente referido, os machados encontram-se presentes em múltiplas ocasiões no registo arqueológico, inclusive nos próprios contextos de deposição existe uma variedade de circunstâncias onde podemos encontrar este tipo de artefactos. No território a sul do Tejo, os machados planos integrados em possíveis depósitos surgem em contextos igualmente diversificados, integrando quer deposições individuais quer deposições múltiplas, associados a outros objetos.

Assim, para iniciar, os machados planos aparecem na maioria das vezes associados a deposições individuais, como nos depósitos da Fóia, da Ribeira de Arão e de Fontes Grandes. Contudo, apesar destes machados se tratarem de deposições individuais, detêm igualmente a sua singularidade, sobretudo pelo lugar onde foram encontrados. O depósito da Fóia (Monchique) destaca-se não só pelo sítio onde foi encontrado, numa cavidade correspondente a uma pequena gruta (VEIGA, 1891: 179), como também pelo facto de ter sido testemunhado juntamente com outros machados empilhados uns em cima dos outros, apesar de até aos nossos dias ter apenas subsistido um dos machados do conjunto. Quanto ao machado da Ribeira de Arão (Monchique) que, tal como o nome indica, foi descoberto na ribeira que lhe dá nome (VASCONCELOS, 1913: 148), este partilha um significado comum com todos os artefactos encontrados junto a cursos de água: um simbolismo certamente único associado às águas, sendo um objeto de destaque neste conjunto de machados planos. Por último, o machado de Fontes Grandes (Estombar) (Fig.2) foi contemplado entre duas grandes pedras (VEIGA, 1891: 188) que o ocultavam dos olhares dos demais.

Por outro lado, nos depósitos de São Francisco da Serra, Sobral da Várzea e de Baleizão, os machados encontram-se associados a outros objetos, tornando estes conjuntos pluritipológicos. O machado de São Francisco da Serra (Santiago do Cacém) (Fig.3) foi descoberto, juntamente com uma foice do tipo Rocanes, na colina do setor ocidental da Serra de Grândola (SOARES *et al.*, 2016: 118), sítio este onde se pode contemplar o pôr-do-sol no Oceano, e que por sua vez poderá ter conferido a este machado um simbolismo particular por parte da comunidade que o depositou. Na Herdade do Sobral da Várzea (Santiago do Cacém), juntamente com os machados planos, foram encontrados dois escopros e uma foice do tipo Rocanes (VASCONCELOS, 1914: 315) (Fig.4). Estes são materiais que se encontram associados ao trabalho, cujo simbolismo pode ter atuado como valorização do mesmo por parte de uma comunidade. Em contrapartida, os machados do depósito de Baleizão (Beja) (VILAÇA & LOPES, 2005) não só estavam associados a artefactos de outras categorias

---

completamente distintas, como objetos de adorno, como foram descobertos no interior de um recipiente cerâmico onde os artefactos se encontravam organizados por matéria-prima (VILAÇA, 2006: 70), uma vez que estamos perante um depósito bi-metálico, constituído por peças em bronze e em ouro.

Cabe-nos ainda salientar uma particularidade no âmbito deste conjunto de machados planos: a fragmentação dos machados do Sobral da Várzea. A fratura transversal dos dois machados poderá tratar-se de uma ação intencional por parte dos indivíduos que depositaram estas peças, que de imediato levaram a que estas não fossem mais encaradas como objetos utilitários, pelo contrário, passaram a estar integradas num ambiente ritual.

Em jeito de conclusão, perante as situações apresentadas, a deposição de machados planos apresenta-se como um fenómeno transversal aos contextos e às condições de deposição, havendo uma variedade significativa de situações que merecem destaque. Salientamos também as associações tipológicas em alguns depósitos que tornam estes conjuntos singulares, bem como o estado físico de determinados machados que conferem a estes simbolismos particulares.

#### **7.3.1.1.2. Machados de Alvado**

No nosso território de estudo, encontramos sete machados de alvado que se encontram associados a possíveis contextos deposicionais, nos sítios do Monte da Açorda (Coruche) (VILAÇA, 2003), de Coruche (GOMES *et al.*, no prelo), de Évora (MONTEAGUDO, 1977), de Alfarim (Sesimbra) (SERRÃO, 1966), de Pedreiras (Sesimbra) (SERRÃO, 1966) e do Monte do Olival (Ferreira do Alentejo) (SERRA & PORFÍRIO, 2018).

Com base no número de argolas que possuem, ou não, podemos destacar a presença de duas variantes tipológicas distintas: machados de alvado com duas argolas e machados de alvado sem argolas. O conjunto maioritário é constituído por peças que apresentam duas argolas, havendo apenas um exemplar que não detém qualquer tipo de argola anexada, tratando-se de um dos machados do depósito de Alfarim (Sesimbra). Contudo, apesar de não se encontrarem no conjunto de materiais em estudo, e de serem raros no registo arqueológico, a presença de machados de alvado com uma argola encontra-se sobretudo vinculada ao norte do atual território português e à Catalunha (HARDARKER, 1976: mapa 1).

Estes machados distinguem-se sobretudo pelo tipo de secção do alvado que apresentam, detendo na maioria dos casos de estudo secções quadrangulares, à exceção do machado do Monte do Olival que apresenta uma configuração mais subcircular. Para além do



---

tipo de secção que têm, os machados de alvado podem destacar-se pelos motivos que apresentam nas suas faces. Alguns exemplares, como o do Monte da Açorda e de Pedreiras, apresentam faces lisas, ao contrário dos machados de Évora e Alfarim que detêm nervuras longitudinais, e por outro lado, os de Coruche e Alfarim que por sua vez apresentam nervuras horizontais. Cabe-nos ainda destacar que estes artefactos podem ainda deter motivos decorativos, como é o caso do exemplar do Monte do Olival, através de iconografias em “V”, como também se encontra patente em outros machados desta tipologia tanto no território atualmente português, como o machado procedente de Santo Tirso (Porto) (MONTEAGUDO, 1977: 245, Est. 117; MELO & ARAÚJO, 2000), como também no território espanhol, como servem de exemplo alguns machados presentes no depósito de Rippol (Girona) (HARDARKER, 1976: 155).

Os machados de alvado encontram-se, com todas as suas peculiaridades morfológicas e decorativas de cariz regional, por todo o território atlântico, aparecendo em grandes concentrações em sítios específicos como as Ilhas Britânicas (EOGAN, 2000; BOUGHTON, 2015) e na França atlântica (ELUÈRE, 1990). No território atualmente português, a sua distribuição geográfica é bastante dispersa, havendo uma concentração na região da Estremadura e no norte do país, e ocorrendo, de forma mais discreta no território a sul do Tejo, havendo somente pequenas concentrações na zona de Coruche e Sesimbra.

Salientamos ainda que os moldes de fundição destes machados encontram-se nas regiões da Galiza e das Astúrias (HARDARKER, 1976: mapa 1; COFFYN, 1985: 229-232; 221, carte 42; FIGUEIREDO *et al.*, 2021), não havendo até aos dias de hoje notícia da ocorrência de um achado destes moldes no território português, reforçando deste modo a ideia de que estamos perante produções originárias do Noroeste Ibérico. Apesar de serem produções locais, os machados de alvado ocorrem igualmente no mundo mediterrâneo, como se contempla no célebre depósito de Monte Sa Idda (Sardenha) (TARAMELLI, 1921: 27-28).

Os machados de alvado apresentam-se no registo arqueológico como uma das produções mais características dos momentos finais da Idade do Bronze da Europa Ocidental, estando geralmente atribuídos a um intervalo de tempo entre os séculos IX e VIII a.C. (HARDARKER, 1976: 164; MONTEAGUDO, 1977; COFFYN, 1985: 219), ainda que a sua produção possa abranger o século VII a.C. em zonas mais setentrionais (VILAÇA, 2008: 81). No território atualmente português, conhece-se apenas um exemplar, proveniente do povoado de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva) (MENDES, 2009: 91), que foi encontrado num contexto arqueológico fidedigno, estando associado ao século VIII a.C., cronologia que corrobora com as propostas anteriormente mencionadas.

---

Relativamente aos contextos de deposição onde se encontram machados de alvado, estes são muitas das vezes poucos conhecidos devido à falta de informação acerca das circunstâncias de achado das peças. Porém, no território português estes artefactos aparecem sobretudo em povoados e em depósitos propriamente ditos.

Na região a sul do rio Tejo, os machados de alvado são provenientes, na sua maioria, de achados fortuitos completamente descontextualizados. Destacamos exemplares como o de Coruche (GOMES *et al.*, no prelo) (Fig.5), cujas informações são um pouco dúbias, ou o machado do Monte da Açorda (Coruche) encontrado no decurso de trabalhos agrícolas (VILAÇA, 2003a: 45) (Fig.6). Em outras ocorrências, estes objetos foram adquiridos em momentos posteriores à sua descoberta por indivíduos que integraram estas peças em museus, como os machados de Alfarim (Sesimbra) (SERRÃO, 1966) (Fig.7) e do Monte do Olival (Ferreira do Alentejo) (SERRA & PORFÍRIO, 2018: 48) (Fig.8). Contudo, existe uma exceção: o achado de Pedreiras. O conjunto de Pedreiras (Sesimbra) (SERRÃO, 1966) (Fig.9) foi encontrado a uma proximidade significativa de dois povoados, o da Meia Velha (CALADO *et al.*, 1999: 123) e o da Casa Nova (*ibidem*: 89), e de uma lapa, a Lapa da Cova (SOARES, 2013: 88), o que poderá levar a que este depósito seja considerado um possível “depósito periférico” devido à sua proximidade com núcleos de habitação, podendo deste modo expressar algum tipo de apropriação territorial e simbólica (VILAÇA, 2006: 18, 65).

Destacamos o facto de a maioria destes machados de alvado surgirem isolados, sem qualquer associação a outro tipo de objetos. Contudo, mais uma vez, existem exceções, como o achado de Alfarim (Sesimbra) composto por um machado de alvado com duas argolas e outro machado sem argolas, tratando-se de um depósito monotipológico. Por outro lado, também no concelho de Sesimbra, em Pedreiras, o machado de alvado de duas argolas foi encontrado junto a uma foice do “tipo Rocanes” (SERRÃO, 1966), tratando-se aqui de um depósito pluritipológico. Ambos os conjuntos integram objetos que se encontram associados a práticas agrícolas, podendo ter sido escolhidos por uma comunidade, com o objetivo de serem símbolos que perpetuam a valorização do trabalho.

Por último, cabe-nos fazer um ressalvo relativo ao estado físico dos artefactos. A maioria dos machados de alvado na nossa amostra encontra-se sem qualquer tipo de fraturas, à exceção do machado de alvado proveniente de Évora (MONTEAGUDO, 1977: 246, Est. 118) (Fig.10) que apresenta as argolas fragmentadas. Não sabemos se tal foi o resultado de uma ação intencional ou não, deixando em aberto a possibilidade de este machado ter sido utilizado, em algum momento, como escopro.

---

### 7.3.1.1.3. Machados de Talão

Os machados de talão no território a sul do rio Tejo são extremamente raros, havendo apenas dois exemplares: o de Veiros (Estremoz) (MONTEAGUDO, 1977) e o da Serra da Caveira (Grândola) (VEIGA, 1891; MONTEAGUDO, 1977).

Tal como na abordagem realizada acerca dos machados de alvado, teremos igualmente em consideração, no que diz respeito aos aspetos tipológicos, o número de argolas presentes nos machados de talão. Estes machados, podem ser agrupados em três conjuntos: machados sem argolas, com uma argola e com duas argolas. Os machados de talão com argolas são significativamente mais numerosos do que os exemplares que não possuem qualquer argola, sendo estes mais raros no território peninsular (COFFYN, 1985: 195, carte 33; BOTTAINI, 2013: 409). Os machados que detêm uma só argola dividem-se em unifaciais e bifaciais, estando os primeiros associados a artefactos que apresentam as duas faces planas, e os machados de duas argolas são todos eles bifaciais, sendo estes aqueles que se encontram no nosso território de estudo.

Estes machados encontram-se sobretudo na região centro e norte de Portugal (COFFYN, 1985: 172), onde também se encontram moldes para o fabrico dos mesmos, como o do povoado de Pego (Braga) (SAMPAIO & BETTENCOURT, 2012) e o da Queijeira de São Martinho (Castelo Branco) (VILAÇA, 1995: 80), entre outros à base de várias matérias-primas.

A cronologia atribuída à produção de machados de talão é um tanto controversa, uma vez que apesar de estes serem objetos atribuíveis ao Bronze Final, os exemplares sem argolas são considerados por alguns autores como produções integráveis ainda no Bronze Médio (DELIBES DE CASTRO & FERNÁNDEZ MANZANO, 1977: 175), desde a metade do século XV a.C. até ao Bronze Final (BOTTAINI, 2013: 409). Por outro lado, existem investigadores que defendem que estes machados integram já o Bronze Final I (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1984: 242; COFFYN, 1985: 195). Segundo A. Coffyn (1985: 219), os machados de talão com uma ou duas argolas encontram-se atribuídos ao primeiro quartel do I milénio a.C., entre 900 e 700 a.C. No território atualmente português, os machados de talão provenientes de níveis estratigráficos que possam sustentar estes dados cronológicos são limitados. Um destes exemplos é o machado encontrado no Castro do Cabeço de S. Romão (Seia) no âmbito de uma escavação arqueológica, no nível associado à primeira ocupação do sítio, cujas datas por radiocarbono desta fase remetem para uma cronologia entre os séculos XIV e X a.C. (SENNA-MARTINEZ, 1995: 118, 120). Caso esta realidade se encontrasse patente em outros contextos arqueológicos, a produção destes machados poderia recuar ao Bronze Final I (BOTTAINI, 2013: 411).

---

Cabe-nos ainda salientar que a partir de associações tipológicas, a maioria dos machados de talão com uma ou duas argolas integra-se no primeiro quartel do I milénio a.C. como defendido por A. Coffyn (1985: 219), devido à associação destes artefactos a machados de alvado e a foices, nomeadamente em depósitos, como o de Coles Samuel ou da Quinta do Ervedal (BOTTAINI, 2013: 411).

Ao contrário do que se verifica no centro e norte de Portugal, os machados de talão no território a sul do Tejo são escassos, limitando assim os contextos de deposição em que surgem. No nosso espaço de estudo, infelizmente os artefactos desta tipologia são provenientes de contextos mal caracterizados, cujas circunstâncias de achado são pouco frutíferas na informação que disponibilizam.

O machado da Serra da Caveira (Grândola) (Fig.11) trata-se de um achado isolado, ao contrário do de Veiros (Estremoz) (Fig.12) que foi encontrado com outro machado, mas cujo paradeiro se perdeu no tempo (MONTEAGUDO, 1977: 201; BOTTAINI, 2013: 283).

Apesar do reduzido conjunto de objetos, destacamos o exemplar proveniente de Veiros, devido ao facto de ainda conservar o cone de fundição, característica bastante particular, sobretudo numa região onde não constam quaisquer evidências de moldes desta tipologia de machados.

Embora os dados acerca destes machados de talão serem escassos, não podemos ignorar a sua importância no conjunto arqueológico que apresentamos neste trabalho. Estes são objetos raros no território em estudo e que tiveram certamente percursos inundados de simbolismos muito específicos, uma vez que estamos perante uma região que não recebeu estes machados da mesma forma que o centro e o norte de Portugal. Assim, os machados de talão a sul do Tejo terão possivelmente ocupado uma posição de destaque no seio das comunidades, cujos significados ficam aquém da nossa compreensão contemporânea.

### **7.3.1.2. Os Escopros**

No território a sul do Tejo, em contextos deposicionais, contabilizam-se seis escopros, provenientes do sítio de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016) e do Monte Novo da Gaspeia (Alvalade) (SERRA, 2021).

Infelizmente, devido à falta de documentação iconográfica e/ou fotográfica dos exemplares que enunciamos aqui, não nos é possível determinar que tipo de tipologias de escopros temos diante de nós. Porém, no centro e norte do atual território português, as

---

tipologias dividem-se em cinzéis de alvado e escopros simples, com secção circular e quadrangular (BOTTAINI, 2013: 436), tratando-se de objetos que foram «*possivelmente utilizados para moldar, cortar e decorar diversos materiais, tal como a pedra, o metal, a madeira, o couro, etc*» (*ibidem*: 437).

Os escopros não são artefactos excessivamente numerosos, em comparação com outras tipologias de artefactos, no território português, aparecendo geograficamente dispersos. A sul do Tejo, os depósitos associados a escopros encontram-se ambos na região de Santiago do Cacém, correspondendo assim a uma pequena concentração deste tipo de objetos.

Devido à sua simplicidade morfológica, os escopros são artefactos transversais, encontrando-se integrados em várias épocas, tornando-se uma tarefa complicada atribuir a estes objetos um espaço temporal específico (BOTTAINI, 2013: 437). Os primeiros modelos de escopros são provenientes de contextos deposicionais datados entre os séculos XIV e XIII a.C. (COOMBS, 1975: 214). A produção destes artefactos terá tido uma cronologia bastante abrangente, tendo ocorrido alterações morfológicas mínimas sem que seja possível destacar elementos que tenham algum valor cronológico (BOTTAINI, 2013: 437).

Quanto aos contextos de deposição de escopros no nosso território de estudo, estes encontram-se um tanto mal caracterizados devido à escassez de dados aquando dos achados destes objetos. No território português, tal como os machados de alvado, os escopros encontram-se sobretudo em povoados e em depósitos.

Na nossa região de estudo, os escopros integrados em depósitos são provenientes de situações mal contextualizadas, como faz jus o achado do Monte Novo da Gaspeia (Alvalade), do qual pouco ou nada se sabe relativamente às circunstâncias de achado deste depósito (SERRA, 2021: 84). Acerca do conjunto de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) também pouco se conhece, tendo este sido encontrado na herdade que dá nome ao depósito (VASCONCELOS, 1914: 315; SOARES *et al.*, 2016: 116-117).

Apesar de se documentarem escopros apenas em dois possíveis depósitos, podemos realçar alguns parâmetros que destacam estes conjuntos tanto no registo arqueológico como em todo o aglomerado de artefactos da nossa amostra de estudo. Em primeiro lugar, o conjunto do Monte Novo da Gaspeia destaca-se pelo facto de congregar cinco escopros de bronze, correspondendo «*a um conjunto coerente e que terá sido intencionalmente depositado*» (SERRA, 2021: 84), que foram descobertos isolados, sem estarem associados a outros objetos como se encontra maioritariamente documentado em outros casos, tratando-

---

se assim de um depósito monotipológico. O mesmo não se pode dizer do conjunto de Sobral da Várzea, uma vez que junto do escopro se encontraram dois machados planos, anteriormente referidos, e uma foice do “tipo Rocanes” (SOARES *et al.*, 2016: 117), fazendo parte de um depósito pluritipológico, onde estão integrados objetos todos eles conectados ao mundo do trabalho.

Deste modo, os escopros apresentam-se de uma forma discreta nos depósitos a sul do Tejo, mas tal não é sinónimo de deterem uma menor importância simbólica para as comunidades, uma vez que os conjuntos enunciados detêm características que remetem para uma seleção intencional destes objetos para integrarem estes contextos.

### **7.3.1.3. As Foices**

Na nossa amostra de estudo, encontram-se cinco foices procedentes todas elas de depósitos distintos: Pedreiras (Sesimbra) (SERRÃO, 1966), Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016), Mértola (VASCONCELOS, 1915) e Rio Arade (Portimão) (VASCONCELOS, 1913).

De um ponto de vista tipológico, todos estes exemplares tratam-se de modelos de talão, do tipo Rocanes. As foices encontradas no atual território português podem distinguir-se em foices de alvado e foices de talão, com base no encabamento que detêm (BOTTAINI, 2013: 430). As foices de alvado, apesar de não haver exemplares a sul do Tejo, são denominadas por “tipo britânico”, havendo somente artefactos que se integram no grupo do primeiro modelo destas foices, o grupo Ewart-Park (MACWHITE, 1951: 80; COFFYN, 1985: 222; BOTTAINI, 2013: 430). Quanto às foices de talão, as mais representativas em termos numéricos no território português, dividem-se em dois tipos: Castropol e Rocanes (COFFYN, 1985: 222), estando o primeiro modelo concentrado na região das Astúrias e o segundo na Estremadura. As foices do “tipo Rocanes”, sendo as que se encontram presentes no nosso conjunto de estudo, apresentam nervuras desde a base do talão até à lâmina, sendo esta mais larga e curta, em comparação com a outra tipologia (BOTTAINI, 2013: 431).

Relativamente aos indícios da produção destas foices, foi encontrado um molde em arenito no Casal de Rocanes (Cacém) (FONTES, 1916), sítio que dá nome à tipologia de artefactos. Importa salientar um dado curioso acerca da localização onde este molde foi testemunhado, situando-se a norte do estuário do Tejo, implicaria que o estanho e o cobre chegassem do interior do território português pelo Vale do Tejo, implicando a utilização do rio

---

e dos seus afluentes como via de transporte de matéria-prima para o fabrico destes bronzes (VILAÇA & CARDOSO, 2017: 274).

Este tipo de foices é compreendido como «*adaptações fabricadas pelos fundidores locais inspirados em modelos conhecidos no litoral atlântico, na Sardenha e no Centro da Europa*» (ARRUDA, 1994: 52), sendo produções típicas do Bronze Final, como A. Coffyn constatou, atribuindo estes artefactos ao Bronze Final III (900-700 a.C) (COFFYN, 1985: 222). Contudo, apesar de serem objetos com uma presença singular no território português, encontram-se imitações em áreas do Mediterrâneo, como no depósito do Monte Sa Idda (Sardenha) (TARAMELLI, 1921: fig.32), estando este conjunto associado ao século X a.C. (GIARDINO, 1995: 229).

As foices documentadas no território em estudo foram achadas em circunstâncias cujos dados são poucos, ainda que possamos destacar alguns contextos de deposição variados, entre eles deposições em periferias de povoados e em cursos de água.

Neste conjunto, existem situações mal contextualizadas, como é o caso das foices de Mértola. A proveniência destes achados remete para o concelho de Mértola (VASCONCELOS, 1915: 180-181), não havendo qualquer informação acerca do sítio específico onde estes objetos foram recolhidos. Por outro lado, existem dados mais informativos acerca dos achados das restantes foices. A foice do conjunto de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) (Fig.4) foi encontrada na herdade que dá nome ao sítio (VASCONCELOS, 1914: 315), e o exemplar de Pedreiras (Sesimbra) (Fig.9) foi descoberto na periferia de dois povoados e de uma lapa como anteriormente mencionado. Embora a informação seja escassa, destacamos o achado do rio Arade (Portimão) (Fig.13), em que a foice foi encontrada nas areias dragadas do rio (OLIVEIRA, 2013: 350).

A maior parte destes materiais foram encontrados associados a outros artefactos, à exceção da foice do rio Arade, apesar de terem sido recolhidos outros materiais da Idade do Bronze das areias dragadas do rio em questão (*ibidem*: 350), não podemos confirmar se algum destes objetos foi depositado com a foice ou não. As foices de Mértola (Fig.14), apesar de corresponderem a um achado isolado, formam um conjunto de duas peças, tratando-se de um depósito monotipológico. Por outro lado, os objetos provenientes de Pedreiras e do Sobral da Várzea, encontram-se associados a outros artefactos, como machados (de alvado e planos) e escopros.

Relativamente ao estado físico dos objetos, a maioria das foices inventariadas encontra-se sem qualquer tipo de fratura, à exceção do exemplar do Sobral da Várzea que

---

tem a ponta fragmentada, e de uma das foices proveniente de Mértola que apresenta uma pequena fratura na ponta. Realçamos ainda que ambas as foices de Mértola correspondem aos exemplares de foices do “tipo Rocanes” com as dimensões mais diminutas do território atualmente português (BARROS, 2012:220).

Apesar de as circunstâncias de achado corresponderem muitas das vezes a situações cujos dados são escassos, as foices encontram-se depositadas numa diversidade de situações, como é possível constatar através dos exemplos enunciados, em que na maior parte das vezes se encontram associadas a outros objetos, nomeadamente machados.

### **7.3.2. As armas**

A categoria das armas inclui uma diversidade de objetos que se encontram vulgarmente associados a um clima de instabilidade, sendo símbolos de emergência de poder por parte das elites políticas (GONZÁLEZ RUIBAL, 2004: 290), incluindo-se nesta categoria artefactos como espadas, pontas de lança e punhais.

Destacamos ainda que importa também perceber o valor destas armas na trajetória que percorreram durante a sua “vida” até ao momento de serem depositadas, e que significados poderão ter tido, uma vez que *«deveremos entender as armas não como simples indicadores do poder e do prestígio social: elas próprias tornar-se-iam componentes centrais na construção da personalidade e da posição social do seu proprietário»* (BOTTAINI, 2013: 346).

#### **7.3.2.1. As espadas**

As espadas são os objetos com maior expressão numérica na categoria das armas, contabilizando-se oito exemplares de diferentes tipologias (pistiliformes, “tipo língua de carpa”, “tipo Monte Sa Idda”), surgindo em vários contextos distintos, que podem ser integrados em depósitos no território a sul do Tejo.

Estes objetos estão vulgarmente associados a climas de instabilidade, sendo símbolos de poder e da imagem do ideal do guerreiro dos momentos finais da Idade do Bronze (MEIJIDES COMESSELLE, 1988: 69). Por outro lado, a estes objetos terão sido associados significados muito particulares e simbólicos, nomeadamente no momento da sua deposição, como veremos mais à frente.



---

No Ocidente Ibérico o número de espadas presente no registo arqueológico não é propriamente significativo, em comparação com outras regiões da Europa, como a fachada atlântica (BOTTAINI, 2013: 440), concentrando-se na região entre o Tejo e o Guadalquivir (MEIJIDE CAMESSELLE, 1988: 51). No território atualmente português, as espadas encontram-se um tanto dispersas geograficamente, havendo uma pequena concentração na Beira Interior e na Estremadura (VILAÇA & BOTTAINI, 2023: fig.2). Por outro lado, são materiais que aparecem recorrentemente em representações iconográficas, tanto nas denominadas estelas de guerreiro como em arte rupestre (VILAÇA & BOTTAINI, 2023: 89).

Os contextos de proveniência das espadas encontram-se, geralmente, mal caracterizados, problemática que se encontra patente ao longo do estudo de artefactos metálicos. Isto deve-se sobretudo à falta de exemplares provenientes de contextos arqueológicos definidos. Tal leva não só a uma fraca estruturação do conhecimento acerca destes objetivos devido à escassez de dados existentes, como também faz com que haja uma lacuna na definição de quadros tipo-cronológicos.

Apesar de a informação não ser abundante, conseguimos constatar que as espadas, nos momentos finais da Idade do Bronze, encontram-se associadas a povoados e a depósitos, deixando de fazer parte do mundo funerário (BOTTAINI, 2013: 441), bem como os restantes metais de origem atlântica. Relativamente aos contextos deposicionais, são objetos que aparecem muitas das vezes em lugares que poderão ter tido uma conotação simbólica muito específica associada, como é o caso da deposição de espadas em cursos de água, ou junto a estes, ou em lugares de abismos como é o exemplo da ponta de espada encontrada na falésia do Medo do Espartal (Aljezur) (GOMES, 2011).

#### **7.3.2.1.1. Espadas pistiliformes**

As espadas pistiliformes distinguem-se pelo alargamento da sua lâmina na zona central da mesma, podendo ter algumas variações estéticas que são o resultado de consecutivas inovações tecnológicas (MEIJIDES COMESELLE, 1988: 14). Os primeiros fabricos deste tipo de espadas são o resultado de produções locais do Ocidente Ibérico inspiradas nos exemplares de tipo Hemigkofen (*ibidem*; 14) de origem centro-europeia.

Estas peças encontram-se sobretudo nas Ilhas Britânicas e no Sudoeste de França, havendo, comparativamente com estas regiões, poucos exemplares na Península Ibérica, sendo estes provenientes de contextos associados a deposições em cursos de água (*ibidem*: 14-20).

---

As espadas pistiliformes são uma das produções características dos momentos finais da Idade do Bronze, encontrando-se atribuídas ao Bronze Final II (1100-900 a.C.) (MEIJIDE, CAMESELLE, 1988: 16; BOTTAINI, 2013: 440).

Esta tipologia de espadas surge no registo arqueológico de forma ocasional no território atualmente português, destacando-se alguns exemplares como o de Vilar Maior (Guarda) que foi encontrado, supostamente, nas proximidades de um povoado do Bronze Final (VILAÇA, 2000: 41; VILAÇA & BOTTAINI, 2023:93). Na região a sul do Tejo, contabilizamos apenas três espadas pistiliformes que se podem enquadrar em contextos deposicionais, a de Cacilhas e as de Évora.

A espada de Cacilhas (Almada) (Fig.15) trata-se de um achado isolado, sendo o único exemplar de todo o território português cuja proveniência remete literalmente para as águas de um rio (SILVA & GOMES, 1992: 120). De um modo mais concreto, o objeto foi encontrado precisamente no sítio onde o rio se funde com o Oceano Atlântico (SILVA & GOMES, 1992: 120; VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 269).

Pouco se sabe acerca das circunstâncias de achado das espadas de Évora (Fig.16), não havendo sequer dados acerca do sítio específico onde estas peças foram encontradas. Não obstante, realçamos o facto de além deste conjunto se tratar de um depósito monotipológico, trata-se de um agrupamento de duas espadas da mesma tipologia, prática que se encontra presente em diversos contextos e que terá certamente um simbolismo muito específico associado, como será desenvolvido mais à frente neste estudo.

Devemos ainda destacar o estado físico em que estas espadas se encontram. As três espadas pistiliformes enunciadas apresentam as pontas fragmentadas, característica comum a vários exemplares de todo o mundo atlântico, sobretudo nas Ilhas Britânicas e em depósitos do Noroeste de França (BRADLEY, 2016: 131). Porém, uma das espadas de Évora carece de forma substancial da parte da lâmina, restando somente o punho.

#### **7.3.2.1.2. Espadas “tipo Língua de Carpa”**

As espadas “tipo língua de carpa” distinguem-se pela forma da ponta da espada, contemplando-se um estreitamento na zona distal da mesma (MEIJIDE CAMESELLE, 1988: 29). De um modo geral sem nos prolongarmos muito nos aspetos tipológicos, podemos distinguir estes objetos entre “tipo Ria de Huelva” (ALMAGRO BASCH, 1940b), devido ao aglomerado de espadas encontrado neste depósito, e “tipo Safara”, aludindo para os exemplares alentejanos.

---

Esta tipologia de objetos é característica do mundo atlântico, encontrando-se em grandes concentrações sobretudo no sudeste das Ilhas Britânicas e no noroeste de França, havendo evidências muito mais dispersas no território ibérico (MEIJIDE CAMESELLE, 1988: fig.8).

A origem da produção destas espadas tem sido ao longo do tempo alvo de debate pelos mais variados investigadores (EVANS, 1930; ALMAGRO BASCH, 1940b; MACWHITE, 1951; entre outros), embora se possa afirmar que este tipo de objetos tem como região de origem o noroeste de França (MEIJIDE CAMESELLE, 1988: 30). As espadas desta tipologia são mais recentes do que as espadas pistiliformes, encontrando-se atribuídas ao Bronze Final III (900-700 a.C.) (*ibidem*: 9-27).

Destacamos ainda que no território em estudo, foi descoberto um molde em arenito para o fabrico de espadas “tipo língua de carpa” no Castro dos Ratinhos (BERROCAL-RANGEL & SILVA, 2010: 371-372, fig. 158).

No território atualmente português, as espadas “tipo língua de carpa” são consideravelmente raras, contabilizando-se poucos exemplares, como o que se encontra em Teixoso (Covilhã) (VILAÇA, 1995: 334) e no depósito de Casais de Fiéis de Deus (Bombarral) (MELO, 2000: 38). Na região a sul do Tejo encontram-se associadas a possíveis depósitos três espadas “tipo língua de carpa”, correspondendo aos sítios de Elvas e Safara.

Relativamente ao achado de Elvas, trata-se de uma espada “tipo língua de carpa” (Fig.17) cujas circunstâncias da descoberta da mesma são completamente desconhecidas. No entanto, nas proximidades do local onde foi encontrado o objeto, situa-se uma ribeira designada por Ribeira de Espadas (VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 272). Este topónimo, bastante sugestivo, poderá, possivelmente, ser um indicador para a proveniência da espada de Elvas, embora possa apenas ser uma casualidade.

Quanto às duas espadas de Safara (Fig.18), dúvidas não existem relativamente à proveniência destas peças, tendo sido encontradas junto à Ribeira de Safara<sup>5</sup>. Estes objetos apresentam uma patine dourada, característica que se encontra nos objetos de bronze quando estes permanecem em contacto com a água durante muito tempo, o que levou alguns investigadores a defenderem que estas espadas poderão ter sido depositadas em ambiente aquático (RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1998: 237-238).

---

<sup>5</sup> Informação disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=118031> Última consulta a 9 de setembro de 2023.

---

Salientamos o facto de uma das espadas de Safara se encontrar com a ponta partida, tal como as pistiliformes acima enunciadas, embora as restantes duas espadas se encontrem completas, sem qualquer vestígio de fraturas.

#### **7.3.2.1.3. Espadas de tipo “Monte Sa Idda”**

As espadas “tipo Monte Sa Idda”, tal como o nome indica, remetem para espadas da mesma categoria das que foram encontradas no célebre depósito que dá nome à tipologia destas armas (TARAMELLI, 1921). Estas espadas destacam-se pelas características das empunhaduras que apresentam, umas com aletas, outras com um formato mais circular (*ibidem*: 32-42).

Estes objetos encontram-se sobretudo dispersos no sul de Espanha (GIARDINO, 1995: 197-198; MEIJIDE COMESELLE, 1988: 62), não sendo presença assídua em contextos arqueológicos do Bronze Final. Esta região destaca-se também por se ter encontrado na Andaluzia um molde para o fabrico deste tipo de espadas (DEL AMO, 1983), tratando-se do único molde de fundição conhecido (MEIJIDE COMESELLE, 1983: 63).

A produção desta tipologia de espadas remete para o século VIII a.C., tendo-se prolongado até ao Ferro Inicial (*ibidem*: 63).

As espadas tipo “Monte Sa Idda” são extremamente raras no território atualmente português. Na região a sul do Tejo destacamos apenas um exemplar desta tipologia, sendo este a espada do Castro da Cola (Ourique) (VILHENA, 2006, 2020) (Fig.19).

Esta espada foi encontrada em areias de aluvião do rio Mira (VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 268), a uma distância muito próxima do Castro da Cola, povoado do Bronze Final (VILHENA, 2006). Trata-se de um achado isolado que se encontra completo, sem qualquer evidência de fraturas.

#### **7.3.2.2. Lanças**

Os vestígios das lanças chegam até aos dias de hoje na forma de pontas de lança ou contos de lança, uma vez que os cabos que suportariam estes objetos seriam, na maior parte dos casos, feitos à base de materiais perecíveis.

As tipologias de pontas de lança são várias, devido à multiplicidade de morfologias que estas peças podem apresentar, tendo levado alguns investigadores a identificarem grupos

---

distintos de tipologias, como A. Coffyn, tendo definido seis tipologias de lanças: Penha, Pragança, Vénat, Baiões, de aletas losangulares ocas e Lama Chã (COFFYN, 1985: 218). Mais tarde, esta tipologia foi revista por Cardoso *et al.* (1992: 241-243), tendo os autores acrescentado mais tipologias à de A. Coffyn, entre elas: língua de carpa, de aletas convexas, de folha larga, entre outras.

No território português o aparecimento de pontas de lança encontra-se sobretudo no interior (CARDOSO *et al.*, 1992: 246), havendo casos pontuais em outras regiões do país. A sul do Tejo, destacamos a presença de três pontas de lança e três contos de lança associados a possíveis depósitos, enquadráveis nos tipos de alvado e língua de carpa.

Uma vez que os contextos de proveniência destes objetos encontram-se muitas das vezes mal caracterizados, torna-se uma tarefa difícil atribuir uma cronologia específica a estes mesmos. Contudo, existem datações realizadas por radiocarbono pela análise de fragmentos de madeira do interior dos alvados de algumas lanças (BOTTAINI, 2013: 450), como é o caso do exemplar proveniente da Serra da Penha cujo resultado remeteu para 2880±65 B.P. (CARDOZO, 1971: 256-257). Por outro lado, com base em critérios tipológicos, a cronologia para a produção de pontas de lança de alvado e língua de carpa encontra-se associada ao século VIII a.C. no final do Bronze Final III (CARDOSO *et al.*, 1992: 247).

No território atualmente português, as pontas de lança aparecem nomeadamente em núcleos habitacionais e em contextos de depósito. Na nossa região de estudo salientamos quatro pontas de lança, uma do “tipo língua de carpa” proveniente de Veiros (Estremoz) (VASCONCELOS, 1927-29) (Fig.20), e três de alvado procedentes de Mora (ROCHA & MIRÃO, 2018) (Fig.20), do denominado depósito do Alqueva (CARDOSO *et al.*, 1992) (Fig.22) e da Serra de Borrageiros (LIMA, 1981) (Fig. 23). Referimos ainda a existência de uma ponta de lança de alvado proveniente de Portimão (SCHUBART, 1975), cuja escassez de informações nos levou a excluir este artefacto da nossa amostra. À ponta de lança do Alqueva juntam-se dois contos de lança (CARDOSO *et al.*, 1992) que serviriam para reforçar uma das extremidades da lança (BOTTAINI, 2013: 451) (Fig.22).

Quanto às circunstâncias de achado, pouco se sabe acerca da ponta de lança de Veiros e da Serra de Borrageiros. A primeira pode ter estado associada ao machado de talão que foi encontrado na mesma região, porém, não podemos confirmar tal dado devido à insuficiência de informações relativas a estes objetos. Quanto à segunda, trata-se de um achado isolado, desprovido de qualquer contexto preciso. Por outro lado, o exemplar proveniente de Mora foi descoberto junto à Anta do Pequito Velho 2, assim como artefactos de outras cronologias (ROCHA & MIRÃO, 2018: 4). Realçamos ainda o facto de o conjunto

---

do depósito do Alqueva ter sido encontrado no interior de uma lapa (CARDOSO *et al.*, 1992: 232) a uma curta distância do sítio do Castro dos Ratinhos, que teve uma ocupação durante o Bronze Final (BERROCAL-RANGEL, 2007).

Perante a nossa amostra de pontas de lança, destacamos o facto de a ponta de lança de Mora ter sido enquadrada num conjunto de materiais de diferentes cronologias, podendo, muito provavelmente, fazer parte de um depósito cujo significado simbólico é bastante particular, também devido ao sítio escolhido para ser depositado.

Quanto ao estado físico dos objetos, estes encontram-se completos, apesar de a ponta de lança de Mora apresentar irregularidades nas faces laterais, que podem ter sido o resultado de fenómenos pós-deposicionais (ROCHA & MIRÃO, 2018: 15).

### **7.3.2.3. Punhais**

Os punhais atribuíveis ao Bronze Final no território português enquadram-se maioritariamente no tipo de Porto de Mós. Esta tipologia de punhais caracteriza-se principalmente pela presença de uma lingueta rebitada, embora haja variações relativamente à morfologia da lingueta em si, da disposição dos rebites, da morfologia da lâmina e da presença ou ausência de nervura central (BOTTAINI, 2013: 444).

Este tipo de punhais encontra-se fortemente presente na região entre Douro e Tejo (COFFYN, 1985: 181), havendo evidências dispersas no restante território nacional, como na região em estudo (FERNÁNDEZ-GARCÍA, 1997: fig.6). A sul do Tejo destacamos apenas um exemplar proveniente de contextos deposicionais, o punhal proveniente da Lapa do Fumo (Sesimbra) (CARDOSO, 2005).

Quanto à origem deste tipo de punhais, A. Coffyn enquadró estes no denominado grupo lusitano (*ibidem*: 267), correspondendo assim a produções tipicamente ibéricas. Contudo, realçamos o facto de até aos dias de hoje não terem sido ainda descobertos moldes de punhais ficando «*sem se entender bem o porquê da sua estranha e improvável inexistência*» (VILAÇA *et al.*, 2014: 134).

A escassez de dados de punhais “tipo Porto de Mós” provenientes de contextos arqueológicos bem definidos leva a que não consigamos definir concretamente uma baliza cronológica para a produção deste tipo de artefactos. Deste modo, podemos apenas basearmo-nos em critérios tipo-morfológicos estudados por determinados investigadores (FERNÁNDEZ-GARCÍA, 1997: 98), que afirmam que o grosso modo da produção destes

---

artefactos se concentrou no Bronze Final II tendo abrangido ainda o Bronze Final III (COFFYN, 1985: 217-218).

Os contextos de proveniência de punhais são muitas das vezes mal conhecidos, ainda que estes apareçam numa diversidade de situações, sobretudo no território a norte do Tejo, destacando-se a presença em povoados e em grutas.

Quanto ao exemplar proveniente da Lapa do Fumo (Sesimbra) (CARDOSO, 2005), tal como o nome indica, este foi encontrado no interior da lapa juntamente com cerâmicas de ornatos brunidos (*ibidem*: 33, fig.8), produção típica dos momentos finais da Idade do Bronze. Embora seja o único artefacto metálico do conjunto, devemos realçar a importância deste depósito pela articulação de um punhal de bronze e recipientes cerâmicos integrados numa lapa cuja ocupação remonta ao Neolítico (SERRÃO & MARQUES, 1971), podendo deste modo ter sido um espaço onde esteve presente uma forte atmosfera simbólica.

Realçamos ainda a presença de um punhal de rebites encontrado na falésia do Medo do Espartal (Aljezur) (Fig.24), embora pouco se saiba relativamente às circunstâncias do achado. Este foi primeiramente observado juntamente com um fragmento de uma ponta de espada (GOMES, 2006, 2011) (Fig.25) de forma completamente ocasional.

### **7.3.3. Outros objetos**

Nesta categoria integramos objetos cujas funcionalidades não se enquadram propriamente nas esferas dos utensílios ou das armas, sendo estes argolas, ponderais e uma fíbula.

#### **7.3.3.1. Argolas**

Os achados de argolas de bronze em contextos do Bronze Final são bastante numerosos, encontrando-se em alguns casos grupos numericamente consistentes, como é o caso do depósito de Moinhos de Golas (Solveira) (FONTE *et al.*, 2013) e de Porto do Concelho (Mação) (JALHAY, 1944) que contam com 15 ou mais argolas.

A função destes objetos é um tanto ambígua, uma vez que podem ser entendidos como anéis (*ibidem*: 272), embora devido à sua dimensão possamos excluir esta possibilidade, podendo, por outro lado, ter feito parte de objetos de adorno (como pendentes ou braceletes) ou elementos de arnês (BOTTAINI, 2013: 459). Salientamos ainda que existem dados que podem remeter para a utilização destas argolas em ambientes associados a rituais

---

de comensalidade, como no Castro da Senhora da Guia (Baiões) (ARMBRUSTER, 2002/2003: Est. VII) e em outros sítios igualmente (ARMADA, 2011: 165).

De qualquer modo, estes objetos terão sido introduzidos em sistemas complexos, devido à multiplicidade de funções que podem ter desempenhado, por isso mesmo encontram-se distribuídos por todo o território atualmente português, quer no norte, quer no sul.

Relativamente à cronologia de produção das argolas não conseguimos estabelecer uma baliza cronológica exata devido à sua simplicidade morfológica (BOTTAINI, 2013: 460). Quanto aos vestígios da produção destes objetos, encontram-se alguns moldes no território português, embora sejam evidências bastante raras no Ocidente Peninsular (BOTTAINI, 2013: 460), é o caso dos exemplares do Cabeço de Argemela (Fundão) (VILAÇA *et al.*, 2011: 433), e na nossa região de estudo, no Castro da Cola (Ourique) (VIANA *et al.*, 1957), estando ambos associados aos últimos momentos da Idade do Bronze.

Como referido, as argolas podem encontrar-se em diferentes contextos no registo arqueológico, embora estejam associadas a poucos depósitos. Na região a sul do Tejo, destacamos o conjunto de oito argolas do depósito de Baleizão (Beja) (VILAÇA & LOPES, 2005).

As argolas foram encontradas no interior de um recipiente cerâmico juntamente com outros artefactos metálicos, entre eles machados planos, ponderais e objetos de adorno em ouro (*ibidem*; 179), tratando-se de um conjunto pluritipológico. Além deste dado, realçamos que o depósito de Baleizão se trata de um depósito bi-metálico, o único da região em estudo, tendo havido uma clara intenção em organizar este mesmo por matéria prima (VILAÇA, 2006: 70).

Quanto ao estado físico dos objetos, existem duas argolas que se encontram fragmentadas.

### **7.3.3.2. Ponderais**

Os ponderais são materiais com uma variedade de pesos que conheceram várias formas. É a partir destas que podemos distinguir as diferentes tipologias destes artefactos, que se encontram apoiadas na forma geométrica que estes objetos apresentam (VILAÇA, 2003b: 262). Destacamos os tipos bitruncóconicos, de secção circular e os octaedros, sendo aqueles que se encontram no depósito que analisaremos de seguida.



---

Estes artefactos encontram-se sobretudo na região entre o Douro e o Tejo, sendo provenientes maioritariamente de achados isolados, mas também de povoados (VILAÇA, 2003b: 273; 2011: 142) e de depósitos, embora existam evidências dispersas no sul do país e na Extremadura (VILAÇA, 2011: fig.11).

A cronologia de produção destes ponderais no território atualmente português encontra-se balizada entre o Bronze Final e a Idade do Ferro (VILAÇA, 2003b: 271) tendo em consideração os contextos de proveniência destes objetos. Os ponderais do depósito de Baleizão foram submetidos a análises arqueometalúrgicas que revelaram que estes se enquadram no Bronze Final (VALÉRIO *et al.*, 2019: 46, 49)

Os ponderais associados a contextos deposicionais não são particularmente numerosos no Ocidente Ibérico, destacando-se casos como o depósito do Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) (VILAÇA, 2003b: 254) e o de Cabezo de Araya (Cáceres) (ALMAGRO BASCH, 1961: fig.4). A sul do Tejo, os ponderais encontrados em contextos de depósitos cingem-se aos sete integrados no depósito de Baleizão (Beja) (VILAÇA & LOPES, 2005), correspondendo a cinco contas bitroncocónicas, uma conta de secção subcircular e um octaedro.

Estes ponderais foram encontrados com as argolas de bronze acima referidas no interior de um recipiente cerâmico (*ibidem*; 179), estando igualmente associados a outros artefactos metálicos como já foi mencionado.

Este conjunto destaca-se pelo facto de os exemplares apresentarem uma grande coerência metrológica, baseada no padrão *standard* em torno da unidade síria de 9,3/9,4gr (VILAÇA, 2014: 115), o que poderá traduzir a realidade de estes objetos terem sido utilizados no controlo de quantidades de bens e/ou matérias-primas (VILAÇA, 2011: 154). Por outro lado, podemos estar perante um conjunto que podia estar na posse de um ourives e cujas peças poderiam ser do domínio tecnológico, de modo a controlar o peso dos artefactos que este indivíduo fabricava e das matérias-primas que utilizava respetivamente (*ibidem*; 154), excluindo-se assim a possibilidade de estes materiais estarem restritos à prática de trocas comerciais.

### **7.3.3.3. Fíbulas**

As fíbulas enquadram-se na categoria dos objetos de adorno, tendo sido peças que modificaram a forma de vestir dos indivíduos ainda durante o Bronze Final, aquando dos primeiros contactos das comunidades com o mundo orientalizante (ARRUDA *et al.*, 2022: 85),

---

sendo «*una estratégia de manifestación del status, del poder, de marcar la diferencia*» (*ibidem*: 83). Estes materiais apresentam-se no registo arqueológico com uma variedade de tipologias, entre elas de arco curvilíneo, de dupla mola, de arco losangonal com apêndices, entre outras (PONTE, 1999: 3). Centremo-nos nas fíbulas de arco curvilíneo em cotovelo, uma vez que é a tipologia que se encontra no nosso território de estudo, no sítio de Baleizão (Beja).

A origem desta tipologia remete para o Mediterrâneo Central, tendo-se difundido por toda a Europa Central e Ocidental (*ibidem*: 7), encontrando-se fortemente representada na Península Ibérica (*ibidem*: 11) devido à intensificação dos contactos entre sociedades indígenas e exógenas (ARRUDA *et al.*, 2022: 84). Estas são produções típicas do Bronze Final, entre o final do século XI a.C. e o final do século VIII/início do VII a.C. (PONTE, 1999: 13), que serviram de inspiração a modelos criados na I Idade do Ferro (*ibidem*: 6).

As fíbulas encontram-se integradas pontualmente nos denominados depósitos, tanto no centro e norte do país, como se encontra documentado no depósito de Catelinha (Monção) (CORTEZ, 1951: 145) e no de Porto de Concelho (Mação) (MELO, 2000: 72), como também na nossa região de estudo, através do exemplar do depósito de Baleizão (Beja) (VILAÇA & LOPES, 2005: 179).

Este objeto trata-se de uma fíbula com arco curvilíneo em cotovelo e fuzilhão retilíneo, correspondente ao tipo Ponte IA (PONTE, 2006: 89), estando atribuído ao Bronze Final. Esta fíbula foi encontrada no interior de um recipiente cerâmico juntamente com outros artefactos metálicos (VILAÇA & LOPES, 2005: 179), quer de bronze quer de ouro, como já foi anteriormente mencionado, embora se encontre fragmentada.

#### **7.4. Os lugares de deposição**

*«O carácter seletivo das práticas deposicionais não se limita apenas à escolha dos objetos para sepultar, assim como aos lugares onde os mesmos eram colocados»*  
(BOTTAINI, 2013: 361)

Os lugares de deposição são uma importante componente no âmbito do estudo dos depósitos, dado que, como já foi referido, estes contextos vão além dos objetos que foram depositados, incorporando igualmente significados e simbolismos que podem estar vinculados ao meio ambiente e ao espaço escolhido por parte das comunidades antigas para determinados objetos serem então colocados. Além deste dado, é igualmente importante reter

---

a ideia de que estas evidências são o resultado de traços culturais de sociedades do passado, como referiu J.Thomas (2000: 437): «*social practices in which the location of deposition and the types of the materials involved were clearly structures according to cultural rules*».

Perante uma abordagem clássica e conformista dos depósitos de artefactos metálicos, os lugares de deposição encontram-se geralmente separados entre depósitos em meio seco e depósitos em meio húmido, em que os primeiros, perante esta perspectiva, encontram-se associados a deposições profanas e os segundos a deposições rituais (LEVY, 1982; BRADLEY, 1990) Esta abordagem nem sempre é estritamente adequada, uma vez que a separação entre profano e sagrado é uma conceptualização do nosso pensamento ocidental e não das sociedades primitivas, como já foi previamente exposto.

Uma problemática que acompanha praticamente todas as vertentes de investigação dos depósitos é a falta de informação acerca dos contextos de proveniência dos achados. Isto leva a que os estudos destes tenham de proceder a uma abordagem muito cuidada, não só porque não sabemos concretamente o meio em que um determinado objeto, ou um conjunto, foi encontrado, mas também porque a informação recolhida por quem publicou os dados relativos a um determinado contexto deposicional, não foram adquiridas, muitas das vezes, na primeira pessoa, levando deste modo a relatos indiretos (BOTTAINI, 2013: 368) o que complica a obtenção de informações absolutamente fidedignas. Outra problemática é ainda a escassez de estudos paleo-ambientais que permitam a reconstituição do ambiente originário de deposição de um determinado conjunto (*ibidem*: 361).

Percecionar e compreender o lugar onde cada depósito foi encontrado é uma tarefa complexa e exigente, uma vez que envolve a análise da paisagem atual. Ou seja, o investigador deve adotar uma visão analítica e crítica do contexto que está a estudar, tendo em consideração o facto de a paisagem estar em constante mudança com o decorrer do tempo (BRADLEY, 2016: 24).

Apesar das problemáticas, o estudo do território e da paisagem são dois pilares de extrema importância para a compreensão das sociedades do passado, levando à interpretação por parte dos arqueólogos de metáforas e símbolos construídos por estas mesmas (TILLEY & BENNETT, 2001: 335). Há um conjunto de fatores que podem levar à construção de valores sociais relativamente a uma paisagem para um grupo de indivíduos, visto que «*the landscape is inscribed with the lives of all who have dwelt therein, from distant time human-animal ancestors to contemporary humans, and the landscape itself, rather than anything erected upon it stands in memory of these persons and their activities*» (INGOLD, 2000: 54). Isto é, temos de percecionar o território e a sua paisagem como sítios onde as

---

comunidades conviviam e associavam distintos aspetos do seu próprio passado e dos seus antepassados, que foram passando de geração em geração, levando à construção de significados sociais e comuns, onde se terão cruzado histórias que levaram às sociedades pretéritas a criarem uma ligação entre elas mesmas e os lugares de deposição, construindo uma memória coletiva partilhada entre vários indivíduos (BOTTAINI, 2013: 363-364). Neste âmbito, podemos aplicar o conceito de «*genealogical history*» (GOSDEN & LOCK, 1998: 5), que assenta no facto de haver uma transmissão de histórias que vão passando de geração em geração, como acontece ainda nos dias de hoje, em que histórias e relatos do passado vão passando ao longo do tempo pelos mais variados intervenientes, sendo igualmente uma forma de valorizar o passado, de forma que este não caia no esquecimento. Em contrapartida, existe também a «*mythical history*» (*ibidem*: 6), que privilegia aspetos sobrenaturais nestas mesmas histórias, fazendo persistir o misticismo presente em alguns relatos, incorporando significados associados a uma esfera mágico-religiosa.

Perante a abordagem dos depósitos e a sua integração na paisagem, tem de haver uma ligação e simbiose entre os aspetos naturais da paisagem e aqueles que foram forjados pelos agentes sociais (BOTTAINI, 2013: 364). Isto leva a que ambos os aspetos conduzam e determinam o lugar específico de uma deposição por parte de uma comunidade, onde se encontra presente uma atmosfera controlada por fatores sociais, naturais e até culturais, onde indivíduos, lugares e objetos se fundem na construção de símbolos e significados muito específicos, uma vez que «*o sentido de lugar pode sobrepor-se ao próprio conceito de depósito*» (VILAÇA, 2006: 38).

No território a sul do Tejo, podemos destacar um conjunto de lugares que foram escolhidos pelas sociedades para acolherem os seus depósitos, tais como cursos de água, periferias de povoados, acidentes geográficos, lapas e grutas, rochas e monumentos megalíticos. De seguida iremos expor estes sítios, as suas características, possíveis significados associados à deposição de artefactos nestes lugares, e outros aspetos interligados à abordagem deste fenómeno.

#### **7.4.1. Caracterização dos lugares de deposição**

##### **7.4.1.1. Cursos de água**

Uma das evidências mais significativas e extraordinárias no âmbito da deposição de artefactos metálicos é a sua ocorrência em ambientes associados a cursos de água, elemento que desempenhou um papel de destaque na deposição de artefactos na Europa do Norte e no Oeste do continente Europeu (BRADLEY, 2016: 169).

---

Em todo o território atualmente português encontramos apenas uma evidência de uma deposição descoberta concretamente em meio aquático – a espada de Cacilhas, recolhida na sequência de trabalhos de dragagem no rio Tejo, no preciso local onde o rio deixa de o ser e passa a ser mar (SILVA & GOMES, 1992: 120; CARDOSO, 2004a: 196), local este com uma simbologia muito específica associada à morte do rio (VILAÇA, 2006: 49; VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 269).

De um ponto de vista mais tradicionalista, a presença de depósitos junto a cursos de água encontra-se associada a deposições rituais devido ao fator de irrecuperabilidade dos objetos e ao facto de a água estar vulgarmente conectada a uma esfera de regeneração e fertilidade (BRADLEY, 1990: 5). Podemos até separar esta categoria de depósitos em depósitos aquáticos e depósitos “de margem” (VILAÇA, 2006: 52; VILAÇA & BOTTAINI, 2021), uma vez que se constata mais evidências de deposições em margens de rios e ribeiras do que concretamente nas águas, como é o caso do machado encontrado na Ribeira de Arão (VASCONCELOS, 1913).

Porém, esta categoria de depósitos tem algumas problemáticas. Uma destas é o facto de os cursos de água serem elementos fortemente transformadores da paisagem, ou seja, modificam esta mesma de forma bastante significativa ao longo do tempo. Isto leva a que nos questionemos, nos casos em que detemos informações de objetos encontrados nas margens de determinados cursos de água ou literalmente submersos, se o local do achado corresponde ao sítio em concreto em que foi depositado, uma vez que «*a realidade é, não só muito diversa, como é diversa, hoje, do que ontem foi*» (VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 261), visto que se passaram sensivelmente 3000 anos desde o momento da sua deposição até à sua descoberta.

Em alguns casos, o simbolismo da deposição de artefactos junto a cursos de água vai mais além do que o significado de um conjunto de objetos estar associado a este elemento da Natureza. As zonas de confluência de linhas de água são também um dos sítios onde surgem alguns depósitos, podendo ser espaços com um simbolismo muito específico (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995: 21). Para além deste simbolismo particular, a deposição de objetos nas margens de cursos de água pode revelar uma forma de pagamento de tributos de passagem (GALÁN DOMINGO, 1993: 72; VILAÇA, 2006: 56-57), uma vez que estes artefactos se encontram em locais muito específicos associados à passagem de grupos humanos.

Apesar de as deposições em meio aquático e em meio húmido estarem vulgarmente associadas a uma esfera simbólica e ritual, a verdade é que não conhecemos os significados

---

que estes ambientes tiveram para as comunidades do passado, nem tão pouco a sua «*percepção cultural e social*» (BOTTAINI, 2013: 368) destes mesmos. Neste âmbito, e apesar de algumas problemáticas, não deixa de ser curioso constatar alguns dados. Como exemplo, durante os momentos finais da Idade do Bronze no atual território português, as armas deixam de fazer parte do espólio material integrado nas sepulturas dos indivíduos, mas passam a estar presentes nos depósitos associados geralmente a ambientes húmidos (*ibidem*: 338). Alguns autores defendem que a deposição de armas pudesse ter continuado a estar conectada a uma esfera funerária (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995: 23). Neste sentido, podemos considerar até que alguns conjuntos artefactuais podem ter sido encontrados em espaços que foram associados, por parte das comunidades antigas, a uma transição entre o mundo dos vivos e dos mortos (*ibidem*: 22).

De um modo geral, a sul do Tejo, encontramos alguns depósitos que foram encontrados junto a cursos de água, ou retirados destes mesmos, nomeadamente espadas, como a espada de Cacilhas (Almada) (SILVA & GOMES, 1992) que foi encontrada na foz do rio Tejo. A esta, podemos ainda adicionar o exemplar proveniente do Castro da Cola (Ourique) (VILHENA, 2006), encontrado na margem do rio Mira. Neste conjunto, surgem também alguns casos que podem, eventualmente, ter estado associados a ambientes húmidos como é o caso das espadas de Safara (Moura) (VASCONCELOS, 1915), devido à patine dourada que exibem (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1998: 238), e a espada de Elvas (VEIGA, 1891), que foi encontrada num lugar próximo a uma ribeira designada por “Ribeira de Espadas” (VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 272). Por último, cabe-nos ainda destacar alguns utensílios que foram encontrados nestes ambientes húmidos, como a foice retirada de areias dragadas do rio Arade (Portimão) (OLIVEIRA, 2013) e o machado plano encontrado na ribeira de Arão (Monchique) (VASCONCELOS, 1913).

#### **7.4.1.2. Periferias de povoados**

Sendo que os depósitos devem ser entendidos como elementos presentes nas vivências quotidianas das comunidades, constatamos que alguns deles se encontram nas proximidades de certos núcleos de habitação. A prática de deposição de artefactos cresce exponencialmente no Bronze Final, quando também os povoados passam a adquirir um posicionamento de destaque na paisagem (BOTTAINI, 2013: 369), embora, por outro lado, os depósitos surjam recorrentemente em sítios onde nem sequer existe uma proximidade considerável a núcleos de habitação (KALB, 1980: 119; BOTTAINI, 2013: 368).

---

Apesar de raramente surgirem em locais próximos a povoados, podendo nestes casos serem apelidados de “depósitos periféricos” (VILAÇA, 2006: 65), estes contextos poderão ter funcionado como «*agentes de apropriação de territórios*» (*ibidem*: 64). Neste sentido, os depósitos marcariam a apropriação de um determinado espaço por parte das comunidades, nomeadamente sítios de habitação e os espaços em redor destes, como se constata em casos como a deposição do conjunto de alabardas do Cano junto ao povoado de S. Bartolomeu do Outeiro (Évora) (CARREIRA, 1996), e da espada “tipo Monte Sa Idda” do Castro da Cola (Ourique) (VILHENA, 2006, 2020). Podemos ainda juntar a estes dois depósitos, o conjunto de Pedreiras (Sesimbra) (SERÃO, 1966) que foi encontrado a uma curta distância de dois povoados, o da Meia Velha (CALADO *et al.*, 1999: 123) e o da Casa Nova (*ibidem*: 89), e, ainda, de uma lapa, a Lapa da Cova (SOARES, 2013: 88).

#### **7.4.1.3. Acidentes geográficos**

A deposição em sítios de acidentes geográficos corresponde a situações em que os conjuntos de artefactos se encontram em elementos da natureza como serras, montanhas, vales, falésias, entre outros.

Nestes casos, a deposição de objetos pode estar conectada ao pagamento de tributos de passagem (GALÁN DOMINGO, 1993: 72; VILAÇA, 2006: 56-57), uma vez que estes artefactos se encontram em locais muito específicos associados à passagem de grupos humanos. Salientamos ainda a presença de objetos em sítios como promontórios e penhascos, definidos como «*holy abiss*» (BRADLEY, 2016: 177), por serem sítios onde a deposição de determinados objetos terá tido um significado bastante particular.

No território a sul do rio Tejo, constatamos alguns exemplos que foram encontrados em acidentes geográficos. No caso das serras, destacamos o conjunto de São Francisco da Serra (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016), em que as peças foram encontradas no setor ocidental da Serra de Grândola, lugar onde se pode observar o pôr-do-sol no Oceano, que pode ter conferido ao sítio um lugar sagrado, podendo ter sido um fator para a escolha deste lugar para a deposição destes objetos, dado que esta realidade se constata igualmente em outros territórios do noroeste da Europa (BRADLEY, 2016: 193-196). Acrescentamos ainda o machado de talão com duas argolas encontrado na Serra da Caveira (MONTEAGUDO, 1977: 207, Est.1308) e da ponta de lança de alvado da Serra de Borrzeiros (LIMA, 1981), mas cujos dados acerca das circunstâncias de achado de ambas as peças são extremamente escassas. Para além das serras, constata-se também a presença de

---

deposições em abismos, como é o caso dos achados encontrados na falésia do Medo do Espartal (Aljezur) (GOMES, 2006; 2011).

#### **7.4.1.4. Lapas e grutas**

Se por um lado defende-se que os depósitos possam ter constituído um marco territorial, como indicadores de caminhos ou até mesmo fronteiras culturais, a verdade é que em outros casos o carácter de ocultação e invisibilidade parece transmitir o contrário (VILAÇA, 2006: 46), embora tal não seja sinónimo de estes contextos não terem feito parte de um processo de transformação e apropriação do espaço (*ibidem*: 27). Em algumas situações os objetos encontram-se escondidos dos olhares mundanos, levando a que alguns artefactos tenham sido colocados em fendas rochosas, em grutas, ou até mesmo enterrados. Neste último caso, estas situações podem representar deposições rituais como oferendas a uma, ou mais, divindade(s), implicando a realização de cerimónias no seio das comunidades no «*âmbito de uma economia sacrificial*» (BOTTAINI, 2013: 361). Também este tipo de deposição pode ser igualmente interpretado como uma forma de sacralização do espaço, tal como se contempla na gravura de armas e outros artefactos em rochas (ALVES & COMENDADOR REY, 2009: 39).

No território a sul do rio Tejo contam-se poucos casos de metais que tenham sido depositados em lugares camuflados na paisagem, destacando-se deposições feitas em grutas, como o denominado “depósito do Alqueva” (Évora), cujos artefactos foram descobertos no interior de uma lapa na margem direita do Guadiana (CARDOSO *et al.*, 1992: 132), bem como o punhal do “tipo Porto de Mós” encontrado na Lapa do Fumo (Sesimbra) (CARDOSO, 2005: 30), e ainda o machado plano da Fóia (Monchique) que foi descoberto no interior de uma pequena cavidade (VEIGA, 1891: 179). Em alguns casos, deparamo-nos com lapas e grutas onde está presente um ambiente húmido, levando a que os artefactos que foram depositados nestes sítios, possam estar integrados numa esfera de crenças associadas a divindades de carácter aquático por exemplo (GOMES & MENDES, 2007: 150), tal como acontece com a deposição deste tipo de artefactos junto a cursos de água.

#### **7.4.1.5. Rochas**

Alguns depósitos surgem ainda junto a penedos, rochas, outeiros, sendo estes marcadores do espaço e da paisagem. Mas que intenção teriam as comunidades de depositarem materiais retirados de circulação junto a estes elementos topográficos? A



---

verdade é que como em outros aspetos da paisagem que são marcados por histórias e lembranças do passado e de antepassados dos indivíduos, também as rochas e seus derivados terão provavelmente tido significados deste género associados (ALVES & COMENDADOR REY, 2009: 45). A deposição junto a rochas e penedos revela uma simbologia associada à natureza destas realidades, uma vez que estes elementos emergem das profundezas da Terra (VILAÇA, 2006: 48; ALVES & COMENDADOR REY, 2009: 42).

No território a sul do tejo, constata-se apenas um exemplar que foi encontrado nestas circunstâncias: o machado de Fontes Grandes (Estombar), tendo sido recuperado entre duas rochas (VEIGA, 1891: 188).

#### **7.4.1.6. Monumentos megalíticos**

Também a deposição de artefactos metálicos junto, ou nas proximidades, de monumentos megalíticos merece um destaque da nossa parte, uma vez que esta prática poderá transmitir um simbolismo muito específico, dado que se está perante a convergência de contextos de cronologias distintas. Tal pode remeter para uma intenção por parte das comunidades em vincularem uma relação intimista com os seus antepassados, parecendo haver uma «*necessidade de salientar a continuidade histórica de uma comunidade com as suas antecessoras*» (GOMES, 2016: 38). É neste sentido que realçamos a deposição da ponta de lança de alvado junto à anta do Pequito Velho 2 (Mora), peça que os autores interpretam erroneamente como bainha de punhal (ROCHA & MIRÃO, 2018: 15, fig.10), tratando-se do único depósito no território a sul do Tejo encontrado neste tipo de lugar.

#### **7.4.2. As tipologias de artefactos e os lugares de deposição**

Expostos os lugares de deposição onde se encontraram artefactos metálicos associados aos últimos momentos da Idade do Bronze no território de estudo, destacamos brevemente os contextos em que as tipologias de materiais se encontraram no registo arqueológico, de forma a se perceber se há uma tendência na deposição de determinadas tipologias estarem associadas a um lugar em concreto.

Relativamente aos machados, apesar de a maioria ser proveniente de achados descontextualizados, destacam-se os exemplares da Ribeira de Arão (VASCONCELOS, 1913), encontrado junto à ribeira que dá nome ao achado, e o de Fontes Grandes encontrado entre duas grandes pedras (VEIGA, 1891). Curiosamente, ambos os artefactos tratam-se de

---

machados planos, levando a que os machados de alvado e de talão enquadrados em contextos deposicionais não estejam associados a lugares de deposição específicos.

Quanto às foices, estes objetos aparecem geralmente desprovidos de qualquer contexto, havendo exceções, por exemplo, a foice do “tipo Rocanes” descoberta em areias dragadas do rio Arade (OLIVEIRA, 2013), sendo o único exemplar desta tipologia, no território em questão, encontrado associado a cursos de água. Por outro lado, a foice do depósito de São Francisco da Serra (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016) foi encontrada na Serra de Grândola, e a do depósito de Pedreiras (Sesimbra) (SERRÃO, 1966) foi descoberta a uma distância relativamente próxima de dois povoados e uma lapa.

As espadas são objetos que se encontram vulgarmente associados a contextos aquáticos, realidade tipicamente atlântica, como serve de exemplo o célebre e único caso em todo o território atualmente português de um depósito aquático, da espada de Cacilhas (Almada), tendo esta sido descoberta na sequência de trabalhos de dragagem na foz do rio Tejo (SILVA & GOMES, 1992: 120; CARDOSO, 2004a: 196). Apesar de este ser o único exemplar que foi encontrado literalmente em meio aquático, existem outros artefactos cujos dados sugerem que tenha havido a presença de água no momento da sua deposição, como é exemplo o achado das duas espadas de Safara (Moura), que devido à patine dourada, M. Ruiz-Gálvez Priego (1998: 238) defende que estas teriam sido depositadas em meio aquático. Também a espada do Castro da Cola (Ourique) parece ter algum simbolismo associado à componente aquática, uma vez que foi descoberta em areias de aluvião, a cerca de 12m da margem do rio Mira, em leito de Cheia (VILHENA, 2006: 78; VILAÇA, 2006: 52; VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 268). Por outro lado, destacamos também a presença do fragmento de espada, juntamente com um punhal, encontrado na falésia do Medo do Espartal (Aljezur) (GOMES, 2006, 2011).

As restantes tipologias de objetos encontram-se, maioritariamente, em contextos descontextualizados, havendo algumas exceções como o punhal da Lapa do Fumo (Sesimbra) (CARDOSO, 2005), ou dos artefactos integrados no depósito de Baleizão (Beja) (VILAÇA & LOPES, 2005). De um modo geral, apesar de a problemática dos achados descontextualizados ser uma constante ao longo deste trabalho, o que por sua vez limita o conhecimento que detemos acerca do fenómeno da deposição de artefactos de bronze, podemos constatar que as comunidades que habitaram o território a sul do Tejo no Bronze Final não deixaram de enquadrar nas suas práticas deposicionais uma variedade de lugares de deposição. Isto revela não só a complexidade dos grupos humanos como do próprio fenómeno em si, ao haver uma múltiplos significados e simbolismos intrínsecos a este mesmo.

---

## 7.5. A organização interna dos depósitos

Também a organização interna de um depósito é algo que deve ser igualmente considerado e estudado. Em alguns casos, existem artefactos que aparentemente foram organizados no ato de deposição, sendo a forma mais comum a de empilhamento de objetos (BOTTAINI, 2013: 368), como se constata no caso do depósito da Fóia (Faro), onde se descobriu um conjunto de machados empilhados (embora atualmente apenas se conheça o paradeiro de um deles) (VEIGA, 1981: 179). No caso do depósito de Baleizão (Beja) (VILAÇA & LOPES, 2005), segundo os achadores, os materiais encontravam-se organizados por matéria-prima, estando as peças de ouro no fundo do recipiente cerâmico, e os bronzes no cimo<sup>6</sup> (VILAÇA, 2006: 70).

Apesar de ser uma análise insuficiente, a composição interna dos depósitos, em termos numéricos e tipológicos, é ainda uma linha de investigação que deve ser utilizada no seguimento deste estudo. Contudo, a importância de um depósito baseado no número de artefactos que possui é relativa, sobretudo devido ao carácter aberto destes contextos, ou pelo menos de alguns destes. Além deste facto, devemos de ter em conta o facto de muitos depósitos que hoje conhecemos terem sido modificados ao longo do tempo (*ibidem*: 73), mesmo após a sua descoberta através da troca e venda de artefactos.

Em outras circunstâncias, alguns conjuntos artefactuais foram depositados no interior de recipientes cerâmicos, como se encontra patente no depósito de Baleizão (Beja) (VILAÇA & LOPES, 2005), o único depósito bi-metálico encontrado no atual território português (*ibidem*, 2005). Existem ainda outros paralelos de deposições de artefactos metálicos no interior de vasos cerâmicos no restante território atualmente português, como é o caso do depósito de Vila Cova do Perrinho (Vale de Cambra), embora este último se encontre associado a um contexto sepulcral (BRANDÃO, 1963: 114; BOTTAINI & RODRIGUES, 2011). Esta prática deposicional demonstra uma clara intenção, por parte da comunidade que depôs os objetos, em que estes permanecessem ocultos.

Ao longo do tempo, o fenómeno de deposição de artefactos tem vindo a ser percecionado como algo estático (VILAÇA, 2006: 37), em que um depósito é criado num simples e único momento. A verdade é que em alguns dos casos esta poderá ter sido, efetivamente, a realidade, noutros nem tanto. Os depósitos que têm nos seus conjuntos duas ou mais peças podem ter resultado num complexo processo de vários atos de deposição

---

<sup>6</sup> Destacamos o facto de tais dados serem o resultado de informações orais, não tendo sido realizadas escavações arqueológicas por arqueólogos neste contexto.

---

durante um determinado período (HARDING, 2003: 323; VILAÇA, 2006: 38). Um destes exemplos é o depósito de Salisbury (Inglaterra), onde se encontram presentes artefactos com cronologias muito díspares entre cerca de 2400 e 200 a.C. (STEAD, 1998: 26). Contudo, nesta sequência importa igualmente perceber o que terá motivado os agentes que criaram estes conjuntos a depositarem objetos em momentos distintos. Uma das explicações perante uma perspetiva mais economicista, defende que o *stock* de um mercador poderia sofrer algumas alterações. Ou seja, quando este precisava de descarregar alguns produtos, depositava-os num determinado lugar para mais tarde os recuperar conforme as suas necessidades (VILAÇA, 2006: 38). Porém, os vestígios desta reciclagem são pouco visíveis no registo arqueológico, não resultando propriamente na criação de depósitos de forma inteiramente intencional (NEEDHAM, 1998: 286; VILAÇA, 2006: 38). Atualmente, a justificação para ter havido, em alguns casos, uma deposição separada em várias fases, encontra-se relacionada com uma esfera ritual e/ou simbólica. A deposição de artefactos de diferentes cronologias implica que estes terão sido depositados, em princípio, por pessoas diferentes em momentos completamente distintos, o que poderá transmitir a ideia de que um determinado local é sacralizado, tornando-se um “lugar de memória” (VILAÇA, 2006: 38; 89).

#### **7.6. O estado físico dos artefactos**

Uma das linhas de investigação e análise dos depósitos e dos artefactos que integram estes conjuntos foca-se na abordagem do estado físico dos objetos: se estes se encontram completos, fragmentados, deformados, usados, novos, etc.

É bastante frequente, nos depósitos do Bronze Final, constatar-se a presença de materiais fragmentados, prática que se contrasta com práticas deposicionais de períodos anteriores em que se dava primazia a objetos completos (VILAÇA, 2006: 76). Esta fragmentação de objetos terá sido um dos aspetos que serviu como critério de classificação dos denominados “depósitos de fundidor” e “depósitos de mercador”, em que os primeiros seriam conjuntos com peças destinadas à refundição, e os segundos teriam peças novas para entrarem em circuitos de trocas comerciais (*ibidem*: 76).

No caso das peças fragmentadas, importa perceber se as partes que se encontram num determinado conjunto complementam-se. Ou seja, podemos estar perante um conjunto de artefactos que se encontram fragmentados, mas cujas partes correspondem ao mesmo objeto, ou, podemos estar perante um agregado de fragmentos de artefactos distintos. Esta deposição pode estar associada a uma intenção de depositar propositadamente peças fraturadas e partidas. Neste sentido, seria necessário proceder a um estudo mais detalhado

---

das peças que se encontram fragmentadas, visto que em depósitos do Noroeste da França e nas Ilhas Britânicas, a maioria das espadas tinham sido intencionalmente fragmentadas (BRADLEY, 2016: 131), panorama este a comprovar para a Península Ibérica.

Existem alguns padrões na deposição de partes fraturadas dependendo do objeto que é depositado. No que diz respeito aos machados, quando estes se encontram fragmentados, normalmente é o gume que é depositado, ao contrário das espadas e punhais que aparecem frequentemente com a ponta quebrada (VILAÇA, 2006: 77). No território a sul do rio Tejo não existem evidências de gumes de machados depositados, mas por outro lado encontram-se armas cujas pontas se encontram ausentes dos conjuntos artefactuais, como é o exemplo das espadas de Safara (Moura) (BRANDHERM, 2007: 88-89, nr.s 164 e 165), de Évora (COFFYN, 1985) e da espada de Cacilhas (Almada) (SILVA & GOMES, 1992). Por outro lado, também se documentam alguns casos de deposição de fragmentos de armas como é o caso da espada encontrada na falésia do Medo do Espartal (Aljezur) (GOMES, 2006) que possui apenas a ponta da lâmina, e do punho da espada de Évora. Não só aparecem fragmentadas as espadas, como também os punhais.

Quanto às fraturas nas armas, uma das interpretações que explicam este acontecimento revela que estes objetos, como sendo artefactos de prestígio, poderiam estar associadas ao seu proprietário (BRADLEY, 2005: 155; VILAÇA, 2006: 78), como se o objeto o representasse e fosse provavelmente depositado em sua homenagem. Após o seu proprietário falecer, estes objetos não poderiam cair em mãos alheias, daí serem fraturados, simbolizando igualmente a morte de quem os possuiu outrora. Por outro lado, estes objetos fragmentados perdiam a sua funcionalidade primária, ou seja, ficavam inoperacionais, perdendo assim qualquer função utilitária. Um dos exemplos de artefactos que apresentam fraturas e que se encontram no território em estudo remete para uma das foices encontradas na região de Mértola, que detém uma fratura na ponta da lâmina (BARROS, 2012: fig.7). Também as pontas de lança, por vezes, possuem algumas fraturas, como é o caso da ponta de lança de Évora (SCHUBART, 1975).

Relativamente às marcas de uso, seria particularmente interessante submeter alguns materiais a análises de microtopografia, permitindo a identificação de marcas de uso por parte de instrumentos de corte (VILAÇA, 2006: 76). Isto levaria a que conseguíssemos obter mais dados relativamente às possíveis causas dessas marcas.

De um modo geral, podemos constatar que a sul do rio Tejo, a maioria dos artefactos que foram depositados encontram-se inteiros, à exceção de algumas peças. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para a fratura de espadas, que parece ter sido uma ação

---

preferencial por parte das comunidades que habitaram o território em estudo, uma vez que a maioria destas peças se encontram fragmentadas, como é visível nos exemplares de Évora (VASCONCELOS, 1915), Cacilhas (Almada) (SILVA & GOMES, 1992) e Safara (Moura) (SCHUBART, 1975), com a ponta partida, e no que resta da espada encontrada na falésia do Medo do Espartal (Aljezur) (GOMES, 2006), em que foi depositada apenas a ponta. Todavia, podemos ainda salientar alguns casos de fraturas em utensílios, como é o caso dos machados de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016), que se encontram fraturados transversalmente, o machado de alvado de Évora (MONTEAGUDO, 1977) cujas argolas foram, possivelmente, partidas intencionalmente, e ainda as pequenas fraturas na ponta de lança da Serra de Borrazeiros (Beja) (LIMA, 1981) e numa das foices de Mértola (VASCONCELOS, 1915).

### **7.7. Padrões de deposição**

Acrescentamos ainda o facto de não só os depósitos poderem oferecer no seu conjunto simbolismos muito específicos, como a associação de determinados objetos poder estar associada a significados particulares, uma vez que estes contextos são mais do que a soma de objetos (BARBER, 2003: 38). Pelo contrário, «*os materiais que encontramos nos depósitos são o resultado de uma seleção prévia, quaisquer que tenham sido os motivos para escolher uns e rejeitar outros. As diferenças entre depósitos monotipológicos e depósitos com dois ou mais tipos distintos deverão, portanto, significar mais alguma coisa para lá das formas*» (VILAÇA, 2006: 78).

Os depósitos monotipológicos são bastante comuns durante toda a Idade do Bronze até ao Ferro Inicial (*ibidem*: 78), sendo essencialmente caracterizados pela presença de machados de diferentes tipologias, como é o exemplo do machado de alvado de duas argolas do Monte do Olival (Ferreira do Alentejo) (SERRA & PORFIRIO, 2018), e do machado de talão de duas argolas de Évora. Por outro lado, existem também evidências da deposição de outras tipologias de objetos como é o caso das espadas de Évora (VASCONCELOS, 1915).

Quanto aos depósitos pluritipológicos, podemos destacar algumas situações que poderão corresponder a padrões de deposição. No caso dos machados, estes são a tipologia de artefactos que mais surge associada a outros tipos de objetos distintos, cujas associações podem ter simbolismos bastante particulares, como é o caso da deposição de machados e foices, como se observa no depósito de Pedreiras (Sesimbra) (SERRÃO, 1966) e de São Francisco da Serra (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016), que podem evocar a valorização do trabalho (VILAÇA, 2006: 86-87; BOTTAINI, 2013: 305). Acrescentamos ainda

---

o depósito de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém), onde junto a dois machados planos e a uma foice do “tipo Rocanes” se encontraram também dois escopros (VASCONCELOS, 1914: 315; SOARES *et al.*, 2016: 116-117), artefactos igualmente ligados ao trabalho.

Podemos igualmente realçar o facto de a deposição de espadas duplas se constatar uma prática que terá certamente tido um simbolismo próprio associado. No território a sul do Tejo, contemplamos os casos das espadas “tipo língua de carpa” de Safara (Moura) (SCHUBART, 1975) e as espadas pistiliformes de Évora (VASCONCELOS, 1915). Esta prática, que se encontra difundida a uma larga expressão na Europa Central e Ocidental, poderá estar associada à evocação do mito das “divindades gémeas” associadas à criação do mundo (VILAÇA, 2014: 114), podendo ser interpretadas como «*espadas irmãs*» (BRADHERM, 2007: 5). Também relativamente às espadas, realçamos o facto de na maior parte das vezes em que se encontram depositadas, estas surgem com a ponta fragmentada, como se encontra patente nos casos das espadas de Safara (BRADHERM, 2007: 88-89, nr.s 164 e 165), de Évora (COFFYN, 1985) e da espada de Cacilhas (SILVA & GOMES, 1992).

Destacamos ainda a deposição de objetos empilhados, como é o caso do depósito da Fóia (Monchique), onde se encontraram machados planos uns sobre os outros (VEIGA, 1981: 179), embora até aos dias de hoje apenas tenha subsistido um destes exemplares.

De um modo geral, podemos ainda apontar para o facto de as armas se encontrarem depositadas, na maioria dos casos, em locais associados a cursos de água, como a espada de Cacilhas encontrada na foz do Tejo (SILVA & GOMES, 1992: 120; CARDOSO, 2004a: 196), ou a espada do Castro da Cola (VILHENA, 2006: 78; VILAÇA, 2006: 52; VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 268), entre outros objetos descobertos em meios húmidos, como a ponta de lança do Alqueva (CARDOSO *et al.*, 1992: 232) ou o punhal da Lapa do Fumo (CARDOSO, 2005: 30). Contudo, a categoria dos utensílios encontra-se presente numa maior polivalência de lugares de deposição, como serras, periferias de povoados, junto a monumentos megalíticos, e também associados a ambientes húmidos como grutas e rios, não havendo um padrão de deposição propriamente evidente.

Apesar de salientarmos poucos padrões de deposição de artefactos metálicos no território de estudo, estes revelam que houve uma clara intenção de depositar intencionalmente estes objetos, uma vez que estes não se tratam de perdas ocasionais das sociedades que conviveram no território em estudo. A constatação destes padrões de deposição é a realização de que estamos perante vestígios da complexificação destas comunidades e das suas vivências sociais que se encontram intimamente ligadas ao mundo simbólico.

---

## **7.8. A importância dos depósitos na compreensão da metalurgia arcaica**

### **7.8.1. O contributo da arqueometalurgia**

O estudo da arqueometalurgia tem vindo a ser algo valorizado por parte de alguns investigadores, levando a que os trabalhos que incidem nesta temática tenham vindo a crescer ao longo do tempo.

A investigação focada nos artefactos metálicos demonstra-se como algo constante desde a segunda metade do século XIX, tendo surgido neste período alguns trabalhos pioneiros na abordagem deste tipo de objetos (VEIGA, 1891; SARMENTO, 1888; entre outros). Estes são estudos onde se dá uma importância à inventariação das peças e a fazer uma descrição pormenorizada das mesmas, havendo, em alguns casos, a informação dos contextos de proveniência. Estamos perante uma época onde se constata uma valorização na divulgação dos achados arqueológicos e do seu estudo, sendo uma fase embrionária para aquilo que viria a ser o período de produção de grandes trabalhos de referência no mundo da Arqueologia.

Neste âmbito, não podemos deixar de destacar autores como É. Cartailhac (1886), H.N. Savory (1951), E. MacWhite (1951), H. Schubart (1975), L. Monteagudo (1977), A. Coffyn (1985), M. Ruiz Gálvez Priego (1998), entre outros, cujos estudos têm, ainda nos dias de hoje, uma grande relevância na abordagem de artefactos metálicos. Estes trabalhos, embora não abordem especificamente a metalurgia arcaica, contribuíram, por exemplo, para a definição de tipologias de materiais, contruindo assim um conhecimento sintetizado e estruturado acerca de determinados objetos.

Concretamente falando da realização de análises químicas, estas foram primeiramente submetidas a artefactos metálicos durante a década de 60 em Portugal, tendo sido desenvolvidos projetos que tinham como preocupação e objetivo serem efetuados estudos arqueometalúrgicos. Ao longo dos anos, foram sendo realizados diversos trabalhos que incluíram análises químicas nas suas abordagens a achados provenientes dos mais variados contextos. Estes estudos levaram também a uma revisão das informações que se encontravam disponíveis (BOTTAINI, 2013: 296), como se constatou em alguns depósitos como o de Casal de Fiéis de Deus (Bombarral) (MELO, 2000) ou do Cabeço de Maria Candal (Ourém) (VILAÇA *et al.*, 2012).

No caso do estudo dos depósitos, podemos indagar-nos: de que forma é que a arqueometalurgia contribui para a compreensão destes contextos?



---

Sendo esta uma temática com uma extensa lista de problemáticas, e cujo conhecimento tem vindo a ser abordado ao longo do tempo, destacando-se trabalhos como os de A. Melo (2000), de R. Vilaça (2006), de C. Bottaini (2013), de J. Fonte *et al.* (2013), de H. Sampaio (2014), uns sob uma perspetiva mais generalista acerca do fenómeno de deposição de artefactos metálicos, outros de um ponto de vista mais regional, contribuíram para o conhecimento que detemos acerca das práticas deposicionais das comunidades do Bronze Final no atual território português. Sendo estes contextos conjuntos que integram objetos metálicos, é do interesse dos investigadores que abordam esta temática compreender aspetos como a composição destes objetos, a percentagem de cada elemento nesta mesma que poderá revelar a qualidade da peça, constatar, em alguns casos, a proveniência da própria matéria-prima utilizada, entre outros que completam as informações acerca de um determinado artefacto.

Neste sentido, apelamos a que o estudo dos depósitos não seja concebido e percecionado de um ponto de vista crono-tipológico, dado que investigar estes contextos vai além destes parâmetros. Estudar depósitos é tentar compreender as comunidades que manipularam estes objetos, e o que se encontrava implícito nesta manipulação, tentando responder a questões como: onde é que foram produzidos os objetos? Que evidências temos no território em estudo desta produção? Trata-se de produções locais ou objetos que circularam em rotas comerciais para chegarem a um determinado destino? Houve um cuidado por parte das comunidades arcaicas em depositarem objetos de “boa qualidade? Que dados nos revelam as análises aos artefactos acerca da metalurgia arcaica?

Responder a todas estas questões, e a outras tantas, é um trabalho complexo, cujas respostas podem não ser inteiramente conclusivas, assim como pode não haver uma resposta para todas as perguntas. Deste modo, é bastante plausível que o estudo dos depósitos dificilmente seja uma temática cujas conclusões serão alguma vez estritamente lineares, embora, com o auxílio de diferentes vertentes da Arqueologia, seja possível construir, cada vez mais, um conhecimento rico, sintetizado e completo.

### **7.8.2. Contextos de produção a sul do Tejo**

A prática metalúrgica consiste num longo processo desde a extração da matéria-prima até à obtenção do produto final. No decorrer deste mesmo, encontra-se implícito um conjunto de aspetos que o complexificam, uma vez que é composto por várias etapas que podem, ou não, ter coexistido nos mesmos espaços (VILAÇA, 1998b: 351), havendo assim uma multiplicidade de locais e de sítios associados a diferentes esferas da produção do metal.

---

Importa referir que o nosso território de estudo, sendo um espaço rico em cobre, mas pobre em estanho, levou a que as comunidades que habitaram nesta área durante o Bronze Final estabelecessem contactos que permitissem a circulação de estanho para o fabrico de bronzes. Deste modo, estas sociedades terão criado relações com grupos das Beiras e da Estremadura (CRUZ *et al.*, 2015: 20), onde nesta última terá estado presente uma espécie de “placa giratória” direcionada para o comércio transregional (CARDOSO, 2000a: 383).

No quadro do estudo da metalurgia arcaica, é igualmente relevante conceptualizar os elementos associados à cadeira operatória da produção de artefactos de bronze, como moldes, cadinhos, restos de fundição, entre outros vestígios que surgem no registo arqueológico.

Os moldes podem ser interpretados como «*uma das provas insofismáveis da produção metalúrgica*» (VILAÇA, 1995: 415). No nosso território de estudo, destacamos uma variedade de moldes, quer relativa às tipologias de materiais que eram produzidos, como machados, escopros, espadas, entre outros, como também ao material de que eram constituídos (pedra e argila). Estes materiais podem ainda apresentar morfologias distintas, havendo moldes univalves, bivalves e multivalves.

Relativamente à produção de machados no território a sul do Tejo, destacamos apenas a presença de moldes correspondentes ao fabrico de machados planos, havendo uma ausência destes instrumentos associados a machados de alvado e de talão, uma vez que a manufatura dos primeiros se concentrou em regiões como as Astúrias e a Catalunha (HARDARKER, 1976: mapa 1 e 2), e, por outro lado, os segundos foram produzidos em locais como o centro e norte de Portugal (SAMPAIO & BETTENCOURT, 2012). Na região em estudo, realçamos a presença de moldes para o fabrico de machados planos em Martes, na Corôa do Frade, no Casarão da Mesquita, e em Salsa 3.

No sítio de Martes e da Corôa do Frade, ambos localizados em Évora e correspondentes a povoados, foi encontrado em cada um dos locais um molde multivalve possivelmente associado à obtenção de machados planos e outros objetos (ARNAUD, 1979: 79; MATALOTO, 2013: 252). No Casarão da Mesquita 3 (São Manços) (SANTOS *et al.*, 2008), um povoado aberto onde foram identificados numerosos silos (ANTUNES *et al.*, 2012: 279-280), foi encontrado um molde bivalve em pedra para o fabrico desta tipologia de machados (SANTOS *et al.*, 2008: 75; ANTUNES *et al.*, 2012: 280, fig. 6.1; VALÉRIO, 2012: 40). Este molde foi ainda submetido à análise por EDXRF que revelou uma presença de cobre, estanho e chumbo (SANTOS *et al.*, 2008: 75), e detém ainda uma particularidade que o destaca dos restantes: a presença de uma camada de tonalidade negra no interior do molde, que poderá

---

ter servido para facilitar o processo da retirada do artefacto de pedra (*ibidem*: 75). Em Salsa 3 (Serpa) foi também encontrado um molde para a produção de machados planos (VALÉRIO, 2012: 42; SOARES, 2013: 288-289).

Ainda na categoria dos utensílios, salientamos a presença de um molde bivalve no povoado da Rocha do Vigio 2 (Monsaraz) para o fabrico de escopros (MATALOTO, 2013: 252, fig.17).

Acerca da produção de armas no território a sul do Tejo, podemos realçar algumas evidências. Quanto às espadas, foi encontrado um molde múltiplo no povoado da Corôa do Frade (Évora), como mencionado anteriormente, em que uma das faces estaria direcionada para a obtenção deste tipo de objetos (ARNAUD, 1979: 67), embora a tipologia específica não se conheça. Também no Castro dos Ratinhos (Moura) foi encontrado um molde, desta vez para o fabrico de espadas “tipo língua de carpa”, tendo sido submetido a análises por EDXRF que revelaram a presença de vestígios ricos em cobre, estanho e chumbo (VALÉRIO *et al.*, 2010: 371). Em relação à produção de outros tipos de espadas, destacamos o Cerro do Castelo de Garvão (Beja), onde se encontrou um molde múltiplo de pedra para a fundição de punhais e pontas de lança “tipo língua de carpa” (BEIRÃO *et al.*, 1985: 50).

Em relação a outros objetos, o molde em xisto recolhido na Azenha da Misericórdia (Serpa), terá sido utilizado para a obtenção de cabos de espelho (VILAÇA, 2007: 150, fig. 14). Contudo, a sua cronologia não seja segura, podendo enquadrar-se no Bronze Final ou na Idade do Ferro (*ibidem*: 150). No Castelo Velho da Serra d'Ossa (Redondo) foram encontrados moldes (CALADO & MATALOTO, 2001: 54; MATALOTO, 2013: 233), mas cujas tipologias de artefactos produzidas a partir destes são desconhecidas.

Destacamos também a presença de cadinhos que são utilizados no processo de fundição do metal, estando associados à produção secundária (BOTTAINI, 2013: 403). No nosso território de estudo encontramos alguns sítios onde foram encontrados estes vestígios: Cerradinha (Santiago do Cacém) (SILVA & SOARES, 1978: 90), Fonte Ferrenha (Redondo) (CALADO *et al.*, 1999: 7), Martes (Évora) (MATALOTO, 2013: 252), Castelo Velho de Safara (Moura) (SOARES *et al.*, 2005) e em Entre Águas (Serpa) (REBELO *et al.*, 2009: 467).

Por último, evidenciamos ainda a presença daquilo que podemos chamar de restos de fundição, que tal como o nome indica, são vestígios associados à fundição do metal. Embora de pequenas dimensões, são elementos que indicam a presença da atividade metalúrgica em alguns sítios, como na Quinta do Marcelo (Almada) (SOUSA, 2016: 391), em Fonte Ferrenha

---

(Redondo) (CALADO *et al.*, 1999: 7), no Castelinho (Alandroal) (*ibidem*: 9) e no Casarão da Mesquita (São Manços) (SANTOS *et al.*, 2008: 75).

A presença de indícios relacionados com a produção metalúrgica encontra-se sobretudo em povoados, embora não haja evidência de um centro produtor de artefactos de bronze propriamente dito. Tal poderá dever-se ao facto de estarmos perante sociedades cuja capacidade de produção deste tipo de objetos se encontrava circunscrita ao elo familiar, não sendo a metalurgia a atividade económica primária, mas sim uma prática de pequena dimensão (VALÉRIO, 2012: 47). Deste modo, terá sido crucial para as comunidades estabelecerem contactos e alianças entre grupos (MATALOTO, 2013: 259) de forma a obterem não só matéria-prima, mas também o *know how* necessário para a obtenção das peças. Estamos diante uma atividade metalúrgica bastante diversa, onde se constata dados que remetem para a produção de várias tipologias de artefactos, algumas de objetos sofisticados como as espadas, sendo estes obtidos a partir de moldes de diferentes morfologias, o que terá implicado um conhecimento especializado por parte de indivíduos qualificados (VALÉRIO, 2012:47) para o fabrico destas peças. Salientamos ainda a presença destes vestígios em povoados cujo modelo de povoamento poderá estar conectado a uma maior complexidade social (MATALOTO, 2013: 252).

### **7.8.3. Análises arqueometalúrgicas**

#### **7.8.3.1. Metodologia**

As análises foram realizadas num conjunto de 5 artefactos mediante um espectrómetro portátil de fluorescência de raios-X (XRF) Bruker Tracer III SD equipado com um gerador de raios X com ânodo em Ródio e um detetor modelo X-Flash SDD. Foram utilizadas as seguintes condições de trabalho: 40 kV, 3  $\mu$ A, tempo de aquisição de 60 segundos, filtro Ti+Al (304.8  $\mu$ m alumínio e 25.4  $\mu$ m titânio). Os dados foram tratados com o software S1PXRF e as quantificações realizadas mediante padrões de referência internos e padrões BCR-691 (INGELBRECHT *et al.*, 2001). As análises foram efetuadas após remoção mecânica das camadas de corrosão superficial, de modo a se evitarem contaminações derivantes da alteração do metal.

### 7.4.3.2. Resultados e discussão

As peças analisadas no âmbito deste trabalho correspondem a diferentes tipologias de objetos, entre elas 3 machados (2 de alvado e 1 plano), 2 foices de tipo Rocanes e 2 pontas de lança.

Os resultados obtidos (tabela 1) revelam que estamos perante artefactos compostos por uma liga de Cu e Sn, em que este último elemento oscila entre 8,45 e 18,45% e as impurezas (Pb, As, Fe, Ni, Ag e Sb) aparecem com valores residuais, geralmente abaixo de 1% da composição total. Este tipo de metalurgia binária e com reduzidas impurezas também é típica do território português a norte do rio Tejo (BOTTAINI, 2013) e terá surgido no sudoeste ainda no segundo quartel do II milénio a.C. (VALÉRIO *et al.*, 2015: 122), embora a sua produção se torne mais abundante durante o Bronze Final (VALÉRIO *et al.*, 2010; VALÉRIO, 2012; MATALOTO *et al.*, 2013: 323).

N.	Proveniência	Tipo	Ref. Análise	Cu	Sn	Pb	As	Fe	Ni	Ag	Sb
1	Veiros	Ponta de lança	MNA-09	89,4	10,4	0,05	0,1	0,04	0,01	n.d.	n.d.
2	Évora	Machado de alvado	MNA-06	87,1	12,6	0,1	0,1	0,05	0,05	n.d.	n.d.
3	Serra de Borrazeiros	Ponta de lança	502-MET	81,4	16,2	2,1	0,2	0,05	0,05	n.d.	n.d.
4	Monte do Olival	Machado de alvado	FAL-01	89,2	9,7	0,7	0,2	0,03	0,07	0,1	n.d.
5	Mértola	Foice de tipo Rocanes	MNA-01	90,7	8,65	0,6	n.d.	0,03	0,02	n.d.	n.d.
6	Mértola	Foice de tipo Rocanes	MNA-02	90,95	8,45	0,34	n.d.	0,01	n.d.	n.d.	0,25
7	Fontes Grandes	Machado plano	MNA-04	81,25	18,45	n.d.	0,27	0,03	n.d.	n.d.	n.d.

**Tabela 1:** Resultados das análises realizadas no âmbito da presente dissertação. (n.d.: não detetado).

Relativamente aos machados, os exemplares planos provenientes do sul de Portugal, indicam valores de Sn entre 8,2% e 18,45%. Neste quadro, o machado proveniente de Fontes

---

Grandes (Estombar) apresenta um teor de estanho bastante elevado (18,45%), em comparação com outros exemplares desta tipologia produzidos com ligas binárias em outras regiões do território atualmente português (cf. SENNA-MARTÍNEZ *et al.*, 2013; BOTTAINI *et al.*, 2012). No quadro das restantes amostras, um dos machados planos provenientes do conjunto de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) detém um teor correspondente a 15,8% (SOARES *et al.*, 2016: 118), igualmente superior ao das outras tipologias de machados. As restantes peças desta tipologia, como aquelas provenientes de São Francisco da Serra (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016: 118) e de Baleizão (Beja) (VALÉRIO, 2012: 77; VALÉRIO *et al.*, 2019: 46), detêm teores de estanho compreendidos entre 8,2% e 12,5%.

Quanto aos machados de alvado, os exemplares provenientes de Évora e do Monte do Olival (Ferreira do Alentejo) possuem uma percentagem de Sn de, respetivamente, 9,7% e 12,6%. Em comparação com outros machados de alvado analisados, como os exemplares de Coles de Samuel (Soure) (BOTTAINI *et al.*, 2016), estes valores enquadram-se nos resultados obtidos, uma vez que estes objetos detêm uma composição de Sn que oscila entre 6% e 15% (GOMES *et al.*, no prelo). Realçamos ainda que comparativamente com o norte do atual território português, os machados de alvado e de talão são, por norma, mais ricos em estanho do que os exemplares de machados planos (FIGUEIREDO *et al.*, 2012 *apud* SOARES *et al.*, 2019: 102).

Ambas as foices de Mértola apresentam uma composição química bastante homogénea entre si, detendo um teor de Sn em torno dos 8%. Apesar destes valores se enquadrarem nos padrões conhecidos para a metalurgia do Bronze Final português, geralmente caracterizada por teores de Sn entre 8 e 15% Sn (BOTTAINI *et al.*, 2016), não podemos deixar de sublinhar como as duas foices de Mértola apresentam valores mais baixos quando comparados às outras foices até hoje analisadas, que apresentam valores de estanho acima dos 10% (BOTTAINI, 2013: 433, Quadro 20).

Cabe-nos ainda destacar as pontas de lança provenientes de Veiros (Évora) e da Serra de Borrageiros (Beja) que apresentam valores distintos uma da outra. A primeira reúne um valor de Sn semelhante ao que foi verificado na composição química da ponta de lança do depósito do Alqueva (CARDOSO *et al.*, 1992: 234). Entretanto, há que destacar que a ponta de lança proveniente da Serra de Borrageiros (Beja) apresenta uma percentagem de chumbo de 2,1%, valor acima dos restantes objetos analisados. No território em estudo, a presença de chumbo em artefactos de bronze não é substancialmente significativa, tal como se verificou em outros objetos provenientes do Castro dos Ratinhos, por exemplo (VALÉRIO *et al.*, 2010: 377). Porém, a incorporação deste elemento em artefactos metálicos em quantidades mais

---

significativas é algo característico da fase de transição do Bronze Final para a Idade do Ferro (BETTENCOURT, 2001: 45; BOTTAINI, 2013: 469).

Em jeito de conclusão, as peças analisadas apresentam teores médios de estanho dentro do esperado para a metalurgia do Bronze Final no sul de Portugal (8-15% Sn), embora algumas peculiaridades, nomeadamente o machado plano com altos teores de Sn e uma das pontas de lança em que o Pb ocorre acima da média.

### **7.9. A deposição de artefactos metálicos no Bronze Final a sul do Tejo no contexto ibérico: Breves considerações**

Tal como foi exposto ao longo dos capítulos anteriores, conseguimos perceber que a deposição de artefactos metálicos a sul do Tejo durante os momentos finais da Idade do Bronze pode ser caracterizada por diversos aspetos. Abordadas uma vez estas características no território em estudo, torna-se importante contextualizar este fenómeno no contexto ibérico.

O fenómeno de deposição de artefactos metálicos parece ter assumido uma posição de destaque no seio das comunidades do Bronze Final que habitaram ao longo da fachada atlântica europeia, em regiões como o Reino Unido ou a França, levando ainda a que a Península Ibérica tenha sido considerada como a «área nuclear» desta prática (DELIBES DE CASTRO & FERNÁNDEZ MANZANO, 2007: 11), apesar de em algumas regiões como a Catalunha, o Vale do Ebro, as Ilhas Baleares, o País Valenciano e o Sudoeste (*ibidem*: 16) as práticas deposicionais serem menos significativas. A estas realidades junta-se o sul do atual território português, onde o número de depósitos é quantitativamente menor em relação a outras regiões, como o centro-norte do país. Esta discrepância poderá estar relacionada com um elemento crucial durante o Bronze Final na Península Ibérica<sup>7</sup>: os contactos precocemente estabelecidos com as comunidades mediterrâneas (BURGES & O'CONNOR, 2008 *apud* ARMADA & MARTINÓN-TORRES, 2016: 51). Isto levou a uma mudança na produção, comercialização e manipulação do metal por parte das sociedades peninsulares (ARMADA & MARTINÓN-TORRES, 2016: 51), o que terá alterado, certamente, as vivências dos grupos indígenas.

No território português deparamo-nos com duas realidades que podem ser separadas entre o norte e o sul do rio Tejo, uma vez que este curso de água parece delimitar duas

---

<sup>7</sup> Destacamos ainda que outro motivo que poderá contribuir para a maior visibilidade dos depósitos no Reino Unido e na França é a autorização, nestes países, de detetores de metal, o que facilita a descoberta destes achados arqueológicos.

atmosferas distintas que envolvem o mesmo fenómeno. Tanto a norte, como a sul do Tejo, foram depositados quase todos os tipos de artefactos, entre utensílios, armas, e outros objetos. Contudo, no norte e centro do país houve uma maior variedade de tipologias de materiais e um maior número de artefactos integrados nos conjuntos deposicionais do que no sul, como é exposto ao longo da tese de Doutoramento de C. Bottaini (2013). No centro e norte de Portugal depositaram-se objetos além de machados, foices, e espadas, objetos associados a banquetes, algo que não se constata a sul do Tejo. O número de peças associado a cada tipologia é igualmente inferior no território em estudo, à exceção das espadas e dos escopros (tabela 2). Em ambas as regiões, a maioria dos artefactos corresponde a produções locais, havendo poucas evidências que remetem para o mundo mediterrâneo (VILAÇA, 2006: 83), estando estas associadas a fíbulas, como se encontra no conjunto de Porto do Concelho (Mação) (MELO, 2000: 75) e no possível depósito de Baleizão (Beja) (VILAÇA & LOPES, 2005). A estes vestígios, juntam-se também ponderais, como os que se encontram neste último conjunto (*ibidem*), que se encontram associados ao padrão standard em torno da unidade síria de 9,3/9,4gr (VILAÇA, 2014: 115).

Utensílios		Armas		Outros Objetos	
Machados Planos	9	Espadas	8	Argolas	9
Machados de Alvado	7	Lanças	6	Ponderais	7
Machados de Talão	2	Punhais	2	Fíbula	1
Foices	5				
Escopros	5				

**Tabela 2:** Número de objetos correspondente a cada tipologia de artefactos integrados em possíveis depósitos no território a sul do Tejo.

Relativamente ao estado físico das peças, há uma maior fragmentação destas mesmas no território a norte do Tejo (VILAÇA & BOTTAINI, 2019: 129, Tabela 1), sobretudo em objetos de tipologias diversificadas. No sul, a fragmentação de artefactos ocorre preferencialmente nas espadas. Acerca dos lugares de deposição, verificamos uma heterogeneidade na escolha de espaços para a deposição dos materiais por parte das comunidades, tanto no centro-norte como no sul.



---

Em jeito de conclusão, a deposição de artefactos metálicos no território em estudo no contexto ibérico assumiu uma forma mais discreta comparativamente com as outras regiões do território peninsular. Tal é perceptível na quantidade de objetos depositados e na inclusão de determinadas tipologias nos denominados depósitos, havendo, igualmente, um maior número destes conjuntos a norte do Tejo do que a sul.

No entanto, devemos destacar que apesar de ser um fenómeno que se encontra de um modo mais subtil no registo arqueológico, demonstra que as comunidades que habitaram neste não ficaram excluídas dos contactos com o mundo atlântico. Voltamos ainda a realçar que esta prática mais circunspecta poderá dever-se aos contactos precocemente estabelecidos com o Mediterrâneo (BURGES & O'CONNOR, 2008 *apud* ARMADA & MARTINÓN-TORRES, 2016: 51). Estes terão certamente condicionado a intensificação de costumes atlânticos, havendo, em contrapartida, uma integração de influências mediterrâneas nas dinâmicas das comunidades antigas, cujas evidências vão além daquilo que se encontra no registo arqueológico, uma vez que terão sido incorporadas imaterialmente no seio destas comunidades.

---

## 8. Conclusões

No presente estudo, tivemos como intuito estudar o fenómeno de deposição de artefactos de bronze durante os momentos finais da Idade do Bronze no território a sul do Tejo. Para tal, adotámos uma abordagem que se estendeu a vários campos de análise dos objetos que se encontram integrados na nossa amostra de estudo.

No âmbito deste trabalho, tivemos diante de nós um conjunto de problemáticas que são inerentes ao estudo dos depósitos. Estas convergem sobretudo na descontextualização da maioria dos conjuntos e na falta de informação disponível acerca dos mesmos, devido a muitos destes objetos se tratarem de achados antigos.

Todavia, através de uma simbiose entre uma análise morfo-tipológica das peças e uma interpretação dos valores que podiam estar implícitos nestas mesmas, por intermédio do estudo dos lugares de deposição, do conteúdo dos conjuntos, sem descartar a integração destes artefactos nas dinâmicas da metalurgia arcaica que se desenvolveu no território alvo, pretendemos valorizar estes contextos e caracterizar a forma como este fenómeno de deposição se desenvolveu a sul do Tejo.

Ao longo desta dissertação tornou-se imperativo, tendo em consideração os nossos objetivos, conceptualizar os depósitos como evidências que se encontravam presentes numa atmosfera simbólica onde o profano e o sagrado não atuaram como duas realidades distintas, pelo contrário, convivem em sintonia uma com a outra. Estamos perante artefactos que foram deliberadamente escolhidos e depositados consoante um conjunto de valores, comportamentos e símbolos muito específicos para as sociedades pretéritas.

Assim, a partir da análise do conjunto dos 29 contextos que identificamos como eventuais depósitos, podemos destacar algumas características acerca do fenómeno que incorporou a deposição destes artefactos.

Quanto ao conteúdo dos depósitos, verificámos que existe uma multiplicidade de modelos deposicionais em relação à deposição de diversos objetos integrados nas categorias dos utensílios, das armas, e de outros objetos. Assistimos à incorporação de peças de tipologias distintas num único conjunto, como ao resultado de espólios monotipológicos, ou, ainda, casos de depósitos que se tratam de achados singulares.

---

Foi também a partir desta análise que pudemos destacar possíveis padrões de deposição, como a presença de tipologias de utensílios, como machados, foices e escopros, associadas entre si, como é visível nos conjuntos de Pedreiras (Sesimbra) (SERRÃO, 1966), São Francisco da Serra (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016) e de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016), que parecem ser testemunhos conectados à valorização do trabalho. No que diz respeito às armas, realçamos a deposição dupla das espadas de Safara (Moura) (SCHUBART, 1975) e de Évora (VASCONCELOS, 1915), prática esta que se encontra difundida por toda a Europa Central e Ocidental.

No âmbito desta dissertação, demonstrou-se como algo de extrema relevância destacar os lugares escolhidos pelas comunidades para serem o recetor das suas deposições. Todavia, não podemos deixar de referir que a paisagem é algo em permanente mutação, devido às alterações a que se encontra sujeita. Logo, a paisagem que hoje encontramos diante dos nossos olhos, terá certamente sido diferente daquela que os nossos antepassados contemplaram. Tendo em conta estes aspetos, podemos apenas destacar os sítios onde foram encontrados os artefactos metálicos que incorporam a nossa amostra de estudo, podendo ser separados em dois ambientes: terrestre e húmido.

A maioria dos eventuais depósitos que se encontram a sul do Tejo foram encontrados em meio terrestre, embora, em alguns casos, em lugares excepcionais, como é o caso das armas encontradas na falésia do Medo do Espartal (Aljezur) (GOMES, 2006, 2011), ou o machado de Fontes Grandes (Estombar) (VEIGA, 1891), que foi depositado entre duas pedras. Para além destes sítios, e embora tenhamos excluído do nosso estudo dos artefactos metálicos encontrados em povoados, a deposição em locais aproximados a núcleos de habitação, como os casos de Pedreiras (Sesimbra) (SERRÃO, 1966), ou do Castro da Cola (Ourique) (VILHENA, 2006), é uma prática a realçar.

Por outro lado, a deposição de objetos metálicos em ambientes húmidos, como cursos de água, parece ter assumido um papel de destaque no seio das comunidades atlânticas, e os grupos humanos que habitaram o sul do Tejo não foram exceção. Nesta região, deparamo-nos essencialmente com armas, como espadas e punhais, depositados nestes sítios, sobressaindo o único depósito efetivamente aquático do território atualmente português, a espada de Cacilhas (Almada) (SILVA & GOMES, 1992), encontrada na foz do rio Tejo. Contudo, documentam-se também situações de deposições de utensílios, como machados e foices, em margens de ribeiras e no interior de grutas, como os achados da Fóia (Monchique) (VEIGA, 1891), da Ribeira de Arão (Monchique) (VASCONCELOS, 1913) e do Rio Arade (Portimão) (OLIVEIRA, 2013).

---

Cabe-nos ainda abordar o estado físico de alguns dos objetos que integram estes conjuntos materiais. No território a sul do Tejo, parece ter havido uma preferência pela fragmentação das espadas, levando a que a maioria destas peças se encontre com a ponta partida. Por outro lado, existem evidências de utensílios que se encontram igualmente fraturados, como os machados e a foice do conjunto de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) (SOARES *et al.*, 2016). Sabemos que «*um objeto mutilado é um objeto morto, ou seja, ineficaz*» (VILAÇA, 2006:78), daí esta fragmentação ter sido contemplada como um dos fatores que levaram à classificação de alguns conjuntos como “depósitos de fundidor” ou “de mercador”. Porém, o simbolismo destas fraturas pode estar conectado a significados muito específicos, como a morte de um indivíduo ou um marco nas vivências de uma comunidade.

Relativamente aos dados arqueometalúrgicos, a nossa amostra de materiais analisados permitiu sustentar algumas informações já conhecidas acerca da prática metalúrgica durante o Bronze Final no sul de Portugal. Podemos realçar que os artefactos submetidos a análises químicas correspondem a peças binárias, com teores de estanho entre 8% e 18,45%, e com baixos valores associados a impurezas. A produção destes objetos não apresenta diferenças substanciais em comparação com artefactos procedentes de outros contextos arqueológicos.

Destacamos ainda que, ao contrário daquilo que por vezes se especula, o território a sul do Tejo não se encontrou isolado, nem esteve numa posição marginalizada, em relação a outras regiões do ocidente ibérico. Embora as práticas deposicionais terem-se desenvolvido de um modo mais discreto em relação ao centro-norte do território português, estas revelam que as comunidades do sul estabeleceram igualmente contactos com o mundo atlântico, apesar de não terem sido tão significativos. Tal poderá dever-se ao facto de os grupos do sul do Tejo terem lidado primeiramente com as influências mediterrâneas, do que as que viveram a norte do Tejo, o que poderá ter condicionado a intensificação de práticas atlânticas (BURGES & O’CONNOR, 2008 *apud* ARMADA & MARTINÓN-TORRES, 2016: 51).

Compreender os depósitos e o fenómeno de deposição de artefactos metálicos é um trabalho complexo, onde surgem problemáticas que não só o dificultam como o torna desafiante. Esta complexidade deve-se igualmente ao facto de entre o momento em que as comunidades depositaram um ou mais objetos, e o momento em que estes foram encontrados, passaram-se cerca de 3000 anos. Durante este tempo, perderam-se significados e simbolismos. Entre as sociedades do passado e o nosso “eu”, existem barreiras, uma vez que somos talvez incapazes de compreender certos significados correspondentes a determinados objetos, por sua vez atribuídos por estas. É uma falácia transpor para o passado

---

símbolos e valores do mundo contemporâneo, mas podemos perguntamo-nos: porquê? Seriam os depósitos evidências associadas a entes queridos? Seriam dádivas e/ou oferendas a divindades? Marcariam o fim da vida de um indivíduo? Destacavam sítios especiais na memória das comunidades? As respostas a estas e outras perguntas escampam-nos, restando-nos criar interpretações através dos vestígios presentes no registo arqueológico. A partir do estudo destes, sabemos de que forma é que os grupos humanos atuaram perante este fenómeno, quais as suas práticas recorrentes, quais os padrões de deposição mais visíveis, entre outros aspetos que constroem pouco a pouco o conhecimento que detemos acerca destas comunidades antigas, de forma que a memória e o legado destas não se perca também ele no tempo.

Em jeito de conclusão, ao termos adotado uma abordagem multidisciplinar, conseguimos atingir os nossos objetivos primários, que se fundiram na sistematização dos dados acerca das práticas deposicionais durante o bronze final no território a sul do rio Tejo. Não só sistematizámos, como acrescentámos novos dados a este panorama, levando ao enriquecimento do conhecimento acerca desta prática, mas também à dinamização do longo debate sobre a temática dos depósitos metálicos do bronze final que dificilmente ficará alguma vez resolvida, uma vez que *«não há, nem pode haver, sintonia nas explicações que têm sido propostas, pois a diversidade do fenómeno impede-o»* (VILAÇA, 2006: 9).

Terminamos o nosso trabalho com a certeza de que fizemos o nosso melhor para valorizarmos este fenómeno e os testemunhos que chegaram até nós das comunidades antigas, mas também com a plena consciência de que este é um estudo com limitações e obstáculos, tendo em consideração que *«estudar os depósitos provoca assim um sentimento, implícito na própria natureza das práticas deposicionais, de que haverá questões a que não será possível dar respostas univocamente aceites»* (BOTTAINI, 2013: 488).

Sublinhamos ainda que este não é um trabalho definitivo, muito pelo contrário. A investigação arqueológica continuará a trazer novos dados e interpretações ao longo do seu desenvolvimento, estando este estudo aberto a reformulações e adições, que poderão trazer novas luzes acerca dos artefactos depositados.

Assim, *«estudar e pensar os depósitos, os objetos, a cultura material, foi e é um desafio»* (VILAÇA, 2006: 91) que perdurará no estudo dos momentos finais da Idade do Bronze e na compreensão das dinâmicas sociais, económicas, políticas e rituais das sociedades antigas.

---

## Bibliografia

ALMAGRO-BASCH, M. (1940b) – El hallazgo de la Ría de Huelva y el final de la Edad del Bronze en el Occidente de Europa. *Ampurias*. Vol 2. P: 85-143.

ALMAGRO BASCH, M. (1961) – El deposito del Bronce III Hispano de Cabezo de Araya (Arroyo de la Luz, Cáceres). *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz. Vol XVII. Série1. P: 5-26.

ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura. Madrid: *Bibliotheca Praehistorica Hispana*. Vol.14.

ALMAGRO-GORBEA, M. (1986) – Bronce Final y Edad del Hierro. La formación de las etnias y culturas prerromanas, Historia de España. *Prehistoria*. Em JORDÁ CERDÁ, F.; PELLICER, M.; ACOSTA, P.; ALMAGRO-GORBEA, A. (eds.). Madrid: Ed. Gredos. P: 341-532.

ALMAGRO-GORBEA, M. (1989) – Arqueología e Historia Antigua: el proceso protoorientalizante y el inicio de los contactos de Tartessos con el mediterráneo. Em: *Estudios sobre la antigüedad en homenaje al profesor Santiago Montero Díaz*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. P: 277-288.

ALVES, L.B.; COMENDADOR REY, B. (2009) – Rochas e metais na Pré-história para além da físico-química. Em BETTENCOURT, A.M.S.; ALVEZ, L.B.: *Dos Montes, das Pedras e das Águas. Formas de Interação com o Espaço Natural da Pré-história à Actualidade*. P: 37-54.

ANÓNIMO (1910) – Acquisições do Museu Ethnológico Português. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série I. Vol XV. P: 233-247.

ANTUNES, A.S.T.; DEUS, M.; SOARES, A.M.M.; SANTOS, F.; ARÊZ, L.; DEWULF, J.; OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronce Final no médio Guadiana. Em JÍMENEZ-ÁVILA, J. (ed.): *SIDEREUM ANA II: el río Guadiana en el Bronce Final*. Instituto de Arqueología de Mérida. Anejos de AEspa. Vol LXII. P: 277-308.

ARMADA, X.-L. (2011) – Feasting Metals and the ideology of power in the Late Bronze Age. Em ARANDA JIMÉNEZ, G.; MONTÓN-SUBÍAS, S.; SÁNCHEZ ROMERO, M. (eds.): *Guess Who's Coming To Dinner: Feasting Rituals in the Prehistoric Societies of Europe and the Near East*. Oxbow Books.

ARMADA, X.-L.; MARTINÓN-TORRES, M. (2016) – The ALBIMEH Project–Atlantic Late Bronze Age Metal Hoards Compared. *Archaeology International*. Ubiquity Press. P: 49-53.

ARMBRUSTER, B.R. (2002/2003) – A metalurgia da Idade do Bronce Final Atlântico do Castro de Nossa Senhora da Guia, de Baiões (S. Pedro do Sul, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. X-XI. P: 145-155.

ARNAUD, J.M. (1979) – Corôa do Frade. Fortificação do Bronce Final dos Arredores de Évora. Escavações de 1971-1972. *Madriider Mitteilungen*. Vol 20. P: 56-100.

ARRUDA, A.M. (1994) – A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico. *Lisboa subterrânea*. P: 52-57.

---

ARRUDA, A. M. (2007) – A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias. Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve-Percurso de Estácio da Veiga. Silves. XELB. Vol 7. P: 115-130.

ARRUDA, A.M.; VILAÇA, R.; GOMES, F.B. (2022) – Ornamentos de vestuário orientalizantes em Portugal: uma panorâmica de la situación actual. Em FABREGAT, R.G.; CAMACHO RODRÍGUEZ, P.; LORRIO ALVARADO, A. (coords.): *Problemas de cultura material: ornamentos y elementos del vestuario en el arco litoral Mediterráneo-Atlántico de la Península Ibérica durante la Edad del Hierro (ss. XV a. C.)*. Servicio de Publicaciones. P: 88-118.

BAHN, P. (1989) – *Bluff Your Way in Archaeology*. Horsham: Ravette Books.

BAPTISTA, L.; SOARES, A.M.M.; RODRIGUES, Z.; VALE, N.; PINHEIRO, R.; FERNANDES, S.; VALÉRIO, P. (2018) – Os Hipogeuos Funerários do Bronze Final do Sudoeste do Monte da Ramada 1 (Ervidel, Aljustrel). Estudo preliminar. *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. P: 265-288.

BAPTISTA, P.E.S. (2018) – *Mobilidade de pessoas e circulação de bens: o Bronze Final na Beira Interior*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BARBER, M. (2003) – *Bronze and the Bronze Age: Metalwork and Society in Britain c2500-800 B.C.* Wiltshire: Tempus Publishing Ltd.

BARROS, L.; SANTO, P.E. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. Actas das IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. P: 333-342.

BARROS, P. (2012) – O Bronze Final na região de Mértola. Em PINA POLO, F.(dir.): *El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. Vol 62. P: 215-227.

BEIRÃO, C.M.; SILVA, C.T.; SOARES, J.; GOMES, M.V.; GOMES, R.V. (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vol 3. P: 45-135.

BELÉN, M.; ESCACENA, J.L.; BOZZINO, M.<sup>al</sup>. (1991) – El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la Península Ibérica. I. Análisis de la documentación. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. Vol 48. P: 225-256.

BELÉN, M.; ESCACENA, J.L. (1995) – Acerca del horizonte de la Ría de Huelva. Consideraciones sobre el final de la Edad del Bronce en el Suroeste Ibérico. *Complutum*. Vol 5. P: 85-114.

BELTRAME, M; BOTTAINI, C; CRUZ, A.; VILAÇA, R.; CANDEIAS, A.; MIRÃO, J. (2018) – O Tumulus 1 do Souto (Abrantes, Médio Tejo: Novos contributos para o conhecimento das materialidades do mundo funerário do Bronze Final no Centro de Portugal. *Estudos do Quaternário*. Vol 19. P: 19-48.

BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A.C. (2007) – O Castro dos Ratinhos (Moura, Portugal). Um complexo defensivo no Bronze Final do sudoeste peninsular. Em BERROCAL-RANGEL, L.; MORET, P. (eds.) – *Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro*. Madrid. P: 169-190.

---

BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A.C. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. *O Arqueólogo Português*. Suplemento 6. Lisboa.

BETTENCOURT, A. (1998) – O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica. Em JORGE, S.O. (ed.): *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia. Vol 10. P:18-39

BLANCE, B. (1971) – Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel. *SAM*. 4, Berlin: Gebr. Mann Verlag.

BOTTAINI, C. (2013) – *Depósitos metálicos no Bronze Final (sécs. XIII-VII AC) do Centro e Norte de Portugal. Aspectos sociais e arqueometalúrgicos*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BOTTAINI C.; RODRIGUES, A. (2011) – O conjunto de metais de Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra: caracterização química e reavaliação dos contextos. *Oppidum*. Vol 5. P: 27-39.

BOTTAINI, C.; SERRA, M.; PORFÍRIO, E. (2012) – Metais da Idade do Bronze do Museu de Beja. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. P: 631-646.

BOTTAINI, C.; VILAÇA, R.; SCHIAVON, N.; MIRÃO, J.; CANDEIAS, A.; BORDALO, R.; PATERNOSTER, G.; MONTERO-RUIZ, I. (2016) – New insights on Late Bronze Age Cu-metallurgy from Coles de Samuel hoard (Central Portugal): A combined multi-analytical approach. *Journal of Archaeological Science: Report*. Vol 7. P: 344-357.

BOUGHTON, D. (2015) – *The Early Iron Age socketed axes in Britain*. Tese de Doutoramento, University of Central Lancashire.

BRADLEY, R. (1985) – Exchange and Social Distance. The Structure of Bronze Artefact Distributions. *Man*. Vol 20 (4). P: 692-704.

BRADLEY, R. (1990) – *The Passage of Arms. An archaeological analysis of prehistoric hoards and votive deposits*. Cambridge: University Press.

BRADLEY, R. (2005) – *Ritual and domestic life in prehistoric Europe*. Routledge. Londres.

BRADLEY, R. (2016) – *A Geography of Offerings: Deposits of valuables in the landscapes of ancient Europe*. Oxbow Books.

BRANDÃO, D.P. (1963) – Achado da época do Bronze de Vila Cova de Perrinho - Vale de Cambra". *Actas do II Colóquio Portuense de Arqueologia. Lucerna - Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*. Vol III. P: 114-118.

BRANDHERM, D. (2007) – *Las Espadas del Bronce Final en la Península Ibérica y Baleares, Prähistorische Bronzefunde*. Abteilung IV. 16. Band, Stuttgart: Franz Steiner Verlag.

BRÜCK, J. (1995) – A place for the dead: the role of human remains in Late Bronze Age Britain. *Proceedings of the Prehistoric Society*. London. Vol 61. P: 245-277.

CALADO, M.; DEUS, M.M.M.; MATALOTO, R. (1999) – O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar. *Revista de Guimarães*. Volume Especial II. P: 759-774.



- 
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) – Carta arqueológica do Redondo. *Redondo: Câmara Municipal de Redondo*.
- CARDOSO, J.L. (2000a) – Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. P: 355-413.
- CARDOSO, J.L. (2000b) – A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura. *Discursos, Língua, Cultura e Sociedade*. 243-251.
- CARDOSO, J.L. (2000c) – Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da idade do bronze e da idade do ferro (II e I milénios a. C.): breve síntese. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular: Proto-História da Península Ibérica*. P: 61-100.
- CARDOSO, J.L. (2001) – A ocupação dos territórios e a exploração dos recursos na Península de Setúbal, do Paleolítico ao Bronze Final. Em TAVARES, M.J.; TAVARES, A.A.; CARDOSO, J.L. (coord.): *Discursos: língua, cultura e sociedade*. P:19-47.
- CARDOSO, J.L. (2004a) – A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos. Um ensaio de História Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 12.
- CARDOSO, J.L. (2004b) – Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no sul de Portugal: a tholos do Cerro do Malhanito (Alcoutim). Em VILAÇA, R.; LOPES, M.C. (coords.): *O Passo em Cena: Narrativas e Fragmentos. Miscelânea Oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra: CEAUCP. P: 193-223.
- CARDOSO, J.L. (2005) – A Pré-história de entre Tejo e Sado. *Paleontologia e Arqueologia do Estuário do Tejo: actas do I seminário*. P: 11-41.
- CARDOSO, J.L.; GUERRA, M.F.; GIL, F.B. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. P: 231-250.
- CARDOSO, J.L.; VILAÇA, R. (2008) – Artefactos da Idade do Bronze da região de Chaves. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol 11. P: 41-54.
- CARDOSO, M. (1971) – A estação pré-histórica da Serra da Penha (Guimarães). *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra. Vol I. P: 239-267.
- CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Reinwald.
- CELESTINO PÉREZ, S.; RAFEL I FONTANALS, N.; ARMADA, X.-L. (2008) – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e): la precolonización a debate*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- COFFYN, A.; GOMEZ, J.; MOHEN, J.P. (1981) – *L'Apogée du Bronze Atlantique. Le dépôt de Vénat, L'âge du Bronze en France-1*. Paris: Picard.

---

COOMBS, D. (1975) – Bronze Age Weapons Hoards in Britain. *Archaeologica Atlantica*. Vol 1. P: 49-82.

CORRÊA, A.M.M. (1936) – Urnenfelder de Alpiarça. *Anuario de Prehistoria Madrileña*. Madrid. Vol 4-6. P: 133-138.

CORTEZ, F.R. (1951) – O Esconderijo de Moreira (Monção). *Trabalhos de Arqueologia e de Etnografia*. Série 1-2. Vol XIII. P: 155-161.

CRUZ, A., DELFINO, D., GASPAR, F., BATISTA, Á. (2015) – Circulação de artefactos, ideias e matérias-primas no Médio Tejo entre o Neolítico Antigo e a Idade do Bronze Final. *Actas da II Mesa Redonda Peninsular. Tráfego de Objetos: Sintomas das Ideologias Dominantes na Ibéria*.

CRUZ, D.J.; SANTOS, A. (2011) – As estátuas menires da serra da Nave (Moimenta da Beira, Viseu) no contexto da ocupação pré-histórica do Alto Paiva e da Beira Alta. Em VILAÇA, R. (coord.)- Estelas e estátuas Menires. Da Pré à Proto-História. *Actas das IV Jornadas Raianas. Sabugal*. P: 117-142.

DEL AMO, M. (1983) – Un molde para la fabricación de espadas del Bronce Final hallado en Ronda. In *Homenaje al Prof. Mutin Almagm Basch*. Madrid. Vol II. P: 81-94.

DELIBES DE CASTRO, G.; FERNÁNDEZ MANZANO, J. (1977) – Los Palstaves sin asas de la Península Ibérica: justificación de su presencia y aproximación a su cronología. *Revista de Guimarães*. Vol LXXXVII. P: 175-188.

DELIBES DE CASTRO, G.; FERNÁNDEZ MANZANO, J. (2007). – ¿ Para los hombres o para los dioses?: Certezas y sospechas sobre la intención de los depósitos del Bronce Final Atlántico. Em *El Hallazgo leonés de Valdevimbre y los depósitos del Bronce Final atlántico en la Península Ibérica*. P: 10-35. Consejería de Cultura y Turismo.

DEUS, M.; ANTUNES, A.S.T.; SOARES, A.M.M. (2012) – A Salsa 3 (Serpa) no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste. In *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. P: 514-543.

DIAS, M.M.A.; COELHO, L. (1972) – Cerâmicas de duas sepulturas do Bronze final da Herdade da Marchica Nova-Ourique. *O Arqueólogo Português Lisboa*. III Série. Vol 6. 193-205.

ELUÈRE, C. (1990) – *Typologie Des Objets de l'âge du Bronze En France*. Paris. Société Préhistorique Française.

EOGAN, G. (2000) – *The Scoketed Bronze Aces in Ireland*. Stuttgart: Prähistorische Bronzefunde, Abteilung IX: Band 22.

EVANS, E. (1930) – The sword-Bearers. *Antiquity*. Série IV. Vol 14. P: 157.

FAHLANDER, F.; OESTIGAARD, T. (2008) – *The Materiality of Death, Bodies, Burials, Beliefs*. Oxford: Archeopress.

FEBVRE, L. (1991) – *A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História*. (Com a colaboração de Lionel Bataillon / Tradução de Jorge Borges de Macedo / Publicação original em 1922). 2.ª Edição. Lisboa: Edições Cosmos.

---

FERNÁNDEZ-GARCÍA, S. (1997) – Los puñales tipo “Porto de Mós” en el Bronce Final de la Península Ibérica. *Complutum*. Vol 8. P: 97-124.

FERREIRA, D.B.; FERREIRA, A.B. (2004) – Aspectos gerais. In Daveau S e Feio M (Coord.) - O Relevo de Portugal: Grandes Unidades Regionais. *Associação Portuguesa de Geomorfólogos*.

FIGUEIREDO, E.; BOTTAINI, C., MIGUEL, C.; LACKINGER, A.; MIRÃO, J.; COMENDADOR REY, B. (2021) – Study of a Late Bronze Age Casting Mould and Its Black Residue by 3D Imaging, pXRF, SEM-EDS, Micro-FTIR and Micro-Raman. *Heritage*. Vol 4 (4). P: 2960-2972.

FONTE, J.; BETTENCOURT, A.M.; FIGUEIREDO, E. (2013) – Deposições metálicas do Bronce Final no vale do Assureira. O caso do sítio de Moinhos de Golas (Solveira, Montalegre, Norte de Portugal). *Estudos do Quaternário*. Vol 9. P: 23-32.

FONTES, J. (1916) – Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocannes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série. Vol XXI. P: 337-342.

GABILLOT, M. (2000) – Les dépôts complexes de la fin du Bronze moyen et du début du Bronze final en France du Centre-Est. Nouvelle approche. *Bulletin de la Société préhistorique française*. P: 459-476.

GALÁN DOMINGO, E. (1993) – *Estelas, Paisaje y Territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense. *Complutum Extra*. Vol 3.

GIARDINO, C. (1995) – *Il Mediterraneo occidentale fra il XVI e l'VIII sec. a. C. Cerchie minerarie e metallurgiche - West Mediterranean between the 14th and 8th century B.C. Mining and metallurgical spheres*. Oxford: BAR International Series 612.

GOMES, F.B. (2015) – The West Writes Back: Cultural Contact and Identity Constructs in Southern Portuguese Late Bronze Age/Early Iron Age. Em BABBI, A.; BUBENHEIMER-ERHART, F.; MARÍN-AGUILERA, B.; MÜHL, S. (eds.): *The Mediterranean Mirror: Cultural contacts in the Mediterranean Sea between 1200 and 750 BC*. P: 305-318.

GOMES, F.B. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na Idade do Ferro (séculos VIII-V a.n.e): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GOMES, M.; BOTTAINI, C.; SERRA, M.; VILAÇA, R. (no prelo) – Metais do Bronce Final no Ocidente Ibérico. O caso dos machados de alvado a sul do rio Tejo. Em *Atas do IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Coimbra.

GOMES, M.V. (1992) – Proto-História do Sul de Portugal. In SILVA, A.C.F.; GOMES, M.V. (eds.): *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta. P: 99-185.

GOMES, M.V. (2006) – Faca da Idade do Bronce do Medo do Espartal (Aljezur). *Al-Rihana – Revista Cultural do Município de Aljezur*, 2, p. 157-165.

GOMES, M.V. (2011) – Fragmento de espada da Idade do Bronce Final do Medo do Espartal (Aljezur). *Al-Rihana – Revista Cultural do Município de Aljezur*, 5, p. 163-172.

- 
- GOMES, M.V.; MENDES, D.C. (2007) – Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladroeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze Final, no Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol 10. P: 141-158.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2004) – Mediterranean and Atlantic contacts in the North-West of Iberia. *Oxford Journal of Archaeology*. Vol 23 (3). P: 287-317.
- GOSDEN C.; LOCK G. (1998) – Prehistoric Histories. *World Archaeology*. Vol 30 (1). P: 2-12.
- HARBINSON, P. (1968) – Três tipos de machados de bronze do norte de Portugal e suas prováveis origens. *Revista de Guimarães*. LXXVIII, p.49-54.
- HARDAKER, R. (1976) – Las hachas de cubo en la Península Ibérica. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense*. Castellon de la Plana. Vol 3. P: 151-171.
- HARDING, A.F. (2003) – *Sociedades Europeas en la Edad del Bronce*. Barcelona: Ariel Prehistoria.
- HUNT ORTIZ, M.A. (2003) – *Prehistoric mining and metallurgy in south west Iberian Peninsula*. BAR International Series 1188. Oxford.
- INGELBRECHT, C.; ADRIAENS, A.; MAIER, E.A. (2001) – *Certification of arsenic, lead, tin and zinc (mass fractions) in five copper alloys*. Luxembourg : Office for Official Publications of the European Commission.
- INGOLD, T. (2000) – *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling & skill*. London, New York: Routledge.
- JALHAY, E. (1944) – O esconderijo pré-histórico de Pôrto do Concelho (Mação, Beira Baixa). *Brotéria*. Porto. Vol XXXVIII. P: 263-277.
- JORGE, S.O. (1999) – *Domesticar a Terra*. Lisboa: Gradiva.
- KALB, P. (1980) – O Bronze Atlântico em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães. Vol I. P: 113-120.
- KASSIANIDOU, V.; KNAPP, A.B. (2005) – Archaeometallurgy in the Mediterranean: The Social Context of Mining, Technology, and Trade. Em Blake E., Knapp A.B. (eds.) - *The archaeology of Mediterranean prehistory*. Malden, MA: Blackwell Publication.
- KOPYTOFF, I. (1986) – The cultural biography of things: commoditization as process. Em APPADURAI, A. (ed.) – *The social life of things*. Cambridge: University Press. P: 64-91.
- KRISTIANSEN, K. (1984) – Ideology and material culture: an archaeological perspective. Em SPRIGGS, M. (ed.) - *Marxist perspectives in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press. P: 72-100.
- KRISTIANSEN, K. (1987) – From stone to bronze - the evolution of social complexity in Northern Europe, 2300-1200 BC. Em BRUMFIELS, E.M.; EARLE, T.K. (eds.) - *Spacialization, exchange, and complex societies*, Cambridge: University Press. P: 30-51.
- KROEBER, A.L.; KLUCKHOHN, C. (1952) – Culture: A critical review of concepts and definitions. *Papers. Peabody Museum of Archaeology & Ethnology, Harvard University*.

---

LEVY, J. E. (1979) – Evidence of Social Stratification in Bronze Age Denmark. *Journal of Field Archaeology*. Boston. 6: 1. P: 49-56.

LEVY, J.E. (1982) – *Social and religious organisation in Bronze Age Denmark: An analysis of ritual hoard finds*. Oxford: Hadrian Books. British Archaeological Reports.

LIMA, F. de (1981) – *Elementos históricos e arqueológicos do concelho de Moura*. Moura: Biblioteca Municipal.

LOPES, S. (2014) – A Idade do Bronze em Portugal: Os dados e os problemas. *Antrope–Série Monográfica*. Vol I.

MACWHITE, E. (1951) - *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la edad del bronce*. Madrid: Seminario de Historia Primitiva del Hombre.

MAIA, M. (2003) – O Bronze Final pré-fenício de Tavira. In *Tavira. Território e Poder*. Catálogo de Exposição do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa. P: 39-47.

MAIA, M.; GÓMEZ TOSCANO, F. (2012) – Um achado da Idade do Bronze em Tavira. Em JÍMENEZ-ÁVILA, J. (ed.): *SIDEREUM ANA II: el río Guadiana en el Bronce Final*. Instituto de Arqueología de Mérida. Anejos de AEspa. Vol LXII. P: 328-344.

MARQUES, G.; ANDRADE, G.M. (1974) – Aspectos da proto-história do território português 1- Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto. P: 125-148.

MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1946) – *Esquema paletnológico de la Península Hispánica*. Madrid: Seminario de Historia Primitiva del Hombre. 2ª Edição.

MATALOTO, R. (1999) – As ocupações proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães*. Vol I. P: 333-362.

MATALOTO, R. (2012) – Os senhores e as serras: o final da Idade do Bronze no Alentejo Central. Em JIMÉNEZ-ÁVILA, J. (ed.): *SIDEREUM ANA II: el río Guadiana en el Bronce Final*. Instituto de Arqueología de Mérida. P: 185-213.

MATALOTO, R. (2013) – Do vale à montanha, da montanha ao monte: a ocupação do final da Idade do Bronze no Alentejo Central. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 20. P: 221-272.

MATALOTO, R.; MARTINS, J.M.M., SOARES, A.M.M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 20. P: 303-338.

MEIJIDE CAMESELLE, G. (1988) – *Las espadas del Bronce Final en la Península Ibérica*, Santiago de Compostela: Universidadae de Santiago de Compostela. Arqueohistórica. Nº 1.

MELO, A.A. (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol 3. Número 1. P: 15-120.

MENDES, S.L. (2009) – O Castro de Vila Cova-à-Coelheira: a ocupação proto-histórica. *Estudos Pré-históricos*. Vol 14. Viseu.

- 
- MELO, A.A.; ARAÚJO, M.F. (2000) – Machado de bronze de Santo Tirso. *Santo Tirso Arqueológico*. 2ª Série, 2-3, pp. 53-63.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung. Prähistorische Bronzefunde Abteilung IX Band 6.
- NEEDHAM, S.P. (1988) – Selective deposition in the British Early Bronze Age. *World Archaeology*. Londres. Vol 20. Série 2. P: 229-248.
- OLIVEIRA, C. (2013) – O Final da Idade do Bronze no Algarve: Balanço e Resultados da Investigação Arqueológica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 20. P: 339-354.
- PAÇO, A. (1961) – O Castelo do Giraldo (Évora): e os novos horizontes do Neolítico alentejano”. *VI CNA*. Zaragoza.
- PARE C. (2000) – *Metals make the world go round: the supply and circulation of metals in Bronze Age Europe*. Birmingham Proceedings of a Conference held at the University of Birmingham in June 1997. P: 99-107.
- PARREIRA, R. (1998) – *As arquitecturas como factor de construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo interior*. Em JORGE, S.O. (ed.): *Existe um Bronze Atlântico*. Lisboa, IPA. P: 267-273.
- PARREIRA, R. (2014) – O Bronze do Sudoeste como entidade arqueogeográfica: a visibilidade dos dados empíricos e os resultados da pesquisa como produto social. Em VILAÇA, R.; SERRA, M. (coord): *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra. P:13-24.
- PARREIRA, R.; SOARES, A.M.M. (1980) – Zu einigen bronzzeitlichen Hohensiedlungen in Sudportugal. Madrider Mitteilungen. *Heidelberg*. Vol 21. P: 109-130.
- PAULI, L. (1985) – Einige Anmerkungen zum Problem der Hortfunde. *Archäologisches Korrespondenzblatt*. Mainz. Vol 15. Série 2. P: 195-206.
- PEREIRA, D.I.; PEREIRA, P.J.S.; SANTOS, L.J.C.; SILVA, J.M.F. (2014) – Unidades Geomorfológicas de Portugal Continental. *Revista Brasileira de Geomorfologia*. Vol 15.
- PEREIRA, M.A.H. (1971) – O esconderijo do bronze final de Coles de Samuel (Soure). *Arqueologia e História*. Lisboa. 9.ª Série. Vol III. P: 165-174.
- PONTE, S. (1999) – As Fíbulas do Bronze Final no Norte e Centro de Portugal: rede de intercâmbios e assimetrias. *Revista de Guimarães*. Actas do Congresso de Proto-História Europeia. P: 539-560.
- PONTE, S. (2006) – *Corpus signorum das fíbulas: proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- REBELO, P.; SANTOS, R.; NETO, N.; FONTES, T.; SOARES, A.M.M.; DEUS, M.; ANTUNES, A.S. (2009) – Dados preliminares da intervenção arqueológica no sítio do Bronze Final de Entre Águas 5 (Serpa). *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. P: 463-488.
- RIBEIRO, F.N. (1965) – *O Bronze Meridional Português*. Beja.



---

RIBEIRO, O. (1998) – *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico – Esboço de relações geográficas*. 7.ª edição (Publicação original em 1945). Coleção “Nova Universidade”. Lisboa: Augusto Sá da Costa Editora.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. (1988) – *Geografia de Portugal. O Ritmo Climático e a Paisagem*. Vol 2. Edições João Sá da Costa.

ROCHA, A.S. (1911) – *Materiaes para o estudo da Idade do Cobre em Portugal*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana de A. Veiga.

ROCHA, L.; MIRÃO, J. (2018) – Novos dados sobre o megalitismo de Mora: a Anta do Pequito Velho (Mora, Portugal). *Scientia Antiquitatis*. Nº 2. P:3-22.

ROWLANDS, M.J. (1976) – *The production and distribution of metalwork in the Middle Bronze Age in Southern Britain*. Oxford: BAR Series 31.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1984) – *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*. Madrid: Universidad Complutense. Vol 2.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) – Depósitos del Bronce Final:¿ Sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano. *Complutum*. Vol 5. P: 21-32.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la edad del Bronce. Un viaje a las raíces de la Europa occidental*. Barcelona: Crítica.

SAMPAIO, H.A. (2014) – Achados e depósitos metálicos do Bronze Final na bacia hidrográfica do rio Ave (NW de Portugal): considerações espaciais. *GALLÆCIA*. Vol 3. P: 137-158.

SAMPAIO, H.A.; BETTENCOURT, A.M. (2012) – Produção e práticas metalúrgicas da Idade do Bronze no Noroeste português: o caso do Pego, Braga. Em MARTINS, C.M.B.; BETTENCOURT, A.M.; MARTINS, J.I.; CARVALHO, J. (eds.) - *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Actas do 1º Congresso Internacional. CITCEM. Braga. P: 391-405.

SANTOS, F.J.C.; AREZ, L.; SOARES, A.M.M.; DEUS, M.; QUEIROZ, P.F.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M.F. (2008) – O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas" silo" do Bronze Pleno/Final na Encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol 11. Número 2. P: 55-86.

SARMENTO, F.M. (1888) – A propósito dos Roteiros dos Tesouros. *Revista de Guimarães*. Vol 5. Nr 1. P:5-11.

SAVORY, H.N. (1951) – A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol 61. Série 3-4. P: 323-377.

SAVORY, H.N. (1968) – *Spain and Portugal: the Prehistory of the Iberian Peninsula*. Londres: Thames and Hudson.

SCHUBART, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. Vol 22. P: 7-136.

SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwestern der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.

---

SENNA-MARTINEZ, J.C. (1995) – Povoado do Cabeço do Castro de São Romão. In JORGE, S.O. (ed.) - *A idade do bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, IPM/MNA.

SENNA-MARTINEZ, J.C. (2013) – Um rio na(s) rota(s) do estanho: O Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. *Cira Arqueologia*. Vol 2. Nr 2. P: 7-18.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; LUÍS, E.; REPRESAS, J.; LOPES, F.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J. (2013) – Os machados Bujões/Barcelos e as origens da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular. *Arqueologia em Portugal, 150 Anos*. P: 591-600.

SERRA, M. (2014) – Muralhas, Território, Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final. Em VILAÇA, R.; SERRA, M. (coord.) - *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra. P:75-99.

SERRA, M. (2021) – "Guerreiros do Bronze": A Idade do Bronze nas Planuras do Sado. Em DEUS, M., VALE, F. e MATIAS, J. (coord.) - *Memórias da terra, das águas e dos povos*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal de Santiago do Cacém. P: 77-88.

SERRA, M.; PORFÍRIO, E. (2011) – Outeiro do Circo: o guardião da planície. *Jornal Alentejo Popular*. Edição 413. Beja. Cooperativa Cultural Alentejana.

SERRA, M.; PORFÍRIO, E. (2013) – O povoado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Mombeja/Beringel, Beja). Resultados das campanhas de 2008 e 2009. *Vipasca*. Aljustrel. II Série. Vol 4. P: 15-28.

SERRA, M.; PORFÍRIO, E. (2017) – Estratégias de povoamento entre o Bronze Pleno e Final na região de Beja. *SCIENTIA ANTIQUITATIS*. Nº 1. P:209-232.

SERRA, M.; PORFÍRIO, E. (2018) – A Idade do Bronze Pelas Planícies de Ferreira do Alentejo. *Ferreira: 5000 Anos de História*. Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. P:33-51.

SERRÃO, E.C. (1966) – Bronzes de Alfirim e de Pedreiras. Sesimbra. Subsídios para o estudo do Bronze Atlântico. In *Memoriam do Ahade Henri Breuil*. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Vol 10. Série III. P: 303-130.

SERRÃO, E.C.; MARQUES, G. (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). II Congresso Nacional de Arqueologia. Coimbra. *Actas: Junta Nacional da Educação*. Vol 1. P: 121-142.

SHERRATT, A. (1991) – Sacred and profane substances: the ritual uses of narcotics in later Neolithic Europe. In GARWOOD, P.; JENNINGS, D.; SKEATES, R.; TOMS, J. (eds.) – *Sacred and Profane: Proceedings of a conference on Archaeology Ritual and Religion*. Oxford: University Committee for Archaeology. (Monograph 32). P: 50-64.

SILVA, A.C.F.; GOMES, M.V. (1992) – *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1978) - Uma jazida do Bronze Final na Cerradinha (Lagoa de Santo André, Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol 4. P: 71-116.



- 
- SILVA, C.T.; SOARES, J. (2018) – Génese do conceito "Cultura do Bronze do Sudoeste". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 24. P: 375-396.
- SPINDLER, K.; BRANCO, A.C.; ZBYSZEWSKY, G.; FERREIRA, O.V. (1973-74) – Le monumento à coupole de l'âge du bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. Vol 57. P: 91-154.
- SOARES, A.M.M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. P:179-197.
- SOARES, A.M.M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol 8: 1. P: 111-145.
- SOARES, A.M.M. (2013) – O sistema de povoamento do Bronze Final no Baixo Alentejo–Bacia do Guadiana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 20. P: 273-302.
- SOARES, A.M.M.; SANTOS, F.J.; DEWULF, J.; DEUS, M. de.; ANTUNES, A.S. (2009) – Práticas rituais no Bronze do Sudoeste-alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 17. P: 433-456.
- SOARES, A.M.M.; ANTUNES, A.S.; DEUS, M. (2012) – O Passo Alto no Contexto dos Povoados Fortificados do Bronze Final do Sudoeste. Em JIMÉNEZ ÁVILA, J., (ed.): *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de AEspA LXII. Mérida. P: 249-276.
- SOARES, A.M.M.; VALÉRIO, P.; FRADE, J.C.; OLIVEIRA, M.J.; PATOILLO, D.; RIBEIRO, I.; ARAÚJO, M.D.F. (2007) - A Late Bronze Age stone mould for flat axes from Casarão da Mesquita 3 (São Manços, Évora, Portugal). *Proceedings of 2nd International Conference Archaeometallurgy in Europe*.
- SOARES, J.; ALVEZ, L.C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M.D.F. (2016) – Leitura arqueométrica de artefactos do final da Idade do Bronze: depósitos metálicos de Santa Cruz e de S. Francisco da Serra (Santiago do Cacém). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol 19. P: 115-122.
- SOARES, R.M.S. (2013) – *A Arrábida no bronze final: a paisagem e o homem*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, E.D. (2016) – Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa. Em SOUSA, A.C; CARVALHO, A.; VIEGAS, C. (eds.): *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa*. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves. P: 387-401.
- STEAD, I.M. (1998) – *The Salisbury Hoard*. Gloucestershire: Tempus Publishing.
- TARAMELLI, A. (1921) – *Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda: Decimoputzu (Cagliari)*. Roma: Accademia dei Lincei.
- TARRADELL, M. (1965) – El problema de las diversas áreas culturales de la Península Ibérica en la Edad del Bronce. Em RIPOLL RERELLÓ, E. (ed.): *Miscelánea en Homenaje al Abate Henri Breuil (1877-1961)*. Barcelona. Vol II. P: 423.

- 
- TAYLOR, R.J. (1993) – *Hoardings of the Bronze Age in Southern Britain: Analysis and Interpretation*. Oxford: BAR British Series; 228.
- THOMAS, J. (2000) – *Interpretive archaeology*. London; New York: Leicester University Press.
- TILLEY, C. (1996) – *An Ethnography of the Neolithic. Early prehistoric societies in southern Scandinavia*. Cambridge: University Press. (New Studies in Archaeology).
- TILLEY, C.; BENNETT, W. (2001) – An archaeology of supernatural places: the case of West Penwith. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. Vol 7. Série II. P: 335-362.
- VALÉRIO, P. (2012) – *Archaeometallurgical study of pre and protohistoric production remains and artefacts from Southern Portugal*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa.
- VALÉRIO, P.; SILVA, R.J.; SOARES, A.M.M.; ARAÚJO, M.F.; FERNANDES, F.M.B.; SILVA, A.C.; BERROCAL-RANGEL, L. (2010) – Technological continuity in Early Iron Age bronze metallurgy at the South-Western Iberian Peninsula—a sight from Castro dos Ratinhos. *Journal of Archaeological Science*. Vol 37. Nr 8. P: 1811-1819.
- VALÉRIO, P.; SILVA, R.J.; ARAÚJO, M.F.; SOARES, A.M.M. (2019) – Análise arqueométrica dos artefactos metálicos do “Tesouro” de Baleizão. *Revista portuguesa de arqueologia*. Vol 22. P: 43-53.
- VANDKILKE, H. (2013) – Warfare in Northern European Bronze Age Societies. *Twentieth-Century Presentations and Recent Archaeological Research Inquiries. The Archaeology of Violence. Interdisciplinary Approaches*. New York. P: 37-62.
- VASCONCELOS, J.L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Vol I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J.L. (1913) – Acquisições do Museu Etnológico Português. *O Archeólogo Português*. I Série. Vol XVIII. P: 131-168.
- VASCONCELOS, J.L. (1914) – Excursão arqueológica à Extremadura transtagana. I-Alcácer do Sal; II-Grândola; III-S. Tiago de Cacém; IV-Sines. *O Archeólogo Português*. Lisboa. I Série. Vol XIX. P: 300–323.
- VASCONCELOS, J.L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa.
- VASCONCELOS, J.L. (1927-29) – Antiguidades do Alentejo. *O Archeólogo Português*. I Série. Vol XXVIII. P: 158-200.
- VEIGA, E. (1889) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Vol III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, E. (1891) – *Paleoethnologia: Antiguidades monumentaes do Algarve tempos prehistoricos*. Vol IV. Lisboa: Imprensa nacional.
- VIANA, A. (1959) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo: III – Necrópole pré-histórica da Atalaia. *Arquivo de Beja*. Beja. Vol 16. P: 28-36.
- VIANA, A. (1960) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. V - Monumento da Nora Velha. *Arquivo de Beja*. Beja. Vol 17. P: 181-188.

---

VIANA, A.; FERREIRA, O.V.; ANDRADE, R.F. (1957) – Molde de fundição para anéis encontrado no Castro da Senhora da Cola (Ourique). *Revista de Guimarães*. Vol LXVII. P: 201-206.

VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.

VILAÇA, R. (1998b) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio aC. *Estudos Pré-históricos*. Vol 6. P: 347-374.

VILAÇA, R. (2000) – Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. Em FERREIRA, M.C.; PERESTELO, M.S.; OSÓRIO, M.; MARQUES, A. (eds.) – Beira Interior. *História e Património*. Guarda. P: 31-50.

VILAÇA, R. (2003a) – A metalurgia do bronze na área do concelho de Coruche. *O Homem e o Trabalho. A Magia da Mão*. Coruche: Instituto Português de Museus / Museu Municipal de Coruche. Catálogo de Exposição. P: 45.

VILAÇA, R. (2003b) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final/Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo português*. Vol XXI. Série 4. P: 245-288.

VILAÇA, R. (2006) – Depósitos de bronze do território português. Um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*. Série III, Vol 24. P: 9-150.

VILAÇA, R. (2007) – Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 15. P: 135-154.

VILAÇA, R. (2008) – No rasto do Bronze final do Centro-sul da Beira Litoral: artefactos metálicos e seus contextos. *A Terra: conflitos e ordem. Homenagem ao Professor Ferreira Soares*. Coimbra: Museu de Mineralogia e Geologia da Universidade de Coimbra, pp. 75-88.

VILAÇA, R. (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente Peninsular: novos dados e questões em aberto. *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*. *Anejos de AEspA*. Vol 58. P: 139-167.

VILAÇA, R. (2013) – A presença mediterrânea no mundo interior beirão, centro de Portugal (sécs. XI/X-VII/VI AC). *Fenícios e Púnicos, por terra e mar*. IV Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos. P: 397-411.

VILAÇA, R. (2014) – Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil aC Entre a tradição e a inovação. Em VILAÇA, R.; SERRA, M. (Coord.): *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. P: 101-125.

VILAÇA, R. (2015) – As faces da morte. Do Bronze para o Ferro, entre o Norte e o Sul do território português. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Vol 53. P: 83-105.

VILAÇA, R. (2017) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Mesa-Redonda «A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro»*. *Estudos Pré-históricos XVII*, 2012. Viseu. P: 101-133.

VILAÇA, R. (2020) – O ocidente peninsular de há 3000 anos num cruzamento de escalas. Itinerários das coisas e das pessoas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 27. P: 281-316.

- 
- VILAÇA, R.; CRUZ, D.J.; GONÇALVES, A.A.B.H. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conímbriga*. Coimbra. Vol XXXVIII. P: 5-29.
- VILAÇA, R.; ARRUDA, A.M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conímbriga*. Vol 43. P: 11-45.
- VILAÇA, R.; CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-Madan*. Série II. Vol 13. P: 48-57.
- VILAÇA, R.; LOPES, M.C. (2005) – The Treasure of Baleizão, Beja (Alentejo, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Vol 7. P: 177–184.
- VILAÇA, R.; ALMEIDA, S.; BOTTAINI, C.; MARQUES, J.N.; MONTERO-RUIZ, I. (2011) – Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão): Formas, Conteúdos, Produções e Contextos. Em MARTINS, C.M.B.; BETTENCOURT, A.M.; MARTINS, J.I.; CARVALHO, J. (coords.) – *Povoamento e Exploração dos Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. P: 427-452.
- VILAÇA, R.; BOTTAINI, C.; MONTERO-RUIZ, I. (2012) – O depósito do Cabeço de Maria Candal, Freixianda (Ourém, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Serie V. Vol 2. P: 297-353.
- VILAÇA, R.; BOTTAINI, C.; CARVALHO, P. S.; PATERNOSTER, G. (2014) – O punhal de São Martinho de Orgens (Viseu) no seu contexto local: o ser e o estar. *Revista portuguesa de arqueologia*. Vol 17. P: 127-140.
- VILAÇA, R.; CARDOSO, J.L. (2017) – O Tejo português durante o Bronze Final. *Territórios comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. P: 237-281.
- VILAÇA, R.; BOTTAINI, C. (2019) – Breaking metals and handling ideas about Bronze Age hoards from Western Iberia. Material patterns, invisible behaviours and possible. Em VALERA, A.C. (ed.) - *Fragmentation and Depositions in Pre and Proto-Historic Portugal*. P:125-139.
- VILAÇA, R.; BOTTAINI, C. (2021) – Depósitos metálicos em meio húmido, e suas margens, da Idade do Bronze em Portugal: uma perspectiva global. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Vol 28. P: 257-276.
- VILAÇA, R.; BOTTAINI, C. (2023) – L' Occidente Iberico come luogo di encontro nella tarda età del Bronzo (XIII-VIII secolo a.C.). Nuovi dati dallo studio delle spade. Contatti e Scambi Fra La Sardegna, L'Italia Continentale e L'Europa Nord-Occidentale Nell'Età Del Bronzo (XVIII-XI. A.C.): La "Via del Rame", La "Via Dell'Ambra", La "Via Dello Stagno". *Atti del V Festival della Cività Nuragica*. Orroli, Cagliari. P: 89-104.
- VILHENA, J. (2006) – *O Sentido da Permanência. As envolventes do Castro da Cola nos 2º e 1º milénios a.C.*
- VILHENA, J. (2020) – Pré-história Recente em Odemira. *Atlas do Sudoeste Português*. Consultável em: <https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/342> (última consulta a 20 de agosto de 2023).

---

## **ANEXOS**

---

## **Anexo I – Catálogo de Depósitos**

O catálogo que se segue nas próximas páginas apresenta-se como a base empírica do nosso estudo, resultando de um trabalho de pesquisa bibliográfica intensiva que incidiu na compreensão dos artefactos metálicos encontrados no território a sul do rio Tejo e os seus contextos arqueológicos.

A partir deste ponto de partida, encontrámos algumas adversidades para a criação deste catálogo, uma vez que definir contextos como depósitos é uma tarefa complexa e com algumas problemáticas. Para além desta complexidade, a maioria dos objetos inventariados provém de achados fortuitos e/ou isolados, o que complica a reconstituição dos quadros de deposição das peças enunciadas. Acrescentamos ainda o facto de muitos dos metais abordados terem sido descobertos ainda na primeira metade do século XX, havendo algumas exceções em que os achados ocorreram no século XIX, obrigando-nos a trabalhar com dados antigos.

Tornou-se algo imperativo seleccionar alguns critérios que justificassem a definição dos conjuntos de artefactos metálicos, ou de objetos únicos, como depósitos. Este conjunto de critérios não se apresenta de uma forma linear e totalmente estrita uma vez que compreender conjuntos de materiais como depósitos é uma tarefa um tanto complexa e desafiante, uma vez que estamos a interpretar artefactos que tiveram simbologias muito específicas, cujos significados acabaram por se perder no decurso do tempo. Deste modo, focámo-nos essencialmente em três aspetos que consideramos serem importantes para a interpretação destes achados como depósitos: número de artefactos, tipologias, lugar de deposição e contexto de proveniência. É aliando estes quatro campos que pretendemos criar uma linha interpretativa acerca destas evidências arqueológicas, e explorar os seus significados para as sociedades antigas.

Contudo, salientamos que este inventário de depósitos se encontra incompleto. Uma vez que a realização deste catálogo resulta numa contínua e extensa pesquisa bibliográfica, bem como de informações recolhidas em museus, muitos dos dados recolhidos espelham-se em afirmações contraditórias ou referências ambíguas. Assim, tivemos de seleccionar os artefactos metálicos que sustentem as fundamentações teóricas que têm vindo a ser expostas ao longo do trabalho.

Sendo este um estudo de âmbito regional, existem alguns limites. Não foi feita uma confirmação no terreno de todos os dados recolhidos, nem tal seria possível na esmagadora maioria das situações. Não foi igualmente viável analisar todo o conjunto material

---

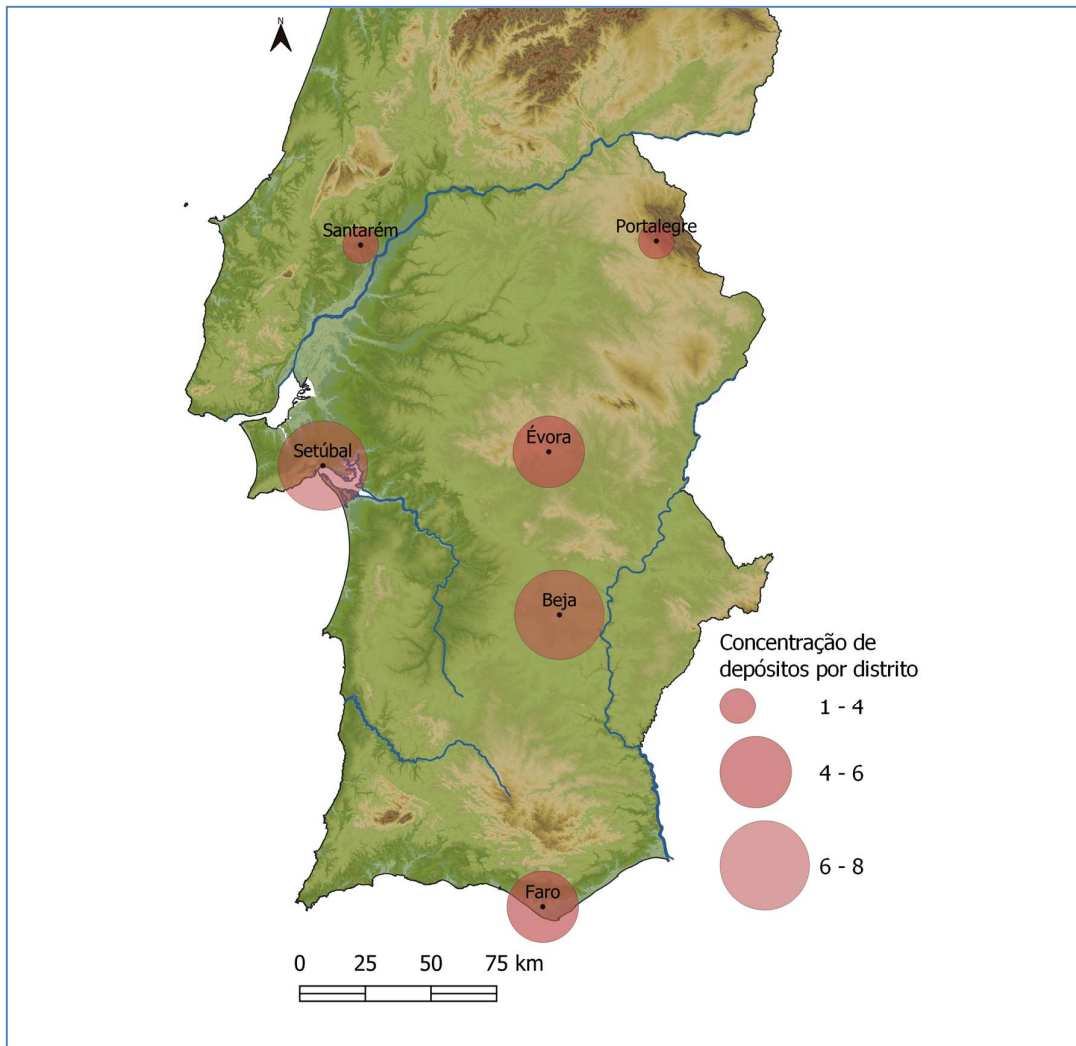
apresentado, havendo apenas um pequeno conjunto de objetos que foi estudado presencialmente.

O nosso objetivo principal não foi a realização de um catálogo exaustivo, mas sim proceder a uma inventariação de sítios que fosse uma representação do fenómeno da deposição de artefactos metálicos durante os momentos finais da Idade do Bronze no território a sul do rio Tejo através das evidências encontradas. Pretendemos que seja um catálogo de apoio ao nosso estudo e à interpretação dos dados que detemos, sendo uma síntese uniformizada de todos os dados recolhidos acerca das peças referidas. Acrescentamos ainda que este não é um catálogo fechado, muito pelo contrário, é um estudo de contínua investigação, ao qual damos abertura para que seja desenvolvido ou corrigido.

Esta inventariação dos depósitos metálicos encontrados no território a sul do Tejo concentra-se na congregação de todas as informações basilares acerca destes contextos arqueológicos. Primeiramente, são apresentados os dados que identificam o conteúdo, como o número e tipologia das peças, bem como as características morfológicas e analíticas das mesmas. De seguida, é desenvolvida uma abordagem que incide nas circunstâncias do achado e na caracterização do lugar de deposição, congregando todas as informações que dispomos acerca destes aspetos, embora em muitas situações haja uma carência de dados que permitam criar uma abordagem linear acerca destes contextos. Terminamos a exposição de cada sítio com breves informações acerca do paradeiro dos artefactos (quando tal é possível) e da bibliografia referente aos mesmos.

A exposição dos dados do catálogo encontra-se organizada consoante critérios de ordem geográfica de norte para sul, tendo os conjuntos sido agrupados a nível administrativo por distritos (Mapa 1). Importa ainda referir que a localização dos sítios não representa de forma precisa o local concreto onde o achado foi encontrado, uma vez que em muitos dos casos essa informação é inexistente.





**Mapa 1:** Concentração de depósitos por distrito.

## Distrito de Santarém

### 1. Monte da Açorda

- a) 1 machado de alvado de duas argolas
- b) São poucas as informações que detemos acerca das circunstâncias de achado do machado do Monte da Açorda, sabendo-se apenas que apareceu no decorrer de trabalhos agrícolas (na propriedade de Maria Fernanda Vieira Alambre). O sítio onde apareceu o machado encontra-se a norte do rio Sorraia, a NW do Couço, não havendo notícias que remetam para a existência de vestígios arqueológicos associados ao Bronze Final nas proximidades. O machado de alvado do Monte da Açorda destaca-



---

se pelas suas dimensões diminutas, tendo um comprimento de 9,2 cm e uma largura máxima (argolas) de 5,6 cm (GOMES *et al.* no prelo).

- c) Museu Municipal de Coruche
- d) VILAÇA (2003); GOMES *et al.* no prelo

## **2. Coruche**

- a) 1 machado de alvado com duas argolas
- b) Infelizmente, desconhecem-se as circunstâncias de achado deste machado. Além de serem nulas as informações que detemos relativamente à descoberta do machado de Coruche, a sua proveniência exata é igualmente dúbia, uma vez que a sua aquisição foi feita na Feira da Ladra (Lisboa) no dia 7 de dezembro de 1920.
- c) Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz)
- d) GOMES *et al.* no prelo

## **Distrito de Portalegre**

### **1. Elvas**

- a) 1 espada “tipo língua de carpa”
- b) O objeto foi adquirido por Gabriel Pereira, mas desconhecem-se as circunstâncias do achado da espada de Elvas, embora nas proximidades do local onde foi encontrado o objeto, localize-se uma ribeira designada por “Ribeira de Espadas” (VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 272), topónimo bastante sugestivo para a possível proveniência do objeto, ainda que esta possa apenas ser uma casualidade. A espada encontra-se com a ponta fragmentada e tem um comprimento de 43,3cm e uma largura de 5,7cm (BRADHERM, 2007: 89).
- c) Museu Nacional Frei Manoel do Cenáculo
- d) VEIGA (1891); BRADHERM (2007); VILAÇA & BOTTAINI (2021, 2023)

## **Distrito de Évora**

### **1. Ponta de Lança de Veiros (Estremoz)**

- a) 1 ponta de lança tipo língua de carpa
- b) Esta ponta de lança trata-se de um achado isolado cujas circunstâncias da sua descoberta não são conhecidas. Sabemos apenas que foi oferecida ao Museu

---

Nacional de Arqueologia pelos Senhores Santos e Pimenta no ano de 1923. A ponta de lança de Veiros destaca-se pelas suas dimensões detendo uma largura máxima de 4,97cm, um comprimento de 24,6cm e uma espessura de 2,48cm.

- c) Museu Nacional de Arqueologia (n. inv. 17482)
- d) VASCONCELOS (1927-29); COFFYN (1985); CARDOSO *et al.* (1992); MATALOTO (2013)

## **2. Machado de Veiros (Estremoz)**

- a) 1 machado de talão de duas argolas com cone de fundição
- b) O machado de Veiros foi descoberto no decurso de trabalhos agrícolas, tendo sido encontrado outro machado associado a este, cujo paradeiro ficou perdido no tempo (MONTEAGUDO, 1977: 972; BOTTAINI, 2013: 283). Não sabemos se existe alguma ligação entre o machado de Veiros e a ponta de lança encontrada na mesma localidade. Este machado destaca-se por ser um dos raros exemplares de machados de talão no território a sul do Tejo, e, principalmente, por conservar o cone de fundição, característica esta bastante particular. O objeto foi oferecido ao Museu Nacional de Arqueologia pelo Sr. Francisco José Ribeiro em 1923. Possui as seguintes dimensões: comprimento: 21,9cm; largura: 7,7cm; espessura: 4,8cm.
- c) Museu Nacional de Arqueologia (n. inv. 17484)
- d) MONTEAGUDO (1977); BOTTAINI (2013); MATALOTO (2013)

## **3. Mora**

- a) 1 ponta de lança de alvado
- b) Na bibliografia referida, esta peça aparece identificada como uma “baínha de punhal” (ROCHA & MIRÃO, 2018: 15), tratando-se efetivamente de uma ponta de lança de alvado. Foi encontrada junto à Anta do Pequito Velho 2 (Mora), juntamente com outros artefactos de distintas cronologias, tendo sido recolhida pelo proprietário do terreno aquando da destruição do monumento para a construção de um caminho de acesso ao mesmo (ROCHA & MIRÃO, 2018: 4). Relativamente ao estado físico da peça, esta apresenta irregularidades nas faces laterais, que podem ter ocorrido a partir de fenómenos pós-deposicionais.
- c) Museu Interativo do Megalitismo de Mora
- d) ROCHA & MIRÃO (2018)

---

#### 4. Évora

- a) 2 espadas pistiliformes
- b) Infelizmente, não são conhecidas as circunstâncias de achado destas espadas. Ambas as espadas encontram-se com as pontas fragmentadas. A espada MNA 10277 possui um comprimento de 61,3cm e uma largura de 6,9cm (BRADHERM, 2007: 45), e a espada MNA 10278 detém um comprimento de 35,2cm e uma largura de 6,2cm (*ibidem*: 45).
- c) Museu Nacional de Arqueologia (n. inv. 10277, 10278)
- d) VASCONCELOS (1915); COFFYN (1985); BRADHERM (2007); MATALOTO (2013); VILAÇA & BOTTAINI (2023)

#### 5. Machado de Alvado de Évora

- a) 1 machado de alvado com 2 argolas
- b) As circunstâncias de achado deste machado são completamente desconhecidas, sabendo-se apenas que é proveniente da região de Évora. As argolas deste machado encontram-se fraturadas, embora não se saiba em concreto se este foi o resultado de uma ação intencional ou não. A fragmentação das argolas coloca a possibilidade de este machado ter servido, em algum momento, como escopro. Este machado detém as seguintes dimensões: comprimento: 17,5cm; largura (gume): 5,3cm; profundidade (alvado): 7,7cm; espessura: 4,8cm.
- c) Museu Nacional de Arqueologia (n. inv. 17469)
- d) GOMES *et al.* no prelo; MONTEAGUDO (1977); MATALOTO (2013)

#### 6. Alqueva (Portel)

- a) 2 contos de lança, 1 ponta de lança de alvado
- b) Estes artefactos foram recolhidos no interior de uma lapa na margem direita do rio Guadiana, onde mais tarde viria a surgir a Barragem do Alqueva, tendo sido recuperados por terceiros (CARDOSO *et al.*, 1992: 232). Salientamos ainda a proximidade deste achado com o sítio do Castro dos Ratinhos, que se localiza na margem oposta, e cuja ocupação durante o Bronze Final merece destaque, permanecendo a incógnita se houve algum tipo de relação entre os habitantes do

---

povoado e os intervenientes que manipularam os artefactos integrados no depósito do Alqueva.

- c) Encontram-se na posse de privados.
- d) CARDOSO *et al.* (1992); SILVA & BERROCAL-RANGEL (2007)

## **Distrito de Setúbal**

### **1. Cacilhas (Almada)**

- a) 1 espada pistiliforme
- b) A espada de Cacilhas foi encontrada durante ações de dragagem por parte de funcionários da firma Parry & Son, na década de 50 do século XX, na foz do rio Tejo (SILVA & GOMES, 1992: 120), podendo tratar-se de um depósito em meio aquático. Esta espada tem um comprimento de 62,2cm e uma largura de 5,3cm (BRADHERM, 2007: 51).
- c) Museu de Almada
- d) CARDOSO (1995, 2004); SILVA & GOMES (1992); MELO (2000); BRADHERM (2007); SENNA-MARTINEZ *et al.* (2018); VILAÇA & BOTTAINI (2021; 2023)

### **2. Alfarim (Sesimbra)**

- a) 1 machado de alvado sem argolas; 1 machado de alvado com duas argolas
- b) Não se conhecem propriamente as condições exatas do achado, tratando-se de achados isolados. Sabe-se apenas que ambos os machados foram adquiridos por Leite de Vasconcelos em 1920 e foram mais tarde incorporados na coleção de artefactos do que viria a ser o futuro Museu Nacional de Arqueologia (SERRÃO, 1966). Foram interpretados por João Luís Cardoso como objetos que fizeram parte de um depósito (CARDOSO, 2005: 30). O machado MNA 17480 tem um comprimento de 13,02cm, uma largura de 6,98cm e uma espessura de 4,97cm, enquanto o machado MNA 17481 detém um comprimento de 15,32cm, uma largura de 6,21cm e uma espessura de 4,82cm<sup>8</sup>.
- c) Museu Nacional de Arqueologia (n. inv. 17480, 17481)
- d) SERRÃO (1966); CARDOSO (2000a; 2001; 2005a); SOARES (2013)

---

<sup>8</sup> As medidas dos machados encontram-se disponíveis em:  
<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosListar.aspx?TipoPesq=2&NumPag=1&RegPag=50&Mo do=1&Critério=alfarim> Última consulta a 9 de setembro de 2023

---

### **3. Lapa do Fumo (Sesimbra)**

- a) 1 punhal tipo Porto de Mós
- b) Este punhal foi encontrado no interior da célebre Lapa do Fumo, sítio este que parece ter desempenhado um papel de destaque para as comunidades humanas ao longo do tempo, uma vez que este lugar foi utilizado como necrópole neolítica onde também se efetuaram rituais, pela presença de vestígios associados a deposições votivas (CARDOSO, 2005: 20, 27-28). Juntamente com o punhal, foram encontrados vasos de cerâmica de ornatos brunidos (*ibidem*: 33, fig.8) que poderão ter estado integrados em práticas rituais no interior da gruta.
- c) Museu Arqueológico de Sesimbra
- d) CARDOSO (2005a)

### **4. Pedreiras (Sesimbra)**

- a) 1 machado de alvado com duas argolas; 1 foice do “tipo Rocanes”
- b) As circunstâncias de achado são desconhecidas, mas o conjunto material foi encontrado por um trabalhador rural, e mais tarde foi adquirido por Leite de Vasconcelos, juntamente com as peças de Alfarim. Nas proximidades do sítio de Pedreiras, encontram-se três sítios cujos dados recolhidos remetem para uma cronologia associada ao Bronze Final. São estes o povoado da Meia Velha (CALADO, BARRADAS & MATALOTO, 2009: 123), o povoado da Casa Nova (*ibidem*: 89) e a Lapa da Cova (SOARES, 2013: 88). Deste modo, podemos interpretar o achado de Pedreiras como um possível “depósito periférico” dada a sua aproximação a sítios com uma ocupação humana, podendo deste modo expressar um modelo de apropriação territorial e simbólica (VILAÇA, 2006: 18, 65).
- c) Museu Nacional de Arqueologia
- d) SERRÃO (1966); CARDOSO (2000a; 2001; 2005); SOARES (2013)

### **5. Serra da Caveira (Grândola)**

- a) 1 machado de talão com duas argolas
- b) Infelizmente não são conhecidas as circunstâncias deste achado, tratando-se de um achado isolado completamente desprovido de contexto, tendo sido doado por Gabriel Pereira ao Museu de Évora. Este machado tem um comprimento de 24,5cm, uma largura de 7,5cm e uma espessura de 3,5cm.

- 
- c) Museu Nacional Frei Manoel do Cenáculo (n. inv. ME 8996)
  - d) VEIGA (1891); MONTEAGUDO (1977)

#### **6. São Francisco da Serra/ Senhora do Livramento (Santiago do Cacém)**

- a) 1 foice do tipo Rocanes; 1 machado plano
- b) Desconhecem-se as circunstâncias concretas do achado, tendo sido encontrado num sítio que remete para a colina do setor ocidental da Serra de Grândola a origem deste depósito (SOARES *et al.*, 2016: 118). Este lugar tem uma ampla visibilidade panorâmica onde se observa o pôr-do-sol no Oceano, que poderá ter conferido ao sítio um carácter sagrado, e onde mais tarde, no séc. XVIII, se veio a construir um santuário (*ibidem*: 118). No entanto, a localização precisa onde o conjunto de peças foi encontrado é um tanto incerta. As duas peças foram oferecidas pelo Sr. João Silvestre ao Dr. João Cruz e Silva, que doou as mesmas ao Museu Municipal de Santiago do Cacém (*ibidem*: 118). No entanto, no decurso do tempo, a foice perdeu-se, subsistindo apenas o machado na coleção do respetivo museu.
- c) Museu Municipal de Santiago do Cacém (n. inv. 1697/arq.188)
- d) SOARES *et al.* (2016)

#### **7. Sobral da Várzea (Santiago do Cacém)**

- a) 2 machados planos, 1 escopro, 1 foice do tipo Rocanes
- b) Estes artefactos foram encontrados na Herdade do Sobral da Várzea, tendo alguns destes sido oferecidos a Leite de Vasconcelos pelo Sr. Joaquim Gamito no ano de 1905. Leite de Vasconcelos refere que lhe foi oferecido um escopro, um machado e uma foice, tendo sabido que faziam também parte do conjunto um outro escopro e um machado (VASCONCELOS, 1914: 315). Relativamente ao estado físico das peças, os machados encontram-se fragmentados transversalmente e a foice apresenta a ponta fraturada. Relativamente às medidas dos artefactos, o machado 1692/arq.183 tem um comprimento de 11cm, uma largura máxima (gume) de 5,7cm, uma espessura de 0,6cm e um peso de 165gr (SOARES *et al.*, 2016: 118); O machado 1693/arq.184 possui um comprimento de 10,4cm, uma largura máxima (gume) de 7,2cm, uma espessura de 0,7cm e um peso de 205gr (*ibidem*: 118); O escopro tem um comprimento de 22,1cm, uma largura de 2,2cm e uma espessura de 1,61cm, e a foice possui um comprimento de 14,5cm e uma largura de 5,5cm<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> As medidas do escopro e da foice podem ser consultadas em:

- 
- c) Museu Nacional de Arqueologia (1 escopro, n. inv. 10307; 1 foice, n. inv. 10310); Museu Municipal de Santiago do Cacém (machados: n.inv. 1692/arq.183; 1693/arq.184)
  - d) VASCONCELOS (1914); SOARES *et al.* (2016)

## **8. Monte Novo da Gaspeia (Alvalade)**

- a) 5 escopros de bronze
- b) Infelizmente, não se conhecem as circunstâncias de achado deste conjunto.
- c)
- d) SERRA (2021)

## **Distrito de Beja**

### **1. Safara (Moura)**

- a) 2 espadas do “tipo língua de carpa”
- b) Infelizmente, pouco se sabe acerca das circunstâncias de achado das espadas de Safara, tendo sido encontradas junto à Ribeira de Safara no ano de 1880<sup>10</sup>. A patine dourada que apresentam leva a que alguns investigadores defendam que estes objetos poderão ter sido depositados em ambiente aquático (RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1998: 237-238), dado que os objetos em bronze adquirem esta tonalidade quando estão em contacto com a água durante um longo período. Os artefactos foram comprados por Leite de Vasconcelos no ano de 1903, e depois integradas na coleção do MNA. Ambas as espadas encontram-se com as pontas fragmentadas. A espada MNA 10275 tem uma altura de 71cm e uma largura de 4,8cm (BRADHERM, 2007: 89), e a espada MNA 10276 detém um comprimento de 66cm e uma largura de 5,1cm (*ibidem*: 88).
- c) Museu Nacional de Arqueologia (n. inv. 10275; 10276)
- d) SCHUBART (1975); RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO (1998); BRADHERM (2007); VILAÇA & BOTTAINI (2021, 2023)

---

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosListar.aspx?TipoPesq=2&NumPag=1&RegPag=50&Mo do=1&Critério=sobral+da+v%c3%a1rzea>. Última consulta a 9 de setembro de 2023.

<sup>10</sup> Informação disponível em:

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=118031>. Última consulta a 9 de setembro de 2023.

---

## 2. Monte do Olival (Ferreira do Alentejo)

- a) 1 machado de alvado com duas argolas
- b) Pouco se conhece acerca das circunstâncias deste achado, sabendo-se apenas que este foi doado pelo Sr. José do Carmo ao Museu Municipal de Ferreira do Alentejo. Este machado de alvado possui uma característica que o destaca dos restantes exemplares, detendo um motivo decorativo em “V”, tornando-o único no território em estudo. As dimensões deste machado são as seguintes: comprimento: 16cm; largura máxima (gume): 7,1cm; espessura: 6cm (GOMES *et al.* no prelo).
- c) Museu de Ferreira do Alentejo
- d) GOMES *et al.* no prelo; SERRA & PORFÍRIO (2018)

## 3. Baleizão

- a) 8 argolas de bronze; 7 ponderais; 3 machados planos; 1 fíbula
- b) O denominado tesouro de Baleizão foi encontrado em setembro de 2004 por trabalhadores rurais na Herdade da Comenda, na freguesia de Baleizão. Este conjunto é composto por objetos de bronze e objetos em ouro (MNA Au 1182; Au 1184; Au 1185; Au 1186; Au 1187). Os artefactos que integram este depósito foram encontrados no interior de um grande recipiente cerâmico (VILAÇA & LOPES, 2005: 179), tendo sido organizados por matéria-prima, uma vez que as peças auríferas estavam no fundo do vaso e as de bronze encontravam-se à superfície (VILAÇA, 2006: 70). À exceção de duas argolas e de um ponderal, os restantes objetos encontram-se completos.

Destacamos ainda as medidas de alguns artefactos que integram este depósito<sup>11</sup>:

Argolas de bronze MNA 2004.392.10- espessura: 0,27cm; diâmetro: 3,21cm

Ponderais- MNA 2004.392.19: altura: 0,92cm; diâmetro: 1,87cm; MNA 2004.392.20: altura: 0,84cm; diâmetro: 1,53cm; MNA 2004.392.21: altura: 0,99cm; diâmetro: 1,54cm; MNA 2004.392.22: altura: 1,12cm; diâmetro: 1,61cm; MNA 2004.392.23: altura: 0,88; diâmetro: 1,29cm; MNA 2004.393.24: altura: 1,36cm; largura: 1,05cm; MNA 2004.392.30: espessura: 0,61cm; diâmetro: 1,16cm

---

<sup>11</sup> As medidas dos materiais do depósito de Baleizão encontram-se disponíveis em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosListar.aspx?TipoPesq=2&NumPag=1&RegPag=50&Mo do=1&Critério=baleiz%c3%a3o>. Última consulta a 9 de setembro de 2023.



---

Machados- MNA 2004.392.7: comprimento: 17cm; largura: 3,77cm; espessura: 1,32;  
MNA 2004.392.8: comprimento: 16,64cm; largura: 2,83; espessura: 0,77cm; MNA  
2004.393.9: comprimento: 12,05; largura: 2,87; espessura: 0,8cm

Fíbula- comprimento: 7,39cm; largura: 0,39cm; espessura: 0,22cm

- c) Museu Nacional de Arqueologia
- d) VILAÇA & LOPES (2005); VALÉRIO *et al.* (2019)

#### **4. Serra de Borrzeiros**

- a) 1 ponta de lança de alvado
- b) Pouco se conhece acerca das circunstâncias de achado desta ponta de lança, sabendo-se apenas que também na Serra de Borrzeiros foram encontrados outros artefactos metálicos, 3 machados, que foram associados a uma possível necrópole de incineração (LIMA, 1981: 165-166). Esta ponta de lança de alvado foi encontrada isolada, sem estar integrada no conjunto dos restantes objetos (*ibidem*: 166). Apresenta as seguintes dimensões: comprimento: 22cm; largura máxima: 2,5cm.

- c) Museu Municipal de Moura
- d) LIMA (1981)

#### **5. Cano (Aljustrel)**

- a) Indeterminado
- b) Foi encontrado um conjunto de alabardas/punhais junto ao povoado de S. Bartolomeu do Outeiro (Aljustrel), podendo corresponder a um depósito periférico. Porém, não sabemos as circunstâncias exatas do achado nem o número exato de artefactos que compõem este conjunto.
- c) Paradeiro desconhecido ?
- d) CARREIRA (1996) *apud* MATALOTO (2013)

#### **6. Mértola**

- a) 2 foices do “tipo Rocanes”
- b) As circunstâncias exatas do achado destas duas foices são desconhecidas. Porém, poderão ter sido encontradas na sequência das escavações arqueológicas levadas a cabo por Estácio da Veiga no ano de 1877, ou por Leite de Vasconcelos em 1895, na

---

região de Mértola<sup>12</sup>. Os materiais recolhidos foram integrados no atual Museu Nacional de Arqueologia, onde permanecem até aos dias de hoje. A foice MNA 983.274.2 apresenta um gume desgastado, tendo um comprimento de 9,8cm e uma largura de 3,3cm. Por outro lado, a foice MNA 983.274.3 possui uma fratura no gume, encontrando-se também desgastado, e tem um comprimento de 10cm e uma largura de 3cm. Importa salientar que estas são as foices do “tipo Rocanes” com as medidas mais reduzidas do território português (BARROS, 2012: 220), podendo ter sido artefactos que para além da sua funcionalidade direccionada para atividades agrícolas, obtiveram também um significado bastante particular devido à excecionalidade das suas dimensões.

- c) Museu Nacional de Arqueologia (n. inv. 983.274.2; 983.274.3)
- d) VASCONCELOS (1915); BARROS (2012)

## **7. Castro da Cola (Ourique)**

- a) 1 espada “tipo Monte Sa Idda”
- b) A espada do Castro da Cola apareceu inteira em areias de aluvião, a cerca de 10-20m do rio Mira, e a 4-5m cima do leito, em cota alcançada pelo limite da cheia do rio (VILAÇA & BOTTAINI, 2021: 268), a uma distância muito próxima do Castro da Cola, onde se detetou uma ocupação do Bronze Final (VILHENA, 2006). Esta espada apresenta um comprimento de 59cm e uma largura de 3,4cm (BRADHERM, 2007:96).
- c) Museu Regional de Beja
- d) VILAÇA (2006); VILHENA (2006); BRADHERM (2007), VILHENA (2020); VILAÇA & BOTTAINI (2021; 2023)

## **Distrito de Faro**

### **1. Aljezur**

- a) 1 espada; 1 punhal de rebites
- b) Estes artefactos foram encontrados na falésia do Medo do Espartal (Aljezur), junto à linha de costa atlântica. Pouco se sabe acerca das circunstâncias de achado destes dois artefactos, apenas que foram encontrados em dois momentos distintos de forma ocasional. Trata-se de dois fragmentos de objetos, de uma lâmina que foi

---

<sup>12</sup> Informação disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=125801> Última consulta a 9 de setembro de 2023

---

originalmente associada a uma faca, ainda com rebites de encabamento (GOMES, 2006), embora se trate de um punhal, e uma lâmina de espada (GOMES, 2011).

- c) Paradeiro desconhecido?
- d) GOMES (2006, 2011); OLIVEIRA (2013)

## **2. Fóia (Monchique)**

- a) 1 machado plano
- b) Este machado foi encontrado por populares na zona de Monchique, existindo a referência de que junto a este artefacto terão estado outros tantos, que estariam empilhados uns em cima dos outros, numa cavidade correspondente a uma pequena gruta (VEIGA, 1891: 179). Infelizmente, de todo o conjunto apenas restou um machado, tendo os restantes sido vendidos a entidades privadas.
- c) Paradeiro desconhecido?
- d) VEIGA (1891)

## **3. Rio Arade (Portimão)**

- a) 1 foice do “tipo Rocanes”
- b) Pouco se sabe acerca deste achado, tratando-se de uma foice do “tipo Rocanes” que foi recuperada nas areias dragadas do rio Arade. Do mesmo sítio recolheram-se também outras peças que se integram numa ampla diacronia da Idade do Bronze, sobretudo pontas de seta, e um lingote de base plano-convexa cuja cronologia é igualmente díspar (OLIVEIRA, 2013: 350).
- c) Museu de Portimão
- d) OLIVEIRA (2013)

## **4. Ribeira de Arão (Monchique)**

- a) 1 machado plano
- b) Sabemos apenas que este machado foi encontrado na ribeira de Arão, que se situa entre a localidade de Portimão e Lagos, tendo sido oferecido a Leite de Vasconcelos, em fevereiro de 1911, pelo Sr. Coelho de Carvalho (VASCONCELOS, 1913: 148).
- c) Paradeiro desconhecido
- d) VASCONCELOS (1913); VILAÇA, R. & BOTTAINI (2021)

---

## **5. Fontes Grandes (Estombar)**

- a) 1 machado plano
- b) Pouco se sabe acerca do achado deste machado, sabendo-se apenas que foi encontrado entre duas grandes pedras. Deste modo, a intenção por parte dos indivíduos que depositaram este artefacto terá sido de esconder este, tendo levado Estácio da Veiga a referir este achado como um «esconderijo» (VEIGA, 1891: 188).
- c) Museu Nacional de Arqueologia (n.inv. 983.1228.1)
- d) VEIGA (1891)

## Anexo II – Imagens

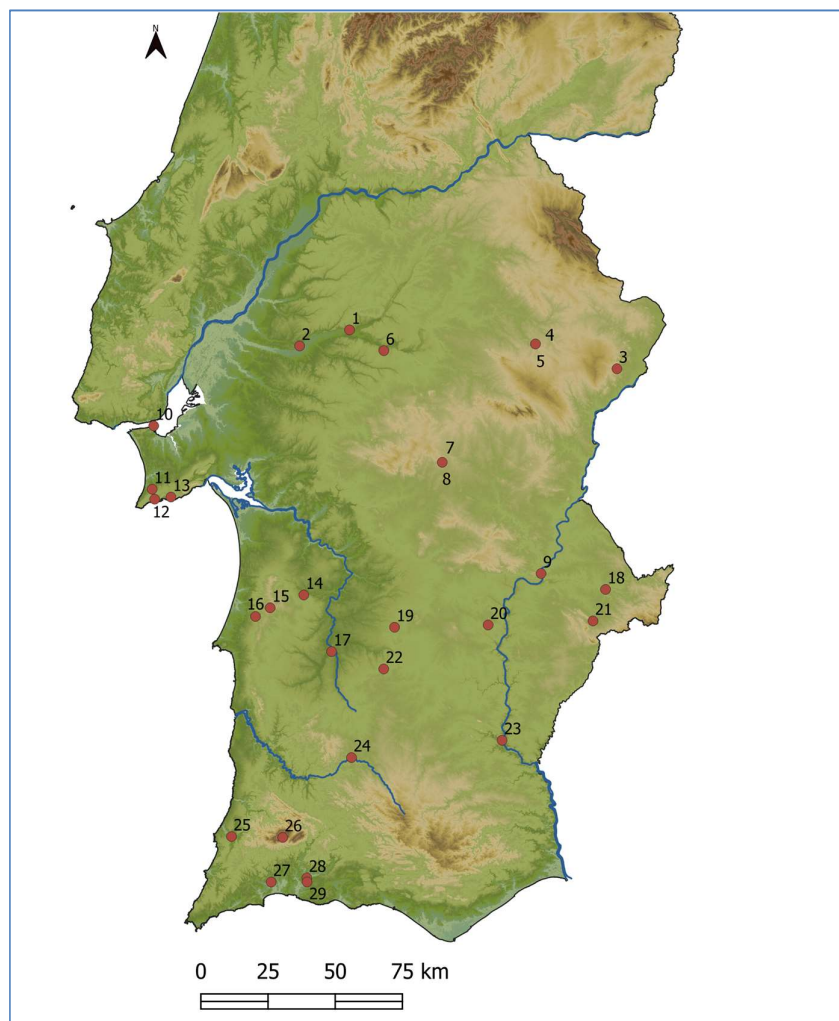


Fig. 1: Distribuição dos depósitos de artefactos metálicos a sul do Tejo. 1.Monte da Açorda, 2. Coruche, 3. Elvas, 4. Ponta de Lança de Veiros, 5. Machado de Veiros, 6. Mora, 7. Espadas de Évora, 8. Machado de Évora, 9. Alqueva, 10. Cacilhas, 11. Alfarrim, 12. Lapa do Fumo, 13. Pedreiras, 14. Serra da Caveira, 15. São Francisco da Serra, 16. Sobral da Várzea, 17. Monte Novo da Gaspeia, 18. Safara, 19. Monte do Olival, 20. Baleizão, 21. Serra de Borrageiros, 22. Cano, 23. Mértola, 24. Castro da Cola, 25. Aljezur, 26. Fóia, 27. Ribeira de Arão, 28. Rio Arade, 29. Fontes Grandes. (A localização dos sítios corresponde, em alguns casos, a localizações aproximadas, devido à falta de dados correspondentes ao local exato dos achados).



Fig.2: Machado de Fontes Grandes (Estombar). Fotografia de Marta Gomes.

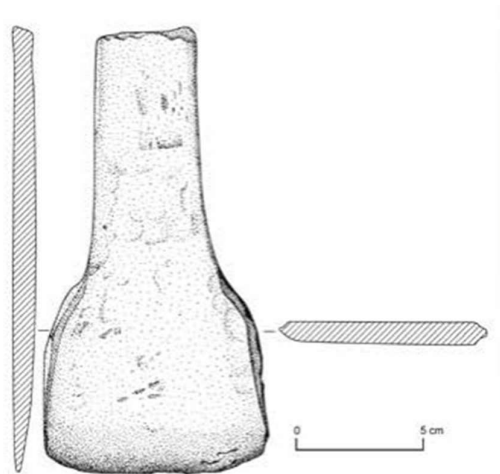


Fig.3: Machado de São Francisco da Serra (Santiago do Cacém) in Soares *et al.*, 2016

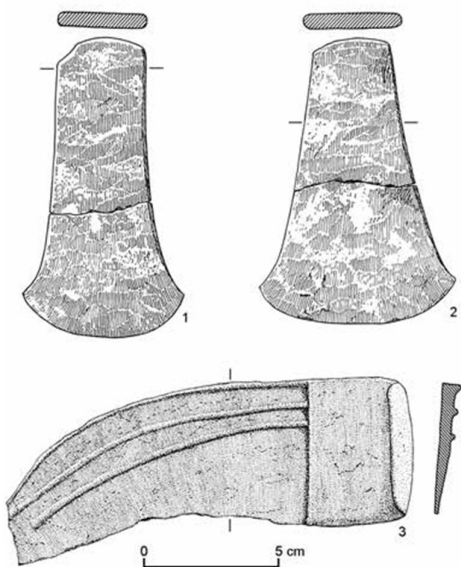


Fig.4: Depósito de Sobral da Várzea (Santiago do Cacém) in Soares *et al.*, 2016



Fig.5: Machado de Coruche (Gomes *et al.*, no prelo). Fotografia de Raquel Vilaça.



Fig.6: Machado do Monte da Açorda (Coruche). Sem escala.



Fig.7: Machados de Alfarim (Sesimbra). Disponível em [matriznet.dgpc.pt](http://matriznet.dgpc.pt) (última consulta a 04/09/2023). Sem escala.



Fig.8: Machado do Monte do Olival (Ferreira do Alentejo) in Serra & Porfírio, 2018. Sem escala

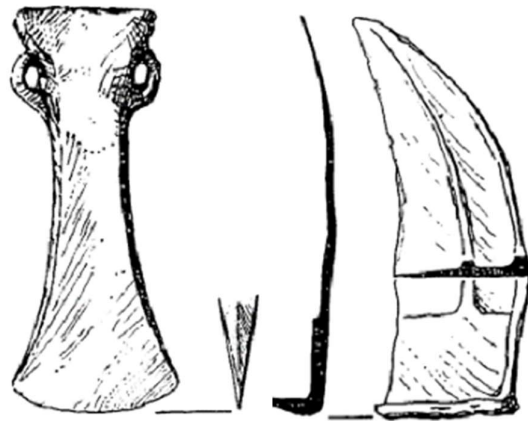


Fig.9: Conjunto de Pedreiras (Sesimbra) in Serrão, 1966. Sem escala.





Fig.10: Machado de Évora.  
Fotografia: Marta Gomes



Fig.11: Machado da Serra da Caveira (Grândola).  
Fotografia: Catarina Magro Dias



Fig.12: Machado de Veiros (Estremoz).  
Fotografia: Marta Gomes

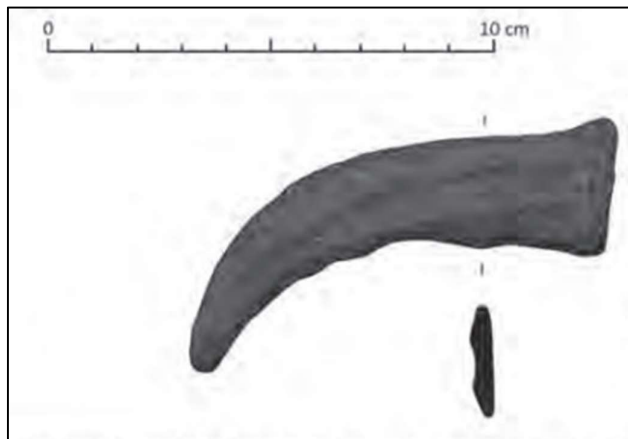


Fig.13: Foice do Rio Arade in Oliveira, 2013





Fig.14: Foices provenientes de Mértola. Fotografias: Marta Gomes

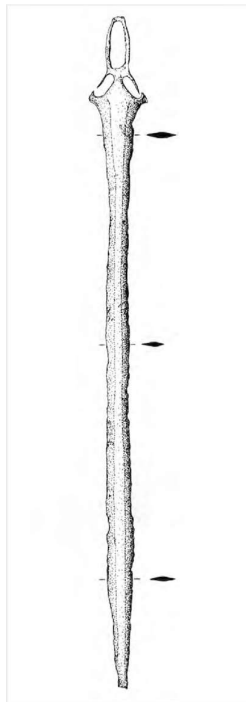


Fig.15: Espada de Cacilhas (Almada) in Silva & Gomes, 1992

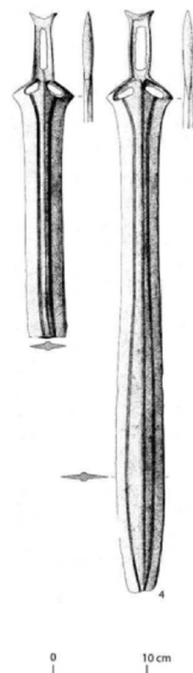


Fig.16: Espadas de Évora in Mataloto, 2013

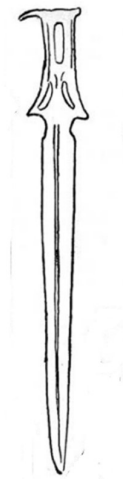


Fig.17: Espada de Elvas in Basch, 1940



Fig.18: Espadas de Safara (Beja). Fotografia do Instituto Português dos Museus.



Fig.19: Espada do Castro da Cola (Ourique). Fotografia de Manuel Ribeiro in Vilhena, 2020



Fig.20: Ponta de lança de Veiros (Estremoz). Fotografia: Marta Gomes.



Fig.21: Ponta de lança de Mora in Rocha & Mirão, 2018.

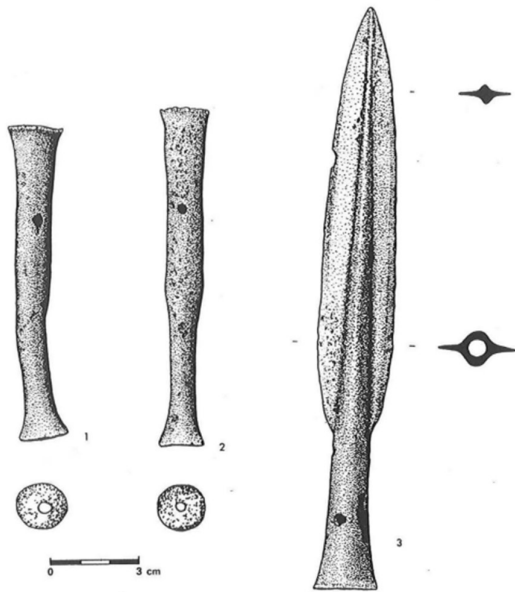


Fig.22: Conjunto do Alqueva in Cardoso *et al.*, 1992.



Fig.23: Ponta de lança da Serra de Borracheiros (Beja). Fotografia: Carlo Bottaini.

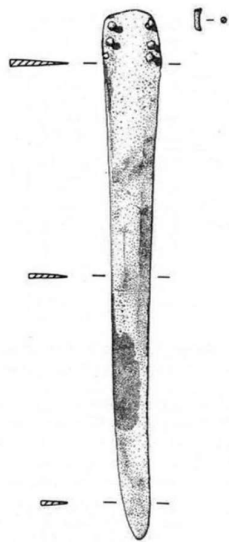


Fig.24: Punhal de Aljezur in Gomes, 2006.

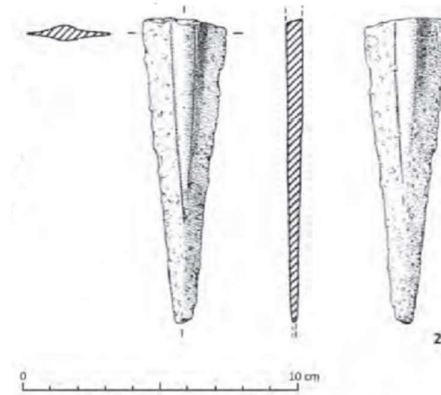


Fig.25: Fragmento de espada de Aljezur in Oliveira, 2013.

